

Walesson Gomes da Silva

**LAZER E JUVENTUDE ENCARCERADA:
TENSÕES ENTRE TRABALHO, DISCIPLINA E
PRÁTICAS CULTURAIS EM UMA UNIDADE
PRISIONAL DA APAC.**

**Belo Horizonte
2014**

Walesson Gomes da Silva

**LAZER E JUVENTUDE ENCARCERADA:
TENSÕES ENTRE TRABALHO, DISCIPLINA E
PRÁTICAS CULTURAIS EM UMA UNIDADE
PRISIONAL DA APAC.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lazer.

Linha de Pesquisa: Lazer e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques.

Belo Horizonte

2014

S586l Silva, Walesson Gomes da
2014 Lazer e juventude encarcerada: tensões entre trabalho, disciplina e práticas culturais em uma unidade prisional da APAC. [manuscrito] / Walesson Gomes da Silva. – 2014.
139f., enc.: il.

Orientador: Walter Ude Marques

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 121-133

1. Jovens Prisioneiros - Teses. 2. Lazer - Teses. 3. Cultura – Teses. 4. Trabalho - Teses. I. Marques, Walter Ude. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 796.015.52

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer
Área Interdisciplinar

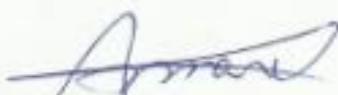
Dissertação trabalho *Lazer, e juventude encarcerada: tensões entre trabalho, disciplina e práticas culturais em uma unidade prisional da APAC* de autoria do mestrando Walesson Gomes da Silva defendida e aprovada em 08 de agosto de 2014, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais e submetida à banca examinadora composta pelos professores:



Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques (Orientador)

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Minas Gerais



Prof. Dr. Claudio do Prado Amaral

Faculdade de Direito

Universidade de São Paulo



Profa. Dra. Vanessa Andrade de Barros

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Minas Gerais

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, à minha esposa e à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos – Fábio e Davidson –, pelas palavras de incentivo.

Ao meu sogro e à minha sogra, por terem assumido a responsabilidade de cuidar de meus filhos, levando-os à escola e buscando-os, e em outras atividades, para me permitir mais “tempo livre” para a pesquisa.

Aos professores do programa, sempre tão gentis. Em especial, agradeço à Christianne e ao Zé Alfredo, muito pacientes e afetuosos comigo.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Elizalde, pelos bons conselhos.

À Cinira, secretária do Programa de Pós-Graduação, que sempre me atendeu com muita atenção e carinho.

A Sr^a Heloísa, bibliotecária da EEFFTO, muito atenciosa ao me ajudar em pesquisas bibliográficas.

Aos amigos e amigas de turma – Alana, Bruno Ocelli, Bruno Nigri, Paula, Romilda – e, em especial, ao Amarildo (vulgo Bil), grande companheiro de estudos para os muitos processos seletivos de que participamos nesse Programa! Agora, amigo, dediquemos nossos poucos momentos de lazer aos “muitos” processos de seleção para doutorado!!!

À Marcília Silva, amiga e doutoranda do Programa, que sempre me ajudou com os cronogramas.

Ao amigo, Prof. Dr. Heli Sabino, pela atenção dispensada a mim em momentos que seriam destinados ao seu lazer, sempre tão disposto a colaborar na elucidação de algumas dúvidas.

Ao Prof. Dr. Luiz Olavo, pelas dicas referentes aos teóricos do lazer, ainda na elaboração do projeto.

Ao Prof. Dr. Antônio Artur e à sua equipe, pelo apoio.

À Prof^aDr^a Christianne Gomes e à Prof^aDr^a Adilene Quaresma, pela emissão dos pareceres quanto ao projeto de pesquisa.

Aos Professores(as)Dr(a)s. Cláudio Prado, Vanessa Barros, Heli Sabino e José Debortoli, por aceitarem participar da banca examinadora deste trabalho.

Aos amigos Anderson e Grijalva – na época, chefes imediatos; respectivamente, gerentes do SESC Venda Nova e Desportivo – que colaboraram muito com meu estudo, permitindo-me trocar horários de trabalho para concluir créditos acadêmicos.

Aos amigos, amigas e colegas das unidades SESC Venda Nova e Desportivo, que também colaboram muito nesse processo, assumindo, em alguns momentos, minhas funções.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

À Karina, minha querida e amada esposa, que, em todos os momentos, me apoiou e me deu força e incentivou em todas as etapas desse meu desejo... da elaboração do projeto de pesquisa ao momento da defesa. Que me deu total apoio no momento difícil em que tive que escolher entre o trabalho ou a realização da pesquisa. Agradeço, ainda, meu bem, por ter me suportado até nos momento de exaltação e incertezas. Pelo tempo que deixei de ficar ao seu lado e de nossos filhos. Obrigado por tudo!

Aos meus maravilhosos filhos, Victor e Daniel, agradeço pela compreensão de minha ausência em “nossas” atividades lúdicas.

À minha mãe, Rosângela, pelo incentivo e entusiasmo... “Estuda meu filho, faz o que eu sempre quis fazer e não pude, pois o trabalho me impedia!”. Essas suas palavras me deram muita força.

Ao grande mestre, meu orientador e, hoje, amigo, Prof. Dr. Walter Ude, que confiou em mim e em minha proposta de pesquisa. Que, com muito carinho e respeito, me apresentou as deficiências de minha pesquisa e escrita, que com paciência, me conduziu ao acerto. Agradeço, ainda, pelo magnífico campo de pesquisa que me apresentou; aprendi muito, em todos eles.

À APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que, por intermédio de seus gestores democráticos, voluntários dedicados e funcionários comprometidos, me permitiu acesso irrestrito a tudo de que precisei.

Aos recuperandos, pela atenção e disponibilidade para me conceder entrevistas, bate-papos interessantes e, também, alguns momentos de lazer. A vocês, meu “muito OBRIGADO”! Espero que essa pesquisa traga visibilidade aos condenados e sensibilidade a gestores de todo o sistema prisional.

RESUMO

Este estudo representa investigação interdisciplinar sobre os significados e sentidos atribuídos às experiências de lazer de presos em um presídio configurado conforme o modelo da Associação de Proteção aos Condenados - APAC, na região metropolitana de Belo Horizonte - MG, que se diferencia do sistema comum por ter um método próprio de trabalho, denominado “Método Apaqueano”. Nele, os apenados cumprem, no dia-a-dia, rotina preestabelecida pela gestão da unidade prisional de forma compartilhada, aproximando-se de um modelo de autogestão. Ainda assim, essa instituição exerce certo controle sobre as ações diárias dos condenados que, de certa forma, compromete suas atividades de lazer. Frente a isso, por meio de estudo etnográfico, busquei compreender os sentidos e significados atribuídos ao lazer pelos jovens aprisionados na APAC, suas formas de apropriação dos espaços dessa instituição nas suas práticas de lazer e os processos de sociabilidade aí instaurados. Nesse sentido, realizei revisão bibliográfica em 3 (três) áreas distintas: 1) o campo de estudos do lazer; 2) as políticas públicas que têm como foco o sistema prisional; e 3) relação entre juventude aprisionada e lazer. Dialogo com produções acadêmicas na perspectiva da teoria histórico-cultural, visando compreender como esses sujeitos geravam sentidos a partir das práticas de lazer vivenciadas na prisão. Para isso, recorri à metodologia qualitativa, com apoio nas técnicas de observação participante e entrevista semiestruturada. Os resultados obtidos evidenciaram que as práticas de lazer ocorreram em tempos e espaços reduzidos e que seus potenciais educativos e formativos não são explorados.

Palavras-chave: Lazer. Encarceramento. APAC. Juventude. Sentido e significado.

ABSTRACT

This study comprises interdisciplinary research on the significance attributed to leisure experiences by inmates in a prison in accordance with the model proposed by the *Associação de Proteção aos Condenados - APAC* [the association for the protection of inmates, in free translation], in the metropolitan region of Belo Horizonte - MG, Brazil., which differs from the usual model in that it adopts the so-called "*Apaqueano*" method of work. Under this method, the inmates' day-to-day routine is pre-established by the prison unit's managerial staff in a shared manner which resembles a self-management model. Even so, this entity still exercises some control over the inmates' daily actions which somehow compromises their leisure activities. Thus, through ethnographic study, I have sought to understand the meanings attributed to leisure by youths imprisoned at APAC, their ways of appropriating space while involved in leisure practices, and their processes of sociability. In order to achieve this aim, I have reviewed the literature in three (3) distinct areas: 1) leisure studies; 2) public policies on the prison system; and 3) the relationship between imprisoned youths and leisure. I also review academic productions based on cultural-historical theory, aiming to understand how meaningful their leisure practices inside that prison are. To that end, I use qualitative methodology, with technical support of participant observation and semi-structured interview. The results have shown that leisure practices take place in reduced spaces and short time and that their educational and training potentials are not exploited.

Keywords: Leisure. Incarceration. APAC. Youth. Significance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Sábado de lazer na APAC: Jogo entre recuperandos e jovens de uma oficina de futebol de um Programa do Governo do Estado de Minas Gerais.....	46
FIGURA 2	Domingo de visitas: momento de pregação religiosa para presos e seus familiares, ministrada por uma criança, em dia de visitas.....	46
FIGURA 3	Valorização Humana: Momento de oração oferecido pelos recuperandos à equipe palestrantes do SENAC – MG.....	47
FIGURA 4	Cotidiano de trabalho: Recuperando em oficina remunerada de solda	65
FIGURA 5	Atividade cotidiana de laborterapia: Recuperando produzindo tela...	66
FIGURA 6	Cotidiano de trabalho: Recuperandos em oficina remunerada e solda.....	67
FIGURA 7	Veículo artesanal produzido na oficina de artesanato.....	68
FIGURA 8	Casas e cesto produzidos na oficina de artesanato.....	69
FIGURA 9	Oficina de <i>graffiti</i> - Recuperando produzindo tela para a exposição “Saudades”.....	69
FIGURA 10	Cartaz da Exposição “Saudades”.....	70
FIGURA 11	SESC Desportivo: Exposição “Saudades”.....	70
FIGURA 12	SENAC - Exposição e venda de artesanatos.....	71
FIGURA 13	SENAC - Exposição e venda de artesanatos.....	71
FIGURA 14	Sala de TV do Bloco 1 - Cada detento leva sua cadeira para se sentar.....	96
FIGURA 15	Campo de futebol - Jogo entre recuperandos e jovens convidados do bairro Ribeiro de Abreu - Belo Horizonte - MG.....	105
FIGURA 16	Quadra de futebol - Regime fechado.....	106
FIGURA 17	Academia - Equipamento artesanal construído pelos detentos.....	112
FIGURA 18	Equipamento artesanal construído pelos detentos.....	112

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Faixa etária.....	48
TABELA 2	Porcentagem por Faixa Etária.....	49
TABELA 3	Estado Civil.....	51
TABELA 4	Cotidiano de trabalho: Recuperando em oficina remunerada de solda	52
TABELA 5	Indicador: Cor.....	53
TABELA 6	Porcentagem: Cor.....	54
TABELA 7	Veículo artesanal produzido na oficina de artesanato.....	57
TABELA 8	Porcentagem: Escolaridade de Recuperandos da APAC.....	56
TABELA 9	Profissões que demandam de formação técnica ou superior.....	58
TABELA 10	Profissões que não demandam formação técnica ou superior.....	58
TABELA 11	Crimes Informados.....	59
TABELA 12	Crimes e artigos infringidos.....	60
TABELA 13	Condenação Informada.....	62
TABELA 14	Condenação de Recuperandos da APAC.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Faixa Etária dos Recuperandos.....	49
GRÁFICO 2	Faixa Etária do Recuperandos da APAC.....	50
GRÁFICO 3	Faixa Etária dos Recuperandos da APAC - Gráfico de linha.....	50
GRÁFICO 4	Faixa Etária dos Recuperandos do Estado de Minas Gerais.....	51
GRÁFICO 5	Estado Civil - Recuperandos da APAC.....	52
GRÁFICO 6	Estado Civil de Recuperandos APAC x Estado de Minas Gerais....	53
GRÁFICO 7	Cor - Recuperandos da APAC pesquisada.....	54
GRÁFICO 8	Cor - Comparativo - Recuperandos APAC x Estado de Minas Gerais.....	55
GRÁFICO 9	Escolaridade dos Recuperandos da APAC pesquisada.....	56
GRÁFICO 10	Comparativo - Recuperandos APAC x Estado de Minas Gerais.....	57
GRÁFICO 11	Tipos de profissão de recuperandos da APAC.....	59
GRÁFICO 12	Crimes cometidos por recuperandos da APAC.....	60
GRÁFICO 13	Percentuais de crimes cometidos por recuperandos da APAC.....	61
GRÁFICO 14	Percentual de recuperandos da APAC condenados.....	62
GRÁFICO 15	Percentuais de condenados por tempo de condenação.....	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 SISTEMA PRISIONAL, JUVENTUDE, LAZER E SUBJETIVIDADE: DISCUSSÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS ACERCA DAS TENSÕES PRODUZIDAS NUM CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL.....	16
1.1 1.1 Algumas peculiaridades históricas do Sistema Prisional.....	16
1.2 Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC: a busca de uma proposta diferenciada.....	22
1.3 Juventude e diversidade: a necessidade de um olhar histórico-cultural,,,,,	28
1.4 Concepção de Lazer	32
1.5 Concepção de Subjetividade,Significado, Sentido e Sujeito	35
2 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	41
2.1 Trajetória do pesquisador e sua relação com o tema pesquisado.....	41
2.2 Apresentação do campo de pesquisa	44
2.3 Indicadores acerca da população pesquisada	48
2.3.1 Indicador: Faixa Etária	48
2.3.2 Indicador: Estado Civil	51
2.3.3 Indicador: Cor	53
2.3.4 Indicador: Escolaridade	55
2.3.5 Indicador: Profissão	57
2.3.6 Indicador: Crime	59
2.3.7 Indicador: Condenação	62
2.4 Quanto ao quadro de funcionários e demais cooperadores	64
2.5 Breve descrição do cotidiano da APAC pesquisada.....	65
2.6 Oficina de Solda	67
2.7 Oficina de Artesanato	67
2.8 Quanto à Observação de Campo.....	71
2.9 Quanto às Entrevistas.....	72
2.10 Quanto à Etnofotografia.....	73
2.11 Notas acerca da minha aprendizagem nesta experiência de pesquisa	74
3 CONCEPÇÕES DE LAZER NO CONTEXTO PRISIONAL PESQUISADO: TENSÕES ENTRE O CONTROLE, O TRABALHO, O DESREGRAMENTO E O PECADO.....	76
3.1 Visita íntima no presídio: entre o profano e o sagrado.....	76
3.2 Lazer, disciplina e trabalho: uma discussão acerca das tensões enfrentadas pelos apenados.....	87
4 PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER NO SISTEMA PRISIONAL PESQUISADO: QUANTO AOS SEUS SIGNIFICADOS E SENTIDOS.....	95
4.1 Quanto ao uso da televisão e suas ambiguidades: entre a alienação e a busca de sentidos em um mundo de reclusão.....	95
4.2 Quanto ao futebol: uma atividade que oscilou entre o controle institucional e a produção de sociabilidade.....	104
4.3 Academia de ginástica: lugar de exercício físico e de sociabilidade.....	110
4.4 Capoeira no presídio: momento de cultura, religião e lazer.....	113
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERENCIAS.....	121
ANEXO A - Parecer- Decisão do Conselho de Ética em Pesquisa - COEP da UFMG.....	134
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	135
APÊNDICE B - Roteiro da Entrevista Semiestruturada.....	137

LISTA DE SIGLAS

APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

COEP - Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG

CRS - Centro de Reintegração Social

CSS - Conselho de Sinceridade e Solidariedade

CTC - Comissão Técnica de Classificação

EUA - Estados Unidos da América

FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

FBAC - Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados

INFOPEN - Programa (*software*) de Coleta de Dados do Sistema Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça

LEP - Lei de Execução Penal

MJ - Ministério da Justiça

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PFI - *PrisionFellowshipInternational*

PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

SEDS - Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC - Serviço Social do Comércio

TJMG - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Moleque maravilhoso

Eu nunca cometo pequenos erros
Enquanto eu posso causar terremoto
E das tempestades já não tenho medo
Acordo mais cedo

Eu nunca me animo de ir ao trabalho
Eu sou o coringa de todo baralho
Sou carta marcada em jogo roubado
A morte ao meu lado

Eu sou o moleque maravilhoso
Num certo sentido o mais perigoso
Moleque da rua, moleque do mundo, moleque do espaço
Quebrando vidraças do velho Ricardo
Nesta vizinhança sou filho bastardo
Com o meu bodoque sempre no pescoço
Eu exijo meu, eu exijo meu, eu exijo meu osso
eu exijo meu osso
eu sou o moleque maravilhoso.

Raul Seixas e Paulo Coelho (SEIXAS; COELHO, 1974)

INTRODUÇÃO

Considerados culpados de todos os males da atualidade, estes jovens denunciam a subjetividade da sociedade atual. (FEFFERMANN, 2006, p. 326)

O presente trabalho procurou pesquisar quais são os usos, significados e sentidos que jovens condenados, que cumprem penas em um presídio na Região Metropolitana de Belo Horizonte, atribuem ao lazer.

Dessa forma, vale destacar o que escreveu Vygotsky, em seu livro *Pensamento e palavra*, de 1934 [VYGOTSKY, 2000], sobre diversas formas de linguagem, e menciona que a subjetividade se constitui, sempre, como um espaço simbólico e a linguagem interior é a forma de mediação entre o pensamento e a palavra.

Destarte, o maior desafio para a escrita desta pesquisa foi expressar em palavras o pensamento deste pesquisador, posto que, segundo Vygotsky ([1934] 2000), quando os interlocutores são desconhecidos, para o ato de escrever é necessário um desenvolvimento complexo.

Desse modo, para o desenvolvimento desta investigação, realizei revisão bibliográfica em 3 (três) áreas distintas: a primeira, sobre o campo do lazer; a segunda, sobre as políticas públicas que têm por foco jovens condenados em cumprimento de pena no Sistema Prisional; e, a terceira, sobre as formas pelas quais esses jovens se apropriam do lazer. Nesse processo, investiguei produções acadêmicas que tratassem especificamente das temáticas relacionadas ao meu objeto. Conforme destaca Alves-Mazzotti:

[a] produção do conhecimento não é um empreendimento isolado. É uma construção coletiva da comunidade científica, um processo continuado de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema. A formulação de um problema de pesquisa relevante exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo. (ALVES-MAZZOTTI, 1998, p. 180).

Quanto às categorias, durante a elaboração do projeto de pesquisa, antes de mergulhar no campo, concentrei-me em conceitos acadêmicos que já

havia sido delimitados anteriormente: juventude, sentidos e significados, sistema prisional e lazer.

Sobre a primeira, recorreremos aos estudos realizados por Spósito (1994, 1996, 1998, 2003), por Dayrell (1998, 2000, 2003, 2005) e Carrano (2000, 2003, 2005). Trata-se de autores que concebem a juventude no plural e de forma relacional. Em vez de conceber como modelo único e universal, a juventude é compreendida como um modo de vida, como um jeito de pensar e agir que transcende aspectos cronológicos e biológicos. Trata-se de uma categoria que abarca variadas formas de se viver e pensar esse momento. Trata-se de um momento da vida que se relaciona com aspectos históricos (questão geracional) e com aspectos sociais: região, classe social, gênero, raça, religião, etc..

À luz desses pressupostos, é fundamental que se indague sobre o fato de se ser jovem e presidiário, sobre os significados e os sentidos que jovens presidiários atribuem a essa experiência social; que tipo de lazer vivenciam nesses espaços: quais os limites e as possibilidades educativas que esse local lhes oferece.

1 SISTEMA PRISIONAL, JUVENTUDE, LAZER E SUBJETIVIDADE: DISCUSSÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS ACERCA DAS TENSÕES PRODUZIDAS EM UM CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL.

[...] a ciência não é só racionalidade, é subjetividade em tudo o que o termo implica, é emoção, individualização, contradição, enfim, é expressão íntegra do fluxo da vida humana, que se realiza através de sujeitos individuais, nos quais sua experiência se concretiza na forma individualizada de sua produção (REY, 2011, p. 28).

Este capítulo está dividido em 5 (cinco) tópicos. Em cada um deles, apresento concepções que balizaram esta pesquisa. Descrevi e analisei a perspectiva teórico-conceitual que constituiu meu olhar no campo de pesquisa. Em vez de conceber o campo como algo transparente, que pode ser acessado diretamente pela observação empírica, como os positivistas afirmam, parti do pressuposto de que nosso olhar é mediado por conceitos e categorias que nos permitem ver certos fenômenos e deixar de lado outras recorrências contextuais. Isso não quer dizer, no entanto, que o campo não tenha me auxiliado na seleção das categorias. Pelo contrário, a definição do campo de análise foi delimitada por informações obtidas por informantes que me ajudaram a problematizar conceitos definidos *a priori*. Em outras palavras: a definição do eixo de pesquisa se deu por meio de uma perspectiva dialética entre teoria e prática; afinal, conforme afirma Paulo Freire (2006), a teoria sem prática e a prática sem teoria é verbalismo.

1.1 Algumas peculiaridades históricas do Sistema Prisional

Na Idade Média, os castelos, os conventos e os mosteiros eram configurados como prisões. Os penitentes eram privados de liberdade para refletir e meditar sobre o que fizeram e se arrepender do crime cometido, a fim de alcançar a reconciliação com Deus (NASCIMENTO, 2003). A Igreja Católica controlava as punições, porque, de acordo com os pressupostos eclesiásticos, todos que cometiam um delito se afastavam de Deus. Desse modo, a penitência era a maneira imposta para que o criminoso se redimisse do seu “pecado” e, com

esse sacrifício, purificava-se para o convívio em sociedade. De acordo com Magnabosco (1998), havia outras sanções aplicadas nesse período. Isso, porém, dependia do “*status*” social do réu, já que, em alguns casos, parte do corpo podia ser mutilada, sendo comum a amputação de membros; porém, em punições mais severas, praticava-se a decapitação em guilhotina, entre outros mecanismos que promoviam o espetáculo e a dor.

Nos séculos XVIII e XIX, aconteceram mudanças consideráveis quanto à aplicação dessas penas punitivas. Nesse período, o aprisionamento passou a ser o procedimento predominante para punir criminosos. Destarte, o Estado tornou-se a instância responsável pelo controle da criminalidade. Nessa transição histórica, a punição deixa de ser mais enfatizada no corpo, e passa a ser ressaltada no nível mental.

No entanto, na reformulação do sistema punitivo, o isolamento tornou-se o instrumento adaptado para punir os criminosos por meio de prisões e asilos, bem como em instituições destinadas a doentes mentais. Quanto a esse aspecto, Cohen (1985) apresenta 3 (três) modelos distintos que me permitem a compreensão da evolução do sistema prisional. O primeiro modelo caracteriza-se pela sua perspectiva idealista, influenciada pelo Iluminismo do século XVIII, que, pretensamente, tinha por meta a humanização das penas. Quanto à segunda reformulação, caracterizou-se pela proposta de um método funcionalista, que concebe a prisão como “asilo”, porque representa uma solução funcional diante a fragmentação social. Essa perspectiva mecânica de integrar o preso, de forma harmônica, à sociedade aparentava uma iniciativa que tinha finalidade supostamente clara; porém, suas consequências foram bastante desastrosas. De acordo com Massola (2005), uma subcultura prisional foi constituída a partir de ambos os métodos, porque esses não evidenciavam contribuição alguma que viesse a fortalecer ou estimular algum tipo ressocialização. Em contraponto, o terceiro método acreditava no êxito da proposta prisional por meio de um modelo que pregava a repressão de uma classe concebida como delinquencial, com o intuito de justificar o aumento da opressão sobre a classe trabalhadora. Nessa ótica, Foucault (1996) afirma:

[a] prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Por exemplo, no proveito que se pode tirar da exploração do prazer sexual [...] Outro

exemplo: todos sabem que Napoleão III tomou o poder graças a um grupo constituído, ao menos em seu nível mais baixo, por delinquentes de direito comum. (Foucault, 1996, p. 132 *apud* Massola, 2005, p. 28)

Com referência a esse tema, Assis (2007, p. 2) faz a seguinte consideração:

[a] ideia de um sistema penitenciário progressivo surgiu no final do século XIX, mas, no entanto, sua utilização generalizou-se através da Europa só depois da I Guerra Mundial. A essência desse regime consistia em distribuir o tempo de duração da condenação em períodos, ampliando-se em cada um deles os privilégios que o recluso poderia desfrutar, de acordo com sua boa conduta e do avanço alcançado pelo tratamento reformador. Outro aspecto importante era o fato de possibilitar ao recluso reincorporar-se à sociedade antes do término da condenação. Basicamente, o sistema progressivo tinha como fundamento dois princípios: estimular a boa conduta do recluso e obter sua reforma moral para uma futura vida em sociedade. O avanço considerável obtido pelo sistema progressivo justifica-se pela importância por ele dada à vontade do recluso e de que ele diminuía o rigor excessivo na aplicação da pena privativa de liberdade. Da filosofia original do sistema progressivo surgiram várias variantes e peculiaridades em outros sistemas, o que na verdade se constituíam num aperfeiçoamento do próprio sistema progressivo. As primeiras mudanças decorreram do surgimento do sistema progressivo inglês, desenvolvido pelo capitão Alexandre Maconochie, no ano de 1840, na Ilha de Norfolk, na Austrália. Esse sistema consistia em medir a duração da pena através de uma soma do trabalho e da boa conduta imposta ao condenado, de forma que a medida que o condenado satisfazia essas condições ele computava um certo número de marcas (*mark system*), de tal forma que a quantidade de marcas que o condenado necessitava obter antes de sua liberação deveria ser proporcional à gravidade do delito por ele praticado. A duração da pena baseava-se então da conjugação entre a gravidade do delito, o aproveitamento do trabalho e pela conduta do apenado.

A partir do século XX, na Europa, foi criada a Comissão Penitenciária Internacional, que, em 1929, passou a ser denominada Comissão Penal e Penitenciária. Nesse momento, estabeleceu-se importante marco dessa temática, porque as regras passam a ser elaboradas pela Organização Mundial das Nações Unidas - ONU. Ao fim da II Guerra Mundial, as nações-membro da ONU – entre essas, o Brasil – se mobilizaram com o objetivo de estabelecer critérios mais efetivos para uma pretensa humanização do sistema carcerário. Como resultado desse esforço, foi promulgada a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), popularmente conhecida como LEP, em todo território brasileiro (MAGNABOSCO, 1998).

Entretanto, de acordo com Almeida (2009), foi na Carta Régia de julho de 1769, que surgiu, pela primeira vez, a proposta de se construir um presídio no Brasil. Segundo esse documento, a instituição se chamaria Casa de Correção da Corte. Contudo, sua efetivação só se deu 65 (sessenta e cinco) anos após a ordenação de sua construção. O início da obra ocorreu sob a responsabilidade do Ministério dos Negócios de Justiça, em 1834.

No contexto do modelo disciplinar proposto a partir do século XIX, os Estados Unidos da América adotaram um paradigma mais tecnológico para esse fim, conforme Magnabosco (1998). Nessa configuração linear, os contatos entre os apenados eram reduzidos: em geral, dormiam em celas separadas e, ainda de acordo com esse pesquisador, no Estado da Pensilvânia, o sistema prisional determinava que o criminoso cumprisse toda a sua pena em regime de isolamento total.

Em linhas gerais, o sistema estadunidense foi baseado na proposição do retraimento, acreditando que, dessa forma, afetava-se a subjetividade do sujeito condenado a ponto de alterar seus “hábitos” criminosos durante o período de reclusão, com o propósito de promover o retorno do prisioneiro ao convívio social. Como se observa, tratava-se de uma proposta simplificada e descontextualizada, que não considerava as condições sociais e históricas de produção da criminalidade e gerava a ilusão de se integraro sujeito à sociedade, *a posteriori*, por meio do isolamento. Thompson (2010) levanta questionamentos acerca da efetividade desse método, já que o isolamento se contrapõe à sociabilidade humana e à socialização dos sujeitos. Quanto à América Latina, Callegari (2009) firma:

[n]ão há grandes diferenças entre os sistemas prisionais nos países latino-americanos, pois, como no Brasil, todos têm os mesmos problemas, ou seja, superpopulação, ausência de trabalho para o apenado, condições de higiene e assistência à saúde. Ademais, falta um programa efetivo de assistência ao egresso, possibilitando a reinserção no meio social (CALLEGARI, 2009).

Além disso, Callegari (2009) menciona, ainda, que a LEP – Lei de Execução Penal brasileira – apresentava pontos interessantes na sua prescrição legal; principalmente, no que diz respeito a garantias de direitos aos condenados, já que contempla desde o espaço nas celas até a assistência de

que o preso necessita. Assevera, porém, que o governo, na prática, não cumpre essas garantias.

Por outro lado, Loic Wacquant (2001), em sua obra *As Prisões da Miséria*, critica a política governamental de segurança denominada “Tolerância Zero”. Ao analisar esse programa, o autor traz à luz um novo formato de política, no qual o Estado de Punição assume o lugar do Estado de Bem-Estar Social, nos Estados Unidos da América (EUA), e, também, na Europa, tornando-se um modelo globalizado, no mundo atual. Apresenta a cidade como um território de disputa e demonstração de força. Ao retratar a situação, aponta os EUA como o maior responsável por um discurso conservador, seguido pelo continente europeu, já que acreditam que a maior fonte de violência nas grandes cidades advém da presença de jovens pobres, negros e estrangeiros nos espaços urbanos das metrópoles.

Segundo Wacquant (2001), há uma rede formadora de opinião constituída por órgãos governamentais e não-governamentais, acadêmicos, mídia e as “para-públicas” ligadas ao sistema penitenciário e a associações de vítimas de crimes, além de consultorias contratadas pelos governos britânico e estadunidense, dissipando um discurso de apologia ao Estado Penitência. Na perspectiva desse autor, o responsável por esse enaltecimento de um Estado Policial foi Charles Murray: “[...] um politólogo ocioso de reputação medíocre. O Manhattan Institute lhe ofereceu 30 mil dólares e dois anos de tranqüilidade para escrever *Losing Ground: American, Social Policy. 1950-1980*” (MURRAY, 1984 *apud* WACQUANT, 2001, p. 22).

A partir da apresentação da obra de Charles Murray, pelo Manhattan Institute, ao governo dos EUA, muitos Estados passaram a seguir sua proposta:

[...] Um especialista em relações públicas foi contratado para promovê-lo; um milheiro de cópias foi enviado a título de gentileza a jornalistas, eleitos e pesquisadores cuidadosamente peneirados. Murray foi “colocado” no circuito dos *talk shows* televisados e das conferências universitárias, e encontros foram organizados com diretores e comentaristas da imprensa. O Manhattan Institute chegou a empreender um grande simpósio em torno de *Losing Ground*, pelo qual os participantes, jornalistas, especialistas em políticas públicas e em ciências sociais, fizeram jus a “honorários” que chegavam a 1.500 dólares afora hospedagem grátis num hotel de luxo no coração de Nova York. Como foi publicado no auge da popularidade Reagan e como remava no sentido da corrente política dominante – (muito)

menos Estado (social) -, essa obra recheada de absurdos lógicos e erros empíricos tornou-se de um dia para o outro um “clássico” do debate sobre a ajuda social nos Estados Unidos. (WACQUANT, 2001, p. 23)

De acordo com a teoria de Charles Murray, o “EstadoPrevidência” causa degradação moral, porque aguilha a violência. No entanto, para Wacquant (2001), o Estado Punitivo potencializa o sistema penitenciário, que atinge diretamente a população menos privilegiada economicamente, por meio da criminalização da população jovem pobre negra e parda, no intuito de estabilizar um mercado movido pela desigualdade social.

Essas propostas punitivas de encarceramento foram questionadas, na década de 1970, por Goffman (2001), devido ao caráter totalitário das instituições prisionais. Esse mecanismo totalizador gera processos degradantes na subjetividade do prisioneiro, de uma forma drástica. O autor relata um desenvolvimento de “mortificação do eu”, em função da forte pressão que impõe obediência. Em outro estudo, esse mesmo estudioso faz uma observação importante quanto aos estigmas enfrentados por pessoas encarceradas durante suas histórias de vida e discute que esse estigma torna o sujeito enfraquecido perante a sociedade e, com isso, ele encontrará dificuldades para restabelecer sua reinserção social (GOFFMAN, 1975).

Os questionamentos levantados até aqui apontaram as contradições e os aspectos ideológicos envolvidos na proposição do sistema punitivo persistente na sociedade atual. A individualização do crime como um ato de exclusiva responsabilidade do indivíduo justificaram, até então, todo um aparato isolacionista para se confinar o apenado. Nas últimas décadas, em um contexto neoliberal, a criminalização da juventude pobre, negra e parda, por meio do discurso da “tolerância zero”, objetivou exacerbar um Estado Policial, em detrimento de políticas públicas e sociais voltadas para a saúde, a educação, a assistência, o lazer e o trabalho das populações mais vulneráveis da sociedade.

Diante disso, este estudo se propõe a pesquisar a APAC no intuito de avaliar se um sistema diferente ao modelo hegemônico pode gerar intervenções distintas em relação às propostas punitivas, mesmo sabendo-

sedas desigualdades sociais presentes na nossa sociedade. Sendo assim, no próximo item, apresento algumas discussões relativas à APAC.

1.2 Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC: a busca de uma proposta diferenciada.

Na contramão desse sistema prisional clássico, punitivo, que estigmatiza, ao invés de criar possibilidades sociais e políticas, que consomem vultosos recursos e, ainda, produz um alto índice de reincidência criminal, emergiu, na década de 1970, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC. Trata-se de entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, que se dedica ao trabalho de reeducação e reintegração social dos condenados com penas de privação de liberdade. Essa proposta desenvolve um método próprio de valorização humana, vinculada à evangelização da população atendida. Na sua proposição, busca, de maneira ampla, a proteção da sociedade, a promoção da Justiça e o socorro às vítimas.

No seu bojo de propostas, essa entidade estabelece como pilar a Constituição Federal que, em seu artigo 5º, estabelece que “a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado” (BRASIL, 1988). Operando como uma instituição de auxílio aos Poderes Executivo e Judiciário na execução penal, tem seu estatuto resguardado pelo Código Civil e pela LEP. Nesse aspecto, a APAC auxilia na administração do cumprimento das penas de privação de liberdade, nos regimes fechado, semiaberto e aberto. Nela, esse preso recebe tratamento espiritual, jurídico, médico e psicológico diretamente da comunidade. A segurança e a disciplina do presídio são constituídas com a participação dos detentos, já que não há, na instituição, policiais ou agentes penitenciários. Essa característica metodológica produz um número ínfimo de funcionários comuns, denominados “inspetores de segurança”, quando se avalia a proporção de presos e trabalhadores no sistema. Além disso, conta com a atuação de voluntários. Apesar dos seus princípios metodológicos, todavia, a APAC não funciona de forma linear em todos os municípios que atua.

Outro fato relevante a ser mencionado é que, nesse método, todos os encarcerados são chamados de recuperandos e tratados pelos próprios nomes, embora eu não considere esse termo apropriado, porque acredito que recuperamos objetos e peças de uma máquina mecânica. No entanto, o idealizador do método tem a seguinte explicação:

[v]ê-se, desde logo, que o uso dos termos reeducando, interno e educando para designar os presos é impróprio. Reeducando significa, em última análise, aquele a quem se reeduca. Ora, somente se reeduca quem foi educado e que, por qualquer motivo, se esqueceu das normas da boa convivência. Na verdade, o condenado não teve uma educação conveniente, adequada para conviver na sociedade. A experiência nos tem ensinado que o condenado não esqueceu as normas dos bons costumes, simplesmente não as conheceu. O meio ambiente familiar e as imagens deformadas não o levaram a descobrir as regras da sociabilidade, da educação relacionada com o respeito, os bons princípios, a moral, a religião, a profissão etc. (OTTOBONI, 1997, p. 100, *apud* Massola, 2005, p. 124).

Nota-se que, nesse discurso do seu criador, ainda se verifica uma individualização da responsabilidade criminal ao atribuir ao indivíduo falta de conhecimento em relação às normas sociais. Em outro momento, Ottoboni (1979) menciona que talvez seja um eufemismo do método: “Numa proposta de valorização humana, é admissível o eufemismo recuperando para evitar o uso dos termos preso, interno, condenado ou sentenciado, os quais, embora verdadeiros, não deixam de chocar e depreciar o ser humano (OTTOBONI, 1997, p. 99).

No entanto, pude perceber, na APAC, propostas de níveis de reeducação, tanto que os “recuperandos” são os responsáveis por preparar o próprio desjejum, o café da tarde, bem como o almoço e o jantar. Além disso, cuidavam da faxina e jardinagem da casa. Dessa forma, ressalto que tinham acesso a facas, louças, talheres, enxadas, picaretas e a qualquer outro equipamento necessário para a execução de suas atividades cotidianas.

Além disso, tinham acesso à escolarização, por meio da modalidade de supletivo, como também a alguns cursos profissionalizantes. A metodologia fundava-se em uma disciplina rígida, na qual se buscava ocupar todo o tempo diurno com atividades variadas, fundamentadas em ordem, respeito e trabalho. Entretanto, as possibilidades ofertadas necessitavam ser potencializadas, para

efetivo alcance de seus objetivos. Além disso, procurava-se envolver a família do sentenciado em seu processo evolutivo.

Quanto à lotação prisional, a APAC se caracterizava como presídio de pequeno porte, com capacidade variando de 100 (cem) a 200 (duzentas) vagas, no intuito de atender, de forma mais funcional, seu recuperando. Outra questão importante referia-se à municipalização da execução penal, já que objetivava atender o preso na cidade em que reside sua família, pressuposto nem sempre atendido, devido à diversidade do público atendido.

Esses princípios metodológicos eram articulados pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC, órgão coordenador e fiscalizador das APACs, com as funções de orientar, assistir e manter a unidade de propósitos das associações.

No seu histórico, a primeira APAC data de 18 de novembro de 1972, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, e tinha como significado de sua sigla, inicialmente, “Amando ao Próximo, Amarás a Cristo”.

Seu idealizador foi o advogado Mario Ottoboni, com o apoio de um grupo de amigos cristãos. Todos tinham o mesmo propósito: abrandar os constantes conflitos e aflições vividos(as) pela população carcerária da Cadeia Pública de São José dos Campos (SP).

De sua criação, até 1974, a APAC era apenas um grupo da Pastoral Penitenciária; no entanto, nesse ano (1974), ganhou personalidade jurídica e tornou-se ONG que administraria a execução penal em um Estado laico. Nesse mesmo ano, passou a administrar o Presídio Humaitá, em São José dos Campos, que constituiu a primeira experiência de aplicação do método apaqueano.

No bojo de sua proposta, tem por filosofia “matar o criminoso e salvar o homem”e, por condescender com os princípios da Igreja Católica referentes à prisão, entende o cumprimento da pena como um período de penitência. Quanto a esse aspecto, afirma o criador do método:

[o] presídio não pode e não deve ser transformado num recanto de lazer onde o delinqüente se sinta de férias. Não devemos nos esquecer que o sofrimento nos conduz à reflexão e facilita nosso encontro com a realidade, aproximando-nos de Deus (OTTOBONI, 1978, p. 221).

Além disso, a concepção desse método apresenta 12 (doze) elementos fundamentais para a execução de sua proposta, quais sejam:

- participação da comunidade;
- recuperando ajudando recuperando;
- trabalho;
- religião;
- assistência jurídica;
- assistência à saúde;
- valorização humana;
- a família;
- o voluntário e sua formação;
- Centro de Reintegração Social;
- mérito; e
- Jornada de Libertação com Cristo (MINAS GERAIS, TJMG, 2009).

Como se observa nos elementos apresentados acima, o lazer não se configura como uma atividade constitutiva do processo proposto por essa metodologia. Diante disso, propus-me a verificar como essa dimensão se expressava no cotidiano da APAC pesquisada.

Nessa proposta, a participação da comunidade externa representava uma estratégia de fundamental importância, porque era por meio dela que o método se difundia em outras instâncias da sociedade, já que permitia a chegada de novos participantes e, também, a inserção de sócios-contribuintes.

Dentre esses elementos, o Conselho de Sinceridade e Solidariedade - CSS constituía importante “equipamento” dentro do método, já que era responsável por solucionar problemas dos mais variados, no presídio, sendo composto apenas por presos. Nesse âmbito, o CSS discutia e encaminhava questões relativas à segurança, à manutenção do prédio, ao financiamento das atividades relativas a saúde, a vínculos familiares, etc..

Quanto às atividades voltadas para o mundo do trabalho, eram imprescindíveis para a proposta metodológica do sistema apaqueano com

ações; porém, necessitavam estar integradas com a reciclagem dos valores humanos dos apenados. No regime fechado, o trabalho era caracterizado por oficinas denominadas laborterapias. Nesses locais, os sujeitos produziam pinturas em quadros, móveis, tecidos bordados e serralheria, entre outros.

A religião apresentava a missão de proporcionar uma transformação moral. Todavia, apesar de a APAC ter emergido de uma proposta católica, curiosamente, em muitas unidades, o que se via era um número significativamente maior de evangélicos. Por outro lado, não se observou resistência alguma por parte das direções das casas mencionadas durante a pesquisa. Inclusive, questionei sobre a possibilidade da prática do candomblé e a umbanda, a direção informou não ter nenhuma objeção a esses rituais.

Quanto ao aspecto jurídico, a APAC disponibilizava assistência jurídica para os condenados, considerando que boa parte deles não possuía recursos financeiros para arcar com os custos do processo. Porém, esse serviço era disponibilizado somente a aqueles recuperandos que demonstravam compromisso com a proposta do método no cotidiano institucional.

O atendimento à saúde constitui um item importante da metodologia; no entanto, era prioritariamente oferecido por intermédio de voluntários. Desse modo, sempre se buscava o atendimento social, médico, odontológico e psicológico, em parceria com instituições acadêmicas.

Dentro dessas premissas, a valorização humana era considerada primordial, já que buscava trabalhar a auto-imagem do condenado de maneira a estimular uma reação positiva, de modo a lhe mostrar a igualdade entre as pessoas perante Deus.

O voluntário tinha um papel importante nessa mediação, porque era ele que desenvolvia as atividades de valorização humana. Não obstante isso, era necessário que esse voluntário participasse de um curso de formação ministrado em 42 (quarenta e dois) encontros de 3h cada, perfazendo um total de 126 (cento e vinte e seis) horas.

Além disso, a família representa um pilar de suporte do processo, sendo sempre convidada a participar de todos os estágios da vida do preso. Nessa ação, buscava-se o restabelecimento de elos afetivos que, em algum momento, romperam-se, na trajetória social dos detentos.

Quanto ao CRS – Centro de Reintegração Social –, trata-se da unidade prisional; ela é dividida em 3 (três) pavilhões, com as seguintes características de regimes: fechado, semiaberto e aberto. Essa divisão permitia ao recuperando perceber a progressão de sua pena, conforme o método.

Quanto ao elemento avaliativo denominado mérito, encontra-se na alçada da CTC - Comissão Técnica de Classificação, pela qual o preso era avaliado quanto à sua postura dentro da cadeia e do método. Dessa forma, o sentenciado era sempre informado sobre suas atitudes e ações, ficando ciente do seu nível de progressão e da necessidade de reavaliar seu comportamento.

A “Jornada de Libertação com Cristo” acontecia por meio de um encontro anual organizado com palestras, testemunhos e meditação, e tinha por objetivo proporcionar um momento de reflexão com todos os presos da unidade.

É importante destacar que a APAC, desde 1986, se vinculou à ONU, mediante associação ao seu órgão consultivo ligado a questões penitenciárias, denominado *PrisonFellowshipInternational* - PFI. A partir dessa vinculação, o método apaqueano passou a ser difundido internacionalmente em congressos relacionados ao tema. Dessa forma, vários países se interessaram em implantar o modelo criado por Mário Ottoboni, sendo que Costa Rica e Equador o implantaram integralmente. Alguns países, porém, o implantaram de modo parcial, como: Alemanha, Bulgária, Cingapura, El Salvador, Eslováquia, Estados Unidos da América, Honduras, Inglaterra, Letônia, México, Moldávia, Malawi, Namíbia, Nova Zelândia e Noruega (MINAS GERAIS, TJMG, 2009).

Em Minas Gerais, a primeira APAC foi instituída 14 (quatorze) anos após a criação do método, no município de Itaúna - MG, em sua cadeia pública, sendo que só em 1997 a instituição conquistou um prédio próprio e, assim, tornou-se a segunda unidade prisional no País a não ter policiais ou agentes prisionais em seu quadro de funcionários. Nessa mesma cidade, em 2002, foi criada a primeira APAC feminina do País.

Diante dos resultados positivos apresentados pela APAC, segundo avaliação do Poder Judiciário, devido ao seu método, foi elaborado, no final do segundo semestre de 2001, o Projeto Novos Rumos, que tinha por meta incentivar a criação de novas APACs pelo Estado. Esse projeto só foi

regulamentado em 2004, pela Resolução 433 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG (MINAS GERAIS, 2004).

Até o momento da pesquisa, havia, em Minas Gerais, 33 (trinta e três) APACs, em atividade, e mais 68 (sessenta e oito) em processo de implantação. Diante dessa breve exposição, penso que o leitor já consegue esboçar um panorama acerca da proposta da APAC e do seu alcance nacional e internacional. Diante disso, no próximo tópico, apresento a temática da juventude e sua diversidade, sob uma perspectiva histórico-cultural.

1.3 Juventude e diversidade: a necessidade de um olhar histórico-cultural.

Definir o que venha ser a fase de vida dos seres humanos denominada de juventude, como nos adverte Spósito (1994, p. 178), não é uma tarefa fácil, porque é necessário considerar os significados sociais produzidos em um determinado período histórico. Embora exista o reconhecimento da condição de transitoriedade como elemento importante para definição do jovem: transição da heteronímia da criança para autonomia do adulto; “o modo como se dá essa passagem, sua duração e características têm variado nos processos concretos e nas formas de abordagens dos estudos que tradicionalmente se dedicam ao tema” (*loc. cit.*).

Dessa maneira, a juventude representa um período de experiências humana, histórica e socialmente construídas, não podendo ser concebidas de forma universalizada; no sentido de se compreender o jovem em “sua diferença, enquanto indivíduo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios” (DARYRELL, 1996, p. 140). Assim, a juventude constitui um período “fortemente marcado pela diversidade, dependendo das condições sociais (classe social), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero (homens e mulheres) e de regiões” (SPÓSITO 1999, p. 1).

Diante dessas considerações, discutir as formas de lazer de jovens é remeter a processos de sociabilidade, de descontração, azaração e construção de subjetividade, frequentes nesse período da vida.

De acordo com Carrano (1999), as práticas de lazer da juventude se afirmam como redes relacionais decisivas para a elaboração de identidades urbanas da juventude:

[o]s fenômenos relacionados com as atividades de lazer estão no centro dos processos de formação da subjetividade e dos valores sociais nas sociedades contemporâneas. Para os Jovens particularmente, as atividades de lazer se constituem num espaço/tempo privilegiado de elaboração da identidade pessoal e coletiva (CARRANO,1999, p. 138).

Carrano (1999) considera que os processos sociais desenvolvidos nos espaços e momentos de lazer contribuem, significativamente, para a formação dos sujeitos; principalmente, os que são capazes de gerar momentos de sociabilidade dentro dos grupos juvenis.

Desse modo, ao tratar do uso do lazer como possível prática de ressocialização e sociabilidade de jovens em cumprimento de pena, considerar-se-á que existem múltiplas formas de ser e viver esse ciclo da vida; isto é: não se pretende buscar a essência da juventude investigada, mas situá-la em relação aos grupos e às configurações histórico-culturais às quais pertencem.

De acordo com Paulo Freire (2006), ensinar é algo essencial ao sujeito, porque lhe permite criar sua própria identidade cultural; portanto, torna-se necessária a sensibilização social e política desses jovens. Freire enfatiza, constantemente, que educar não é mera transferência de conhecimentos, mas, sim, conscientização e testemunho de vida.

Para Dayrell(2005), a socialização, uma temática que permeia toda Sociologia clássica; funda-se na ideia de que existe uma articulação estreita entre indivíduo e sociedade. As normas e as organizações, antes de existirem lá fora, são formas de compreensão e ação dos indivíduos na sociedade. O encontro entre os seres humanos é, assim, fundamental, para a constituição da identidade e do lugar do sujeito nos espaços sociais. Enquanto a socialização é

algo mais rígido, fruto da interação com instituições, a sociabilidade é algo fluido, fundado na associação com o outro:

[a] sociabilidade é um símbolo da vida quando a vida surge no fluxo de um jogo alegre e fácil; ela é, contudo, um símbolo da vida. A sociabilidade não muda a imagem da vida além do ponto exigido por uma própria distância em relação a esta. Da mesma maneira, para parecer vazia e falsa, mesmo a arte mais livre e mais fantástica, não importa o quão esteja de qualquer cópia da realidade, alimenta-se de uma relação profunda e leal com essa realidade (SIMMEL, 1983, p. 179 *apud* DAYRELL, 2005, p. 184).

Esse pressuposto me ajudou a pensar o processo de socialização e de sociabilidade dos jovens da APAC investigada. De um lado, as normas, as regras de convivência dos espaços; de outro, as formas de os jovens se apropriarem da instituição. Aqui, foi fundamental observar os tipos de associação, os tipos de conflitos e as alianças que se instauravam nesse espaço. Outro ponto interesse foi buscar compreender os interesses e os agrupamentos dos jovens durante as atividades de lazer propiciadas pela instituição onde se encontravam. Não havia nada mais alegre e fácil que a prática esportiva, elemento bastante presente no referido espaço. Compreender como os jovens utilizavam esse espaço e significavam essas experiências foi o objetivo central da pesquisa que ora apresento.

Outro fato que me chamava atenção era a dificuldade de se definir o início e o término da juventude, porque a separação da primeira família e o ingresso no mercado de trabalho – aspectos da vida adulta – não possuíam uma mesma regularidade no tempo e no espaço. De um lado, na Europa, nos dias atuais, há uma forte tendência de se estender a juventude até os 29 (vinte e nove) anos, devido a modificações sociais e econômicas, próprias deste milênio, que exigem um período mais longo de escolarização para se ter uma ocupação profissional mais estável no mercado de trabalho. Por outro lado, certos jovens de países como Brasil, de acordo com alguns estudos, têm seu tempo de juventude reduzido, devido ao ingresso precoce ao mercado de trabalho. Diante disso, trabalhei dentro do delineamento da juventude prescrito pela Lei Federal nº 12.852/13 (BRASIL, 2013), porque meu foco eram sujeitos encarcerados com idades entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos.

Os jovens em questão viviam em condição bastante adversa da juventude europeia e das classes privilegiadas do nosso país; além de, em sua

maioria, terem baixa escolaridade, sua relação com a sociedade era marcada por estigmas e pelo confronto. Nessas condições, foi importante indagar pelo tipo de juventude que socialmente se constrói. Nesse aspecto, era preciso compreender a subjetividade de cada um. Ao me propor um estudo da subjetividade, colocava-se, de forma indivisível, a relação entre indivíduo e sociedade como momentos da constituição do sujeito. Segundo Rey (2003), o desenvolvimento de uma teoria da personalidade centrada na constituição subjetiva só é possível se:

[a] ideia de sujeito recupera o caráter dialético e complexo do homem, de um homem que de forma simultânea representa uma singularidade e um ser social, relação esta que não é de determinação externa, mas uma relação recursiva em que cada um está simultaneamente implicado na configuração plurideterminada dentro da qual se manifesta a ação do outro (REY, 2003, p. 224).

Com isso, a constituição do sujeito resulta de suas ações, que constituem sua subjetividade, a partir dos processos de significação e sentido que se organizam na personalidade, em articulação com espaços sociais em que o sujeito está inserido. Assim, uma pergunta que se tornou necessária em minha investigação foi: “quem eram aqueles jovens?”.

Esses desafios me levaram a buscar sentidos e significados envolvidos na relação desses sujeitos com a instituição mediados por experiências de lazer tensionadas pelo trabalho, pela disciplina, pela escolarização e demais atribuições sociais e individuais daqueles detentos.

De todo modo, pautei-me, neste estudo, pelo respeito à singularidade social daqueles jovens no compartilhamento com experiências de lazer em um sistema penal diferenciado que, ainda, apresentava elementos de um ascetismo configurado no exercício físico e mental do trabalho como elemento promotor de remição das suas penas e de redenção dos seus percalços (WEBER, 2004).

Sendo assim, remeto a discussão para as concepções de lazer encontradas na revisão bibliográfica realizada e para a sua contribuição para esta pesquisa.

1.4 Concepção de Lazer

No campo teórico do lazer, persiste uma polêmica, sob o ponto de vista conceitual, quanto ao surgimento e à interpretação desse fenômeno. No entanto, limito-me, nesta pesquisa, a apresentar conceitos acerca do lazer a partir do ponto de vista de 3 (três) referências teóricas relevantes no campo de estudos relativos ao tema, que são citadas em diferentes pesquisas desenvolvidas em nosso País, sendo representadas, de formas distintas, por Christianne Gomes (2004), Joffre Dumazedier (1973) e Nelson Marcellino (1987). Partindo-se do conceito de lazer apresentado por Gomes (2004), entende-se:

[u]ma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2004, p. 125).

Dentro dessa ótica, o lazer representa algo que possibilita a vivência de experiências culturais individuais ou coletivas capazes de produzir no sujeito valores necessários a uma vida cotidiana dotada de regras e posturas necessárias a uma vivência comunitária. Além disso, Gomes, Lacerda e Pinheiro (2010) apontam que o lazer constitui uma dimensão da cultura, configurada a partir do contexto sócio-histórico-cultural do sujeito, sendo, portanto, uma necessidade humana:

[a]ssim, o lazer é constituído conforme as peculiaridades do contexto no qual é desenvolvido e implica produção – no sentido de reprodução, construção e transformação de práticas culturais vivenciadas ludicamente por pessoas, grupos, sociedades e instituições. Essas ações são construídas em um tempo/espaço social, dialogam e sofrem interferências das demais esferas da vida em sociedade e nos permitem ressignificar, simbólica e continuamente, a cultura (GOMES, 2010, p. 34).

Noutra perspectiva, Dumazedier (1973), apresenta importantes contribuições para o tema, apesar de as suas discussões retratarem um

período anterior ao da obra de Gomes (2010), no qual as pesquisas eram escassas quanto a esse tipo de prática social:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1973, p. 34).

É relevante salientar, todavia, que esse teórico formulara suas proposições teóricas embasado em pesquisas empíricas realizadas nas décadas de 1950 e 1960, conforme menciona Gomes (2004, p. 120). Por ter situado o lazer como “*conjunto de ocupações*”, entendido como atividades presentes nos momentos de ócio, Dumazedier(1973) tem sido criticado por outros teóricos, atualmente.

Ainda de acordo com o sociólogo francês JoffreDumazedier, o lazer reúne as seguintes características: *caráter libertário*, porque é o momento de liberação das atividades laborais, sociais e familiares; *caráter desinteressado*, porque não está submetido a nenhum fim que vise a lucro, atividade profissional ou ideológico; *caráter hedonístico*, tendo em vista a busca por satisfação, prazer e felicidade; *caráter pessoal*, já que atende as necessidades individuais, contrapondo-se às necessidades primárias estabelecidas pela dinâmica social.

Como se observa, Dumazedier (1973) define o lazer em oposição ao trabalho, em perspectiva dicotômica e maniqueísta. No entanto, compreendo esse fenômeno como o caracteriza Gomes (2004); ou seja: apesar de o lazer e o trabalho conservarem aspectos dessemelhantes, ambos entabulam relações dialéticas na trama social. São fenômenos dinâmicos que se inter-relacionam e, na contemporaneidade, não existem balizas incondicionais entre lazer e trabalho como nos induz a pensar o conceito de lazer proposto por Dumazedier (1973).

De modo distinto, Marcellino (1987, p. 31) conceitua o “lazer como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivencia (praticada ou fluida) no tempo disponível”. Dessa maneira, ele supõe que o galardão seja apenas a satisfação proporcionada pelo momento: “[a] disponibilidade de

tempo' significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa" (MARCELLINO, 1987, p. 31). Assim, Marcellino (1987) ultrapassa a ideia de "conjunto de ocupações"; no entanto, são notórios em sua concepção, traços da proposição de Dumazedier (1973).

Marcellino (1987, p. 29) menciona, ainda, no que diz respeito ao tempo de lazer, o seguinte: "[t]alvez, fosse mais correto falar em tempo disponível, ao invés de tempo livre", "tempo algum pode ser considerado livre de coações ou sua perspectiva contempla a ideia de um tempo disponível, o qual não é completamente livre, integrando as ideias de Dumazedier (1973) e, ao mesmo tempo, contrapondo-se a esse pensador francês.

Nesta pesquisa, adoto como elemento norteador a concepção de Gomes (2004), porque compreendo o lazer como uma dimensão da cultura repleta de possibilidades para a produção humana. Entretanto, é comum constatarem-se dimensões pontuais acerca do fenômeno reduzindo-o a uma única dimensão na abordagem dos seus conteúdos culturais. Nesse aspecto, associa-se, por exemplo, a experiência individual como uma produção exclusiva do indivíduo, fora de um contexto mais amplo.

Diante das concepções de lazer apresentadas, cumpre refletir sobre quanto importante é aprofundar a discussão relativa às práticas de lazer dentro dos presídios. Sendo o lazer um direito social previsto na LEP, cabe ao Poder Público competente avaliar as produções artísticas e culturais advindas dos presídios como produções de trabalho, proporcionando, assim, direito à remissão e estímulo a novas vivências. Dentro desse parâmetro criativo e produtivo do lazer, a produção de uma peça teatral, a composição de uma música, a pintura de um quadro ou mesmo um ensaio musical permite ao preso ressignificar sua vida. Desse modo, seria importante a elaboração e promoção de atividades como processos educativos que gerem novas zonas de sentidos para os sujeitos apenados.

No que tange a privação de liberdade, torna-se ilustrativo mencionar o conceito de "privado" proposto por Hannah Arendt (2004), segundo o qual o sujeito que vive de maneira privada é desprovido da condição primordial da vida genuinamente humana, é desprovido da realidade que advém do contato, do diálogo, da presença do outro, da relação direta com o mundo. Nessa perspectiva, o lazer, no contexto prisional, representa uma possibilidade

concreta de gerar sociabilidade e socialização para os sujeitos privados de liberdade, ao romper com seu confinamento reduzido a processos exclusivamente punitivos.

Perante isso, remeto a discussão deste estudo à perspectiva histórico-cultural, para compreensão dos conceitos de subjetividade, significado, sentido e sujeito.

1.5 Concepção de Subjetividade, Significado, Sentido e Sujeito.

Diante da proposta que elaborei para o desenvolvimento da pesquisa ora apresentada, fez-se necessária a construção dos conceitos de sentido e significado. Para isso, busquei embasamento teórico em Vygotsky (2000, 2003, 2005) e Rey (1995, 2003, 2004, 2005, 2007 e 2011), fundamentado na a Psicologia Histórico-Cultural; porém, não descarto outros teóricos que possam articular outros conhecimentos a esses conceitos. No entanto, essa integração de outros aportes teóricos me foi possibilitada com o diálogo estabelecido com o pensamento complexo. Nesse sentido, procurei me embasar no conceito formulado por Morin (1996), do qual comungo e que abaixo apresento:

[...] É necessário o que chamarei de pensamento complexo, ou seja, um pensamento capaz de unir conceitos que se rechaçam entre si e que são suprimidos e catalogados em compartimentos fechados. Sabemos que o pensamento compartimentado e disciplinário ainda reinam em nosso mundo. Este obedece a um paradigma que rege nosso pensamento e nossas concepções segundo os princípios de disfunção, de separação, de redução. Sobre a base desses princípios é impossível pensar o sujeito e assim mesmo pensar as ambivalências, as incertezas e as insuficiências que há neste conceito, reconhecendo, ao mesmo tempo, seu caráter central e periférico, significante e insignificante (MORIN, 1996, p. 55).

A teoria histórico-cultural é contemplada por vários teóricos. Além dos supracitados, podemos destacar, ainda, Leontiev (1978), Luria (1986) e Smolka (2004), entre outros. Quanto ao conceito de subjetividade, Félix Guattari comenta: “[...] subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo” (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 31). Todavia, Morin (1996) acrescenta:

[na] ciência clássica, a subjetividade aparece como contingência, fonte de erros (o “*noise*” da linguagem da informática, o ruído que é absolutamente necessário eliminar). Por isso, a ciência clássica exclui sempre o observador de sua observação, e o pensador, o que constrói conceitos, de sua concepção, como se fosse praticamente inexistente ou se encontrasse na sede da verdade suprema e absoluta (MORIN, 1996, p. 46).

No entanto, Vygotsky (2003), antes de definir o que seria a teoria histórico-cultural, começa por explicar o processo pelo qual passou a Psicologia no século XVIII; para isso, afirma:

[n]o século XVIII, a psicologia dividiu-se em racional e empírica. A *psicologia racional* continuou se chamando psicologia metafísica, porque seu método fundamental de estudo consistia na especulação. Em contrapartida, a *psicologia empírica* foi concebida como ciência que se ocupava dos fatos, baseada na experiência; ela tentava estabelecer a mesma relação com o tema em estudo que as ciências naturais (VYGOTSKY, 2003, p. 38 *apud* LEAL, 2011, p. 27).

Diante do exposto, vale ressaltar que esse pesquisador não é contemporâneo; é um teórico soviético do período clássico da Ciência; trata-se, no entanto, de um pensador à frente do seu tempo, que não caiu na armadilha da Psicologia reducionista. Nesse período vivido por Vygotsky (1896-1934), a Psicologia se dividia entre a objetividade e a subjetividade. Para muitos, o desenvolvimento humano se limitaria a maturação linear e progressiva. Entretanto, a corrente histórico-cultural se opôs a esse olhar naturalista, porque acreditava que a capacidade humana seria socialmente determinada a partir das vivências experimentadas pelo sujeito.

O pesquisador soviético buscou caracterizar as ações humanas, para diferenciá-las daquelas da vida animal. Dessa forma, Vygotsky (2000) passou a denominar os processos culturais mediados pela consciência, cujas funções seriam advindas de relações interpessoais de cunho histórico-social. Segundo ele, a formação da consciência humana se dá a partir do momento em que o indivíduo se relaciona em um meio social, atravessado pela linguagem e por seus significados sociais. Para isso, é imprescindível destacar o sistema complexo de códigos desenvolvidos nos processos sócio-histórico-culturais geradores de significações contextuais entre o singular e o plural, o individual e o coletivo.

Vygotsky (2000) destaca que o progresso da consciência humana não é natural, porque se constitui a partir de suas relações com o outro. Ainda nesse sentido, ressalta:

[a] descoberta da inconstância e da mutabilidade dos significados das palavras e do seu desenvolvimento é a descoberta principal e única capaz de tirar do impasse a teoria do pensamento e da linguagem. O significado da palavra é inconstante. Modifica-se no processo do desenvolvimento da criança. Modifica-se também sob diferentes modos de funcionamento do pensamento. É antes uma formação dinâmica que estática (VYGOTSKY, 2000, p. 407 *apud* LEAL, 2011, p. 32).

Nessa perspectiva, a linguagem representa um primeiro momento, que produz um caráter socializador, e, a partir da internalização, passa a servir de instrumento de autorregulação da configuração humana nos seus distintos modos de expressão.

Assim, significado, para Vygotsky (2000), seria o arcabouço da palavra que auxilia o sujeito histórico-cultural a difundir suas experiências sociais. Contrapondo o sentido, o significado é uma produção social objetiva inerente ao ato em que é aquinhoadada por todos os sujeitos pertencentes a uma determinada cultura (LURIA, 1986); os significados configuram os mecanismos simbólicos da sociedade.

Quanto ao sentido, compreendo, conforme a concepção de Vygotsky (2000), que seja o sujeito fazer uso da consciência, por meio da palavra, de forma fluida e complexa, para expressar sua construção subjetiva individual. No entanto, Rey (1997) afirma que a morte precoce do pensador soviético o impediu de concluir a concepção de sentido, porque esse sistema o levaria a formular o que o seria a subjetividade. Rey (1997) afirma, porém, que a contribuição de Vygotsky (2000) foi fundamental para o estabelecimento do conceito de sentido na Psicologia soviética, representando um elemento constitutivo para a compreensão da psiquê humana.

Para Rey (2005), a subjetividade é constituída por uma natureza complexa advinda de uma configuração histórico-cultural. Esse pesquisador cubano menciona que a dialética dá fim à dicotomização entre o indivíduo e a sociedade ao afetar ambos os sistemas. Destarte, a ressignificação do homem

como sujeito histórico é um processo de subjetivação. Quanto a esse aspecto, Rey afirma que:

[...] a subjetividade não se internaliza, não é algo que vem de “fora” e que aparece “dentro”, o que seria uma forma de manter a dualidade em outros termos. [...] trata-se de compreender que a subjetividade não é algo que aparece somente no nível individual, mas que a própria cultura dentro da qual se constitui o sujeito individual, e da qual é também constituinte, representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade (REY, 2005, p. 78 apud LEAL, 2011, p. 37).

Outro ponto relevante nas reflexões teóricas de Rey (2005) é que ele afirma que as argumentações de Vygotsky (2000, 2003, 2005) não compreenderam a complexidade do processo, e exemplifica isso mencionando que aquele pesquisador soviético apresenta as funções primordialmente existentes em um plano social intersubjetivo. Para ele, Vygotsky (2000, 2003, 2005) não discorre sobre as organizações subjetivas do indivíduo, nem da sociedade.

De acordo com Leal (2011), o autor cubano (Rey) transpassa Vygotsky (2000, 2005), ao evidenciar a dimensão complexa entre sujeito e sociedade. Menciona que sujeito e sociedade se associam em uma subjetivação recursiva (VYGOTSKY, 2005). Nessa perspectiva, é possível interpretar que a subjetividade representa um processo complexo constituído por intercursos entre sujeito e sociedade, e não somente por processos biológicos e sociais. Nas palavras do autor:

[f]alamos de subjetividade para definir um sistema, uma forma de organização em que os diferentes processos e conteúdos que a integram não se afetam entre si fora da organização geral do sistema. Toda influência externa se integra ao sistema e tem um sentido para ele dentro de sua auto-organização ao integrar processos que não se afetam de forma direta em suas inter-relações, que são relações de sentido nas quais a constituição histórica do sujeito tem valor essencial na configuração das influências que recebe, as quais nunca atuam de uma condição objetiva suscetível a registros padronizados (VYGOTSKY, 2005, p. 250 apud LEAL, 2011, p. 38).

Além disso, o sentido emerge devido às vivências do sujeito que trazem, além de significado, a produção de configurações subjetivas próprias da sua singularidade (LEAL, 2011). Vale, a propósito, destacar o que Rey (2004b) escreve sobre sentido:

[o]s sentidos subjetivos representam a unidade do emocional e do simbólico sobre uma definição produzida pela cultura (ou seja, os sentidos sempre se organizam sobre espaços simbolicamente existentes e significam, justamente, a possibilidade diferenciada da ação humana dentro de tais espaços), unidade na qual um aspecto evoca o outro, sem se converter em sua causa, o que implica o fato de que a emergência de cada um deles (emoções e processos simbólicos) gere desdobramentos, que, por sua vez, provocam a emergência de novas manifestações no outro, o que define o caráter processual, mas simultaneamente sistêmico, dos sentidos subjetivos (REY, 2004. p. 34).

Não menos relevante que o significado nessa construção teórica, o sentido representa elemento recursivo e complexo constituinte da subjetividade, elaborado a partir da formação cultural e emocional do sujeito. Quanto a esse aspecto, Rey observa que:

[a] categoria de sentido subjetivo, diferenciando-se da categoria de sentido em Vygotsky, afasta-se da relação imediata sentido-palavra, da qual Vygotsky também começou a se afastar em seus últimos trabalhos (Vygotsky, 1984), mas sem se deter teoricamente nas consequências dessa separação em relação a sua própria teoria, para o qual, desafortunadamente, não dispôs de tempo de vida. Por outro lado, na categoria sentido subjetivo fica enfatizada a relação do simbólico com o emocional, e não entre o intelectual e o afetivo, que tinha sido o foco de Vygotsky. Finalmente, a partir da categoria de sentido subjetivo, em sua relação com a categoria de configuração subjetiva, estabeleci uma relação inseparável entre o sentido subjetivo e a subjetividade como sistema (REY, 1995, p. 170 *apud* LEAL, 2011, p. 49).

Desse modo, pode-se compreender que a emoção é parte constituinte desse complexo sistema denominado subjetividade, que também agrega aos processos significado e sentido, ambos formulados a partir de uma construção culturalmente majorada (LEAL, 2011). Sobre a emoção, Rey (2005) assevera:

[a]s emoções representam estados de ativação psíquica e fisiológicas, resultantes de complexos registros do organismo ante o social, o psíquico e o fisiológico. As emoções são verdadeiras unidades que mostram a ecologia complexa em que se desenvolve o sujeito, e as mesmas respondem a todos os espaços constituintes dessa ecologia (REY, 2005, p. 242 *apud* LEAL, 2011, p. 50).

Nessa citação, o autor traz à luz apontamentos que condicionam a emoção aos aspectos biológicos, fisiológicos, psíquicos e sociais. Com isso, entrelaça emoção e sentido, criando, assim, a categoria de sentido subjetivo.

Diante dessa construção, cabe, agora, categorizar o sujeito. Para isso, Rey assevera que:

[o] sujeito é o indivíduo comprometido de forma permanente em uma prática social complexa que o transcende, e diante disso tem de organizar sua expressão pessoal, o que implica a construção de opções pelas quais mantenha seu desenvolvimento e seus espaços pessoais dentro do contexto dessas práticas (REY, 2005, p. 278).

Destarte, percebe-se que o autor situa o sujeito dentro de um processo histórico-cultural, uma vez que aponta sua construção simbólica inserida em atuações sociais. Nessas implicações, Rey (2005) indica que o sujeito é capaz de fazer suas escolhas de forma a constituir sua subjetividade, como indivíduo intencional, consciente, subversivo, interativo e apto a promover suas ações por meio da consciência. Assim, está habilitado a produzir sentidos e significados aos feitos a partir de seus processos simbólicos.

Nessa perspectiva, o lazer representa uma prática social atravessada por processos que configuram a subjetividade humana, na qual os sentidos e os significados se entrelaçam de forma contraditória e complementar. Sendo assim, a pesquisa desses elementos nas práticas culturais e sociais, aqui proposta, pretende dar visibilidade a esses intercâmbios no contexto prisional.

Isso posto, apresento, no próximo capítulo, os procedimentos metodológicos adotados neste estudo.

2 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Este capítulo aborda as questões teórico-metodológicas que delinearão esta investigação. Inicio enfatizando o contexto em que foi realizada a pesquisa. Descrevo minha chegada a uma unidade da APAC, delimito o tema (uso, sentido e significados do lazer), bem como os instrumentos adotados no processo de coleta de dados (diário de campo, questionário, observação participante, entrevistas semiestruturadas). Um dos aspectos aqui salientados é o lugar do pesquisador que confere sentido e ordem aos dados coletados. Em vez de concebê-lo como sujeito neutro, distante daquilo que está sendo investigado; ele é aqui compreendido como produtor de uma atividade construtivo-interpretativa (REY, 2004).

2.1 Trajetória do pesquisador e sua relação com o tema pesquisado

A escolha desse tema de pesquisa emergiu da minha prática pedagógica social, iniciada há 15 (quinze) anos, quando tive a oportunidade de trabalhar com jovens em cumprimento de medida socioeducativa em regime de internação, em um Centro Socioeducativo no município de Ribeirão das Neves - MG. Esse trabalho foi responsável por algumas mudanças na minha vida profissional. Dessa experiência, surgiu o desejo de aprofundar o meu trabalho profissional por meio de pesquisa em prol de melhor qualidade de vida para jovens em privação de liberdade. No entanto, devido a impasses burocráticos enfrentados junto ao Comitê de Ética em Pesquisa - COEP da UFMG e ao impedimento, por parte da Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS, para a realização de estudos junto a essa população juvenil, meu orientador me inseriu na Associação de Proteção aos Condenados - APAC, em um município de Minas Gerais.

Inicialmente, o intuito foi seguir a pesquisa sem perdas, porque a APAC representa uma “[i]nstituição que opera como entidade auxiliar dos poderes Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes

fechado, semi-aberto e aberto” (MINAS GERAIS, 2014). Dessa maneira, eu não teria prejuízo em minha proposta inicial de estudo, já que meu propósito objetivava analisar os significados, os sentidos e os usos dos espaços de lazer para jovens em cumprimento de medida de privação de liberdade. Nesse caso, apenas deixaria de investigar um centro socioeducativo e passaria a investigar um presídio que, guardadas as devidas proporções, apresenta algumas características próximas de um centro para jovens em medida judicial.

Vale ressaltar que cheguei até essa instituição por intermédio do meu orientador, Prof. Dr. Walter Ude que, na ocasião, desenvolvia pesquisa de pós-doutorado sobre masculinidade, violência e sistema prisional com os encarcerados na APAC. Desse modo, minha inserção nesse campo de pesquisa se tornou mais fácil, devido ao envolvimento do meu orientador com essa instituição.

Todavia, a reconfiguração desta pesquisa não deixa de discutir a realidade de jovens condenados, já que o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), em seu artigo primeiro, delimita as faixas etárias de adolescentes e jovens, bem como indica responsabilidade legal de cada ciclo de vida dessa população, como se lê:

[art 1º (...)] § 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente (BRASIL, 2013).

Frente a isso, optei por desenvolver meu estudo junto à população carcerária de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, sendo que, inicialmente, procurei levantar informações acerca dos reais motivos que os induziram a cometer certas infrações. Nessa caminhada, algumas questões foram levantadas, a fim de entender e identificar quem eram aqueles sujeitos e como as atividades de lazer poderiam contribuir para um processo socioeducativo, nesse tipo de instituição prisional. Nesse momento, suscitei algumas indagações: o que levou esse jovem a ingressar no mundo do crime?; qual era a real proposta dessa instituição para ressocializá-lo?; o lazer era utilizado

meramente como controle disciplinar?; como os jovens presos se apropriavam dos espaços e das propostas pedagógicas dessa instituição?; como a instituição organizava os momentos de lazer do grupo?; como os jovens utilizavam os espaços de lazer?; e como eram desenvolvidos os processos de socialização e sociabilidade do grupo nas atividades de lazer?

Vale ressaltar que a LEP, em seu título segundo, seção VI, art. 23, inciso IV, diz ser incumbência do Serviço de Assistência Prisional promover a recreação aos condenados em regime fechado. No seu capítulo IV, seção II, que trata dos direitos à recreação, novamente se verifica: “Art. 41 - Constituem direitos do preso: (...) V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; [...]” (BRASIL, 1984).

Minhas experiências anteriores, como membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e do Conselheiro Tutelar, instigaram-me a indagar sobre o acesso daqueles sujeitos a equipamentos de lazer.

No entanto, minha convivência com distintas instituições, no período em que fui conselheiro, revelou-me que as concepções de lazer variavam significativamente de uma instituição para outra. Para umas, era muito comum o lazer ser tratado apenas como um tempo ocioso e improdutivo, um momento de “banho de sol”; para outras, representava uma forma de “recompensar o bom comportamento”, tendo caráter meramente compensatório. Raramente, era compreendido como direito e como forma de sociabilidade e formação humana. Esses registros me levaram a tentar identificar, na APAC, a concepção de lazer presente naquele sistema prisional.

Nesse ponto, Marcellino (2008) afirma que é importante se ter um espaço para se desenvolver uma atividade de lazer, porque a educação pelo lazer pode formar o ser humano sem se valer de situações extremamente sistematizadas. Para Bramante (1992), o lazer proporciona melhora de qualidade de vida e está voltado para o desenvolvimento do sujeito como pessoa e membro de uma coletividade que, por meio das relações lúdicas, pode proporcionar momentos prazerosos. Esse tipo de experiência tem impacto sobre a subjetividade do sujeito capaz de gerar perspectivas de reconstrução da vida pessoal e social. Como entendo que a melhoria na qualidade de vida resulta da qualidade de interação entre as pessoas, e dessas

com o meio, vivendo em uma sociedade em transformação, essas ponderações levaram-me ao envolvimento com esse novo contexto de pesquisa, tal como apresento em seguida.

2.2 Apresentação do campo de pesquisa

O presente estudo teve como campo de pesquisa uma APAC situada na região metropolitana de Belo Horizonte - MG. A APAC pesquisada foi conquistada por meio de um movimento externo ao município, no qual estava instalada, talvez, por esse motivo, tenha sofrido bastante retaliação, por parte da comunidade, durante o período de fomentação da obra. Diante da necessidade de se construir uma APAC metropolitana, a PUC Minas, a Congregação Marista e a Arquidiocese de Belo Horizonte se uniram em prol dessa causa. Ao se reunirem com chefes dos poderes executivos da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, no ano 2000, para discutir a implantação da Instituição, receberam a notícia da doação do terreno por parte da prefeitura municipal da região.

O professor da PUC Minas, Sr. Fábio Alves, foi o grande articulador entre governos e instituições envolvidas para viabilizar a implantação dessa APAC. Como resultado de sua busca por recursos, conseguiu, junto ao Ministério da Justiça, verba para a construção do prédio. Para conseguir esse recurso, o professor contou com o projeto arquitetônico doado pelo arquiteto Flávio Agustini. Essas informações foram obtidas em conversa com a Dr^a Lauriene Abritta, assessora jurídica da FBAC. Esse projeto, a princípio, sofreu resistência, porque era necessário dispor de muito espaço para concepção da instituição, e isso não era algo comum para uma APAC. No entanto, esse presídio só foi concluído e inaugurado em 2006.

Quanto a esse espaço prisional, chamou minha atenção, acima de tudo, sua estrutura organizacional, que se diferenciava da maioria das instituições penais que tratavam da execução penal de condenados na Região Metropolitana de BH - RMBH. Em primeiro lugar, porque suas dependências comportavam considerável número de detentos, de modo confortável, se

comparado ao sistema prisional comum. O espaço estava dividido em 2 (dois) regimes: o fechado e o semiaberto; havendo um terceiro – o aberto – em fase de implantação. O prédio foi concebido para capacidade total de 200 (duzentos) presos, sendo projetado para 5 (cinco) ocupantes por cela. Em segundo lugar, porque lá também funcionava uma escola com atividades de alfabetização e supletivo do Ensino fundamental. Em terceiro lugar, porque a instituição oferecia, ainda, atividades denominadas laborterapias, que, de certa maneira, podem ser consideradas profissionalizantes: pintura de quadros, confecção de tapetes, artesanato e oficina de solda industrial. Em quarto lugar, porque havia uma estrutura de lazer bastante consolidada no regime fechado: mesa de pingue-pongue, quadra poliesportiva que, a cada final de tarde e nos finais de semana sediava jogos de futebol de salão entre os presos; como também um campo gramado, no qual se praticava futebol e que se permitia aos sábados receber times externos para disputa de jogos; uma academia de musculação constituída por equipamentos construídos de modo artesanal pelos condenados. Em quinto lugar, porque ali não se vê policial, agente penitenciário ou qualquer outra pessoa portando armas de fogo, com o intuito de inibir ou conter os detentos. O número de funcionários e voluntários apresentou-se ínfimo, em relação ao número de presos. Além disso, havia grande investimento na área de saúde: consultório odontológico, consultório médico, posto de enfermagem, acompanhamento psicológico e assistência jurídica.

Em suma, a APAC a ser pesquisada tendia a apresentar infraestrutura adequada às práticas educativas e ao lazer. Para ilustrar um desses espaços, apresento, na FIG. 1, a seguir, imagem de um momento de futebol compartilhado pelos presos.



FIGURA 1 - Sábado de lazer na APAC: Jogo entre recuperandos e jovens de uma oficina de futebol de um Programa do Governo do Estado de Minas Gerais.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em janeiro de 2014.

Apesar dos espaços de lazer oferecidos, o estabelecimento enfatizava bastante a questão religiosa. A administração era organizada seguindo as diretrizes do método apaqueano, focando sua meta principal na ressocialização do apenado. Apresento, na FIG. 2, a seguir, foto de um momento que ilustra atividade realizada nesse sentido.



FIGURA 2 - Domingo de visitas: momento de pregação religiosa para presos e seus familiares, ministrada por uma criança, em dia de visitas.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em novembro de 2014.

De certo modo, o caráter religioso moldava o atendimento da instituição. Bastava observar os ritos da instituição: os recuperandos participavam de rezas e orações (em cultos católicos e evangélicos), todos os dias, e, também, de algumas celebrações em datas comemorativas. De acordo com a proposta, a ressocialização dependia, além das penas impostas, do

nível de envolvimento com a transcendência religiosa. Vê-se, na FIG. 3, a seguir, foto de um momento de oração vivenciado pelos recuperandos.



FIGURA 3 - Valorização Humana: Momento de oração oferecido pelos recuperandos à equipe palestrantes do SENAC - MG.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em dezembro de 2013.

Há, porém, um ponto que merece ser destacado. Apesar de a faixa etária dos recuperandos oscilar entre 23 (vinte e três) a 63 (sessenta e três) anos de idade, a instituição não organizava suas atividades diárias respeitando essas especificidades. Ali, todos ficavam juntos, interagindo. Todos se respeitavam independentemente de seus crimes, inclusive os estupradores que, geralmente, no sistema prisional clássico, ficam em espaços isolados, para se evitar o seu extermínio.

No entanto, para fins desta pesquisa, limito-me ao estudo da população jovem, situada na faixa etária entre 23 (vinte e três) e 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de compreender que significados e sentidos atribuem às suas experiências de lazer naquele contexto institucional.

Como já fora mencionado, a APAC retratada apresentava capacidade para 200 (duzentos) detentos; porém, a SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social – regulamentou sua lotação para um número máximo de 141 (cento e quarenta e um) condenados. No momento de realização da pesquisa, a casa abrigava 126 (cento e vinte e seis) recuperandos divididos em seus dois regimes em funcionamento, sendo 97 (noventa e sete) no regime fechado, e 29 (vinte e nove) no regime semiaberto. Sendo assim, para se

teruma visão da população pesquisada, apresento alguns indicadores no próximo item.

2.3 Indicadores acerca da população pesquisada

Nesse item, apresento alguns indicadores levantados sobre a população carcerária total da APAC estudada que, na ocasião, era constituída por 126 (cento e vinte e seis) recuperandos. Os indicadores faixa etária, estado civil, cor, escolaridade, profissão, crimes e condenação foram apresentados com dados referentes ao mês de janeiro de 2014, e foram coletados na Assessoria Jurídica da instituição, com exceção da informação sobre a cor de pele, disponibilizada pelo Conselho de Sinceridade e Solidariedade - CSS, via consulta direta, para que os próprios presos se qualificassem, naquele momento.

2.3.1 Indicador: Faixa Etária

Na TAB. 1, a seguir, apresento as faixas etárias dos recuperandos na instituição.

TABELA 1
Faixa Etária.

Idade	Quantidade de recuperandos
18 a 29 anos	44
30 a 40 anos	48
41 a 50 anos	18
50 anos acima	7
Não declarou	9
Total	126

Fonte:ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC.

Em termos percentuais, temos (TAB. 2):

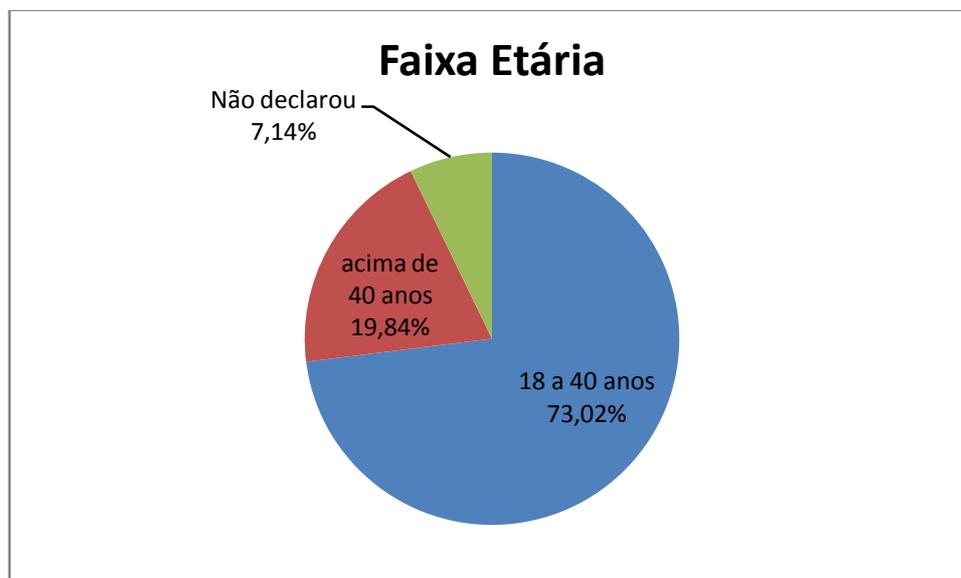
TABELA 2
Porcentagem por Faixa Etária.

Idade	Porcentagem (%)
18 a 29 anos	34,92%
30 a 40 anos	38,10%
41 a 50 anos	14,29%
50 anos acima	5,56%
Não declarou	7,14%
Total	100,00 %

Fonte:ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC.

Em linhas gerais, aproximadamente 73,02% dos recuperandos encontravam-se entre 18 (dezoito) a 40 (quarenta) anos, conforme se vê no GRÁF. 1, a seguir:

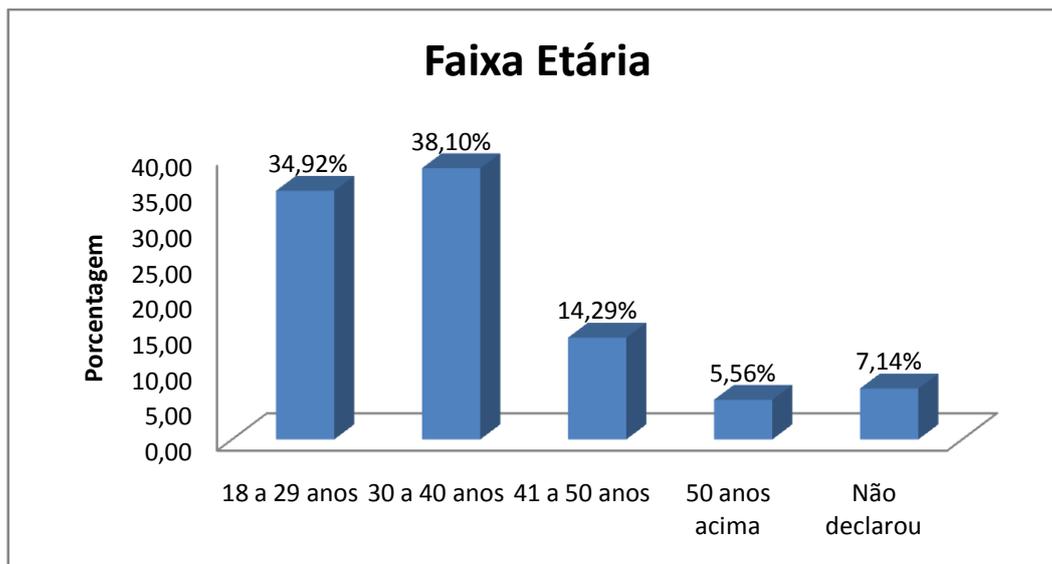
GRÁFICO 1 - Faixa Etária dos Recuperandos.



Fonte: Arquivos do autor.

Distribuídos, percentualmente, por subdivisões de faixa etária, temos o que apresento no GRAF. 2:

GRÁFICO 2 - Faixa Etária de Recuperandos da APAC.

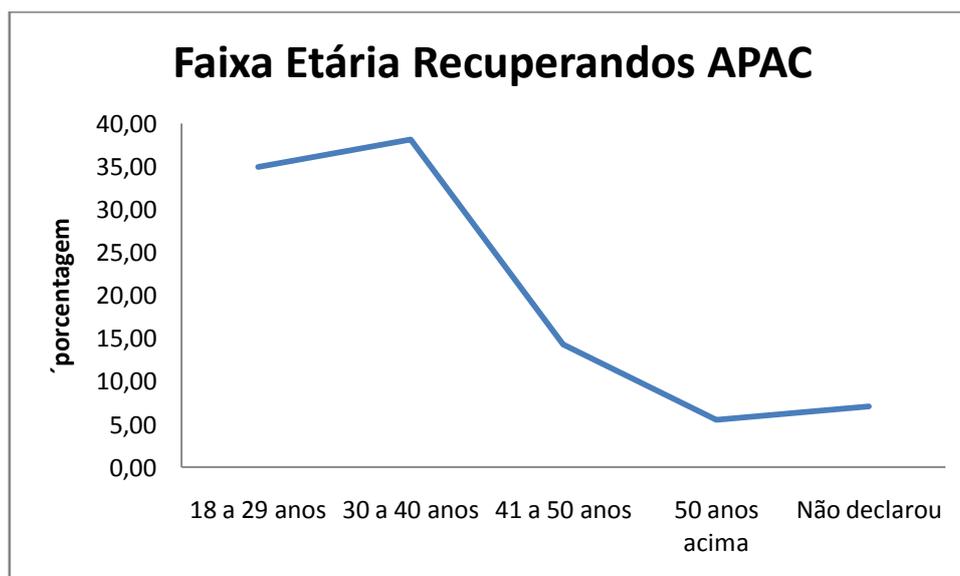


Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC.

Verifiquei que a maior parcela dos recuperandos, 38,10%, estava na faixa etária de 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos, ao lado de 34,92% dos recuperandos, com idades entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos. A menor parcela dos recuperandos, 5,56%, tinha mais de 50 (cinquenta) anos.

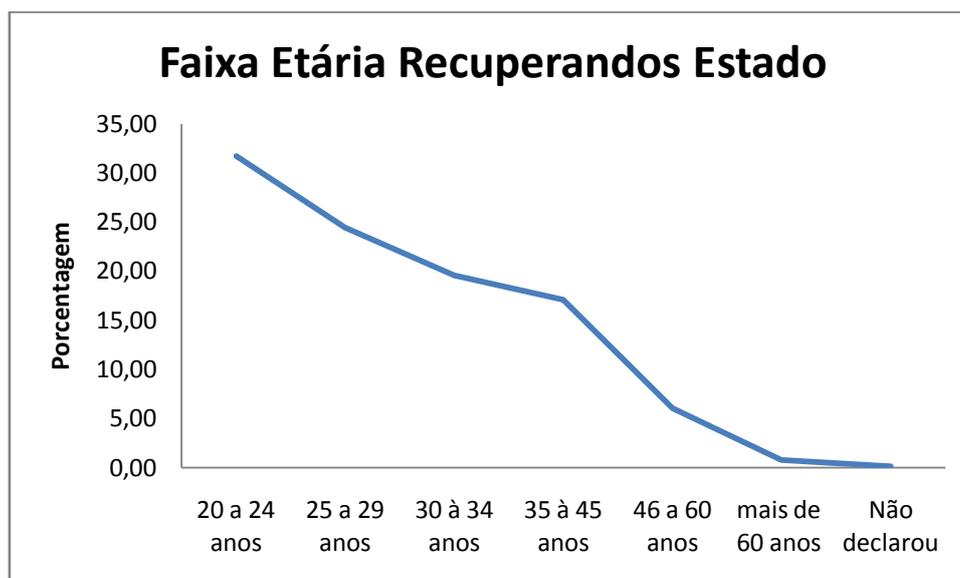
No GRAF. 3, a seguir, apresento esses mesmos dados, com visualização diferenciada, visando compará-lo com o GRAF. 4, que disponibilizo em seguida, com dados relativos ao Estado de Minas Gerais:

GRÁFICO 3 - Faixa Etária dos Recuperandos da APAC - Gráfico de linha.



Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC.

GRÁFICO 4 - Faixa Etária dos Recuperandos do Estado de Minas Gerais.



Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012.

Ao comparar esses dados com informações disponibilizadas no INFOPEN, do portal do Ministério da Justiça (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012) sobre Minas Gerais, percebi que a população do presídio referido não destoa da população carcerária do Estado, a qual apresentava concentração etária entre 20 (vinte) a 45 (quarenta e cinco) anos. Pelas curvas do gráfico, percebe-se a mesma tendência na faixa etária dos recuperandos da APAC e do Estado de Minas Gerais.

2.3.2 Indicador: Estado Civil.

Na TAB. 3, apresento informações acerca do estado civil dos pesquisados.

TABELA 3
Estado Civil.

Situação	Quantidade de recuperandos
Amasiado	42
Casado	19
Solteiro	36
Viúvo	3
Separado	6
Não declarou	20

Total	126
-------	-----

Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC.

Em termos percentuais, temos o que apresento na TAB 4, disponibilizada a seguir:

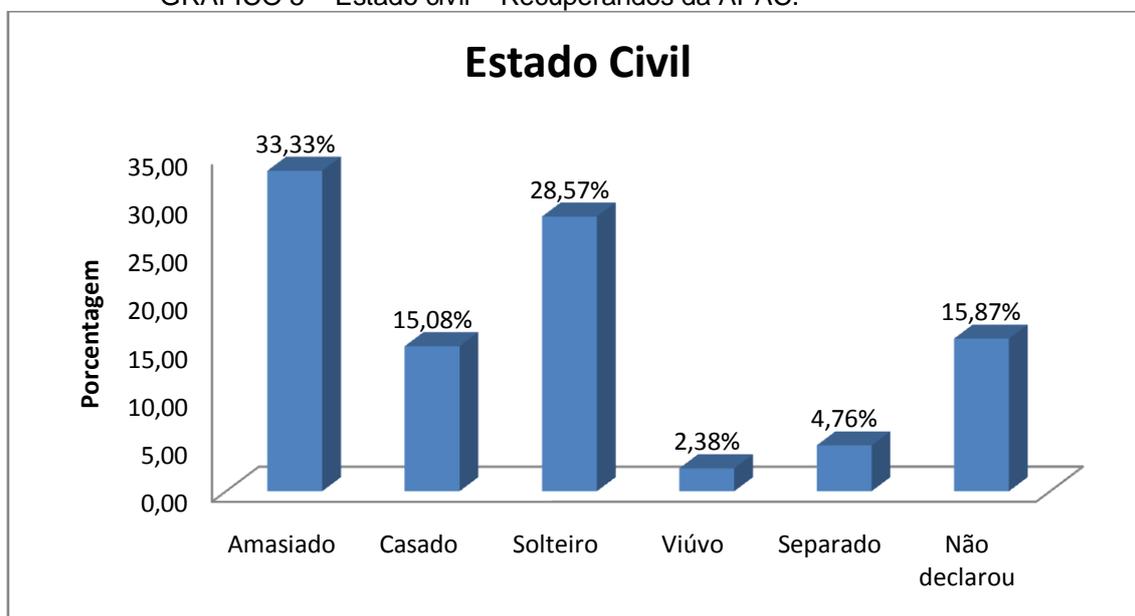
TABELA 4
Porcentagem - Estado Civil.

Situação	Porcentagem (%)
Amasiado	33,33%
Casado	15,08%
Solteiro	28,57%
Viúvo	2,38%
Separado	4,76%
Não declarou	15,87%
Total	100,00%

Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC.

Quanto à representação gráfica, em colunas, desses dados, observa-se a seguinte configuração (GRAF. 5):

GRÁFICO 5 – Estado civil – Recuperandos da APAC.

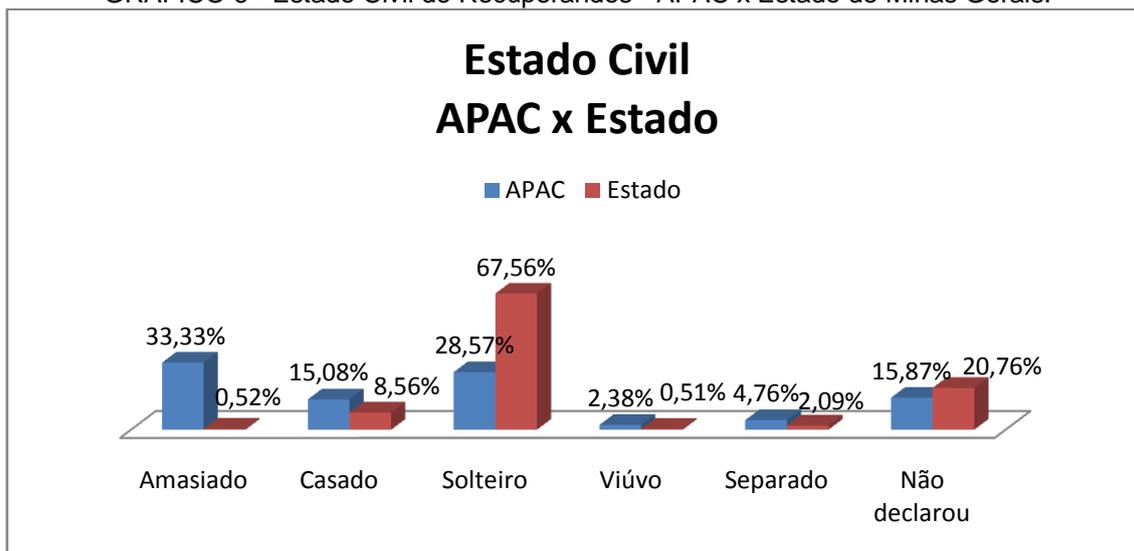


Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC.

Verifiquei que a maior parcela dos recuperandos, 33,33%, encontra-se amasiada e 28,57% solteira.

Observe, agora, o GRAF. 6, representativo dessa situação:

GRÁFICO 6 - Estado Civil de Recuperandos - APAC x Estado de Minas Gerais.



Fontes: CSS DA APAC PESQUISADA e MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012.

No indicador do Ministério da Justiça - MJ (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012), a população carcerária mineira apresentava maior percentual entre os que se declaravam solteiros, enquanto que, na APAC pesquisada, a maioria dos detentos se declarou amasiada.

2.3.3 Indicador: Cor.

Na TAB. 5, a seguir, apresento as cores declaradas pelos pesquisados:

TABELA 5
Indicador: Cor.

Situação	Quantidade derecuperandos
Branco	24
Negro	39
Pardo	36
Amarelo	0
Indígena	0
Não declarou	27
Total	126

Fonte: CSS DA APAC PESQUISADA.

Em termos percentuais, temos isto (TAB. 6):

TABELA 6
Porcentagem: Cor.

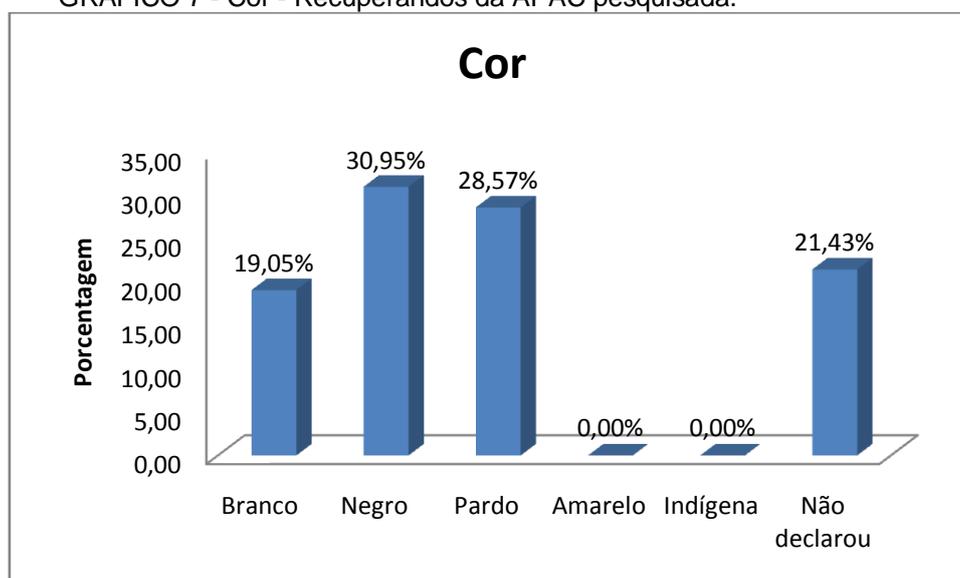
Situação	Porcentagem(%)
Branco	19,05%
Negro	30,95%
Pardo	28,57%
Amarelo	0,00%
Indígena	0,00%
Não declarou	21,43%
Total	100,00%

Fonte: CSS DA APAC PESQUISADA.

Quanto ao indicador cor, percebi predominância de negros, já que representavam 30,95% da população, seguidos de perto por pardos, 28,57% do total, e, em menor parcela, por 19,05% brancos.

Observe, quanto a isso, o GRAF. 7, a seguir:

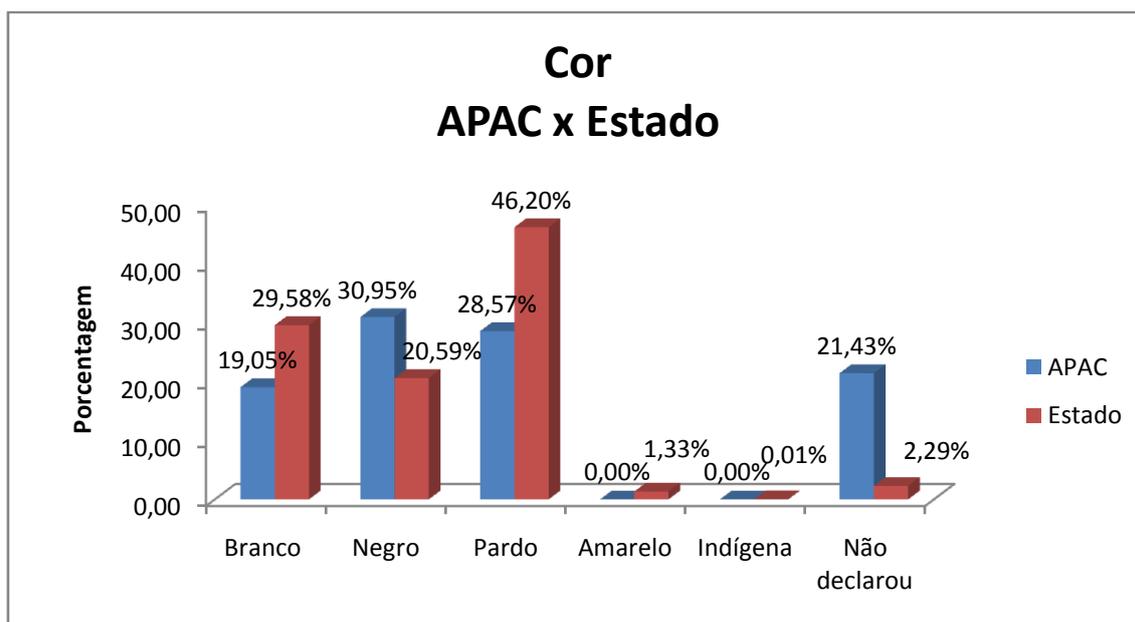
GRÁFICO 7 - Cor - Recuperandos da APAC pesquisada.



Fonte: CSS DA APAC PESQUISADA.

Na população prisional estadual mineira, a predominância é de pardos (46,20%) seguidos por negros (30,95%). Vale ressaltar que os dados da APAC foram solicitados diretamente aos presos responsáveis pelo CSS, porque, em alguns momentos, durante minhas atividades de observação, percebi alguns detentos negando sua cor de pele. A propósito, observe o GRAF. 8:

GRÁFICO 8 - Cor - Comparativo Recuperandos APAC x Estado de Minas Gerais.



Fontes: CSS DA APAC PESQUISADA e MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012.

2.3.4 Indicador: Escolaridade.

Na TAB. 7, a seguir, disponibilizado dados de levantamento da escolaridade da população estudada. Não foi possível analisar esses dados série a série, porque a instituição não os tinha detalhados, e nem os recuperandos informavam em que séries específicas interromperam seus estudos.

TABELA 7
Escolaridade de Recuperandos da APAC.

Grau de instrução	Quantidade de recuperandos
E. Fundamental (1º ao 5º ano)	21
E. Fundamental (6º ao 9º ano)	47
E. Médio	48
E. Superior	9
Não declarou	1
Total	126

Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC,

Em termos percentuais, tem-se a seguinte representação estatística (TAB. 8):

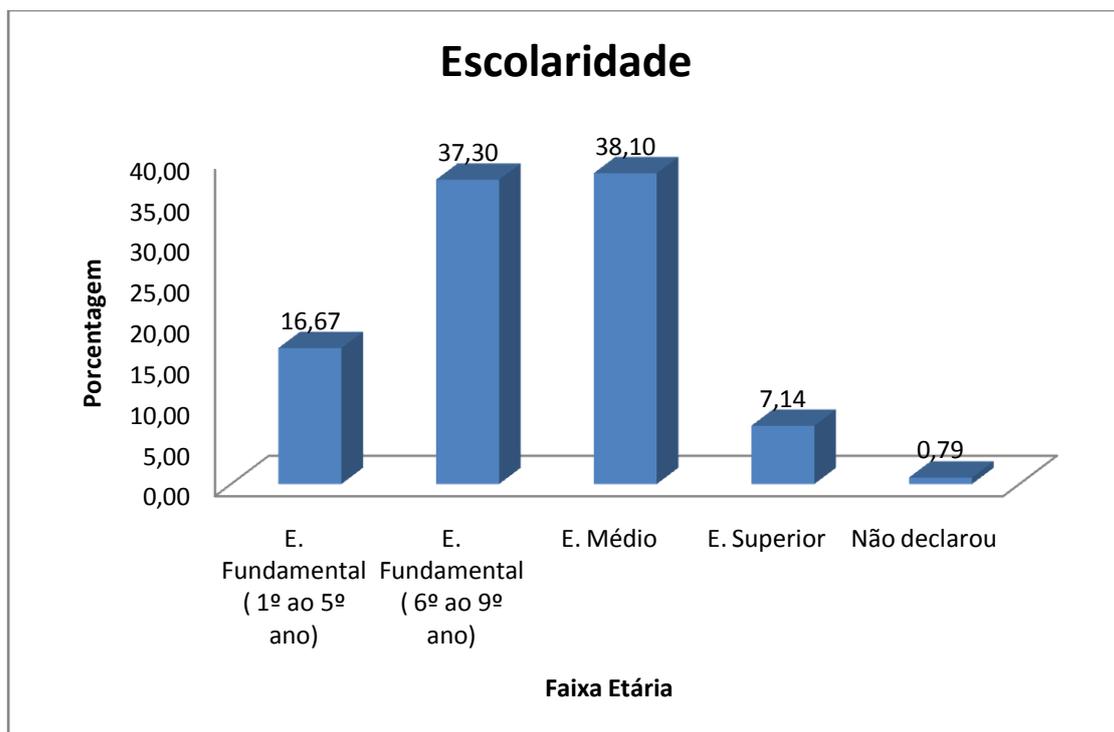
TABELA 8
Porcentagem: Escolaridade de Recuperandos da APAC.

Grau de instrução	Porcentagem (%)
E. Fundamental (1º ao 5º ano)	16,67%
E. Fundamental (6º ao 9º ano)	37,30%
E. Médio	38,10%
E. Superior	7,14%
Não declarou	0,79%
Total	100,00%

Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC.

Percebi que havia uma concentração de recuperandos no Ensino Fundamental (53,97%), ao lado de 38,10% no Ensino Médio e 7,14% no Ensino Superior. Observe, a propósito, o GRAF. 9, a seguir:

GRÁFICO 9 - Escolaridade dos Recuperandos da APAC pesquisada

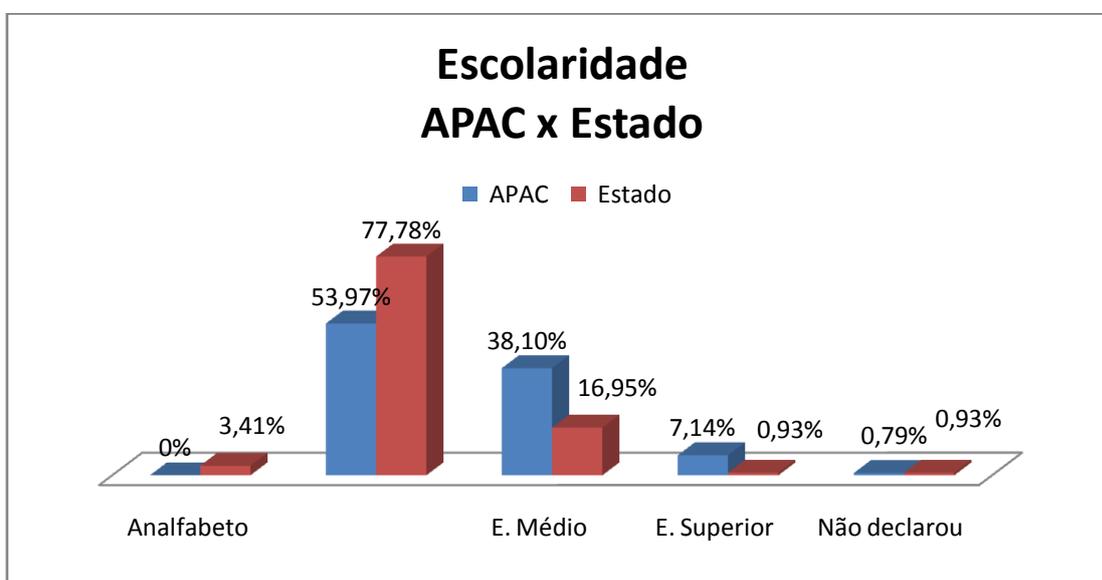


Fonte: CSS DA APAC PESQUISADA.

Esse indicador revelou uma tendência menor de recuperandos na APAC no Ensino Fundamental, 53,97%, em relação à população prisional de todo o Estado, a qual apresentava 77,78%. Entretanto, no Ensino Médio, e,

também, no Ensino Superior, percebe-se, no GRAF. 9, que a população da APAC apresenta melhor índice de escolarização, contando com 38,10% dos condenados no Ensino Médio, enquanto a média do Estado é de apenas 16,95%. No que tange ao Ensino Superior, temos, na APAC, uma população de 7,14% nessa situação, ao passo que, no Estado, um percentual ínfimo de 0,79% da população carcerária chegou a esse nível de escolarização (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012). O GRAF. 10, a seguir, ilustra essa comparação:

GRÁFICO 10 - Comparativo - Recuperandos APAC x Estado de Minas Gerais.



Fontes: CSS DA APAC PESQUISADA e MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012.

2.3.5 Indicador: Profissão.

Para o indicador profissão, considerei 2 (duas) categorias profissionais que necessitam de formação técnica ou superior e profissões que não demandavam formação técnica ou superior, a partir das informações obtidas da Assessoria Jurídica da APAC. A seguir, apresento, na TAB. 9 e na TAB. 10, as profissões dos sujeitos, conforme as categorias estabelecidas:

TABELA 9
Profissões que demandam formação técnica ou superior.

Profissões		
Gerente Financeiro	<i>Personal Traineer</i>	Técnico em Informática
Mecânico Industrial	Técnico Mecânico	Turismólogo
Metalúrgico	Técnico Contábil	

Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC.

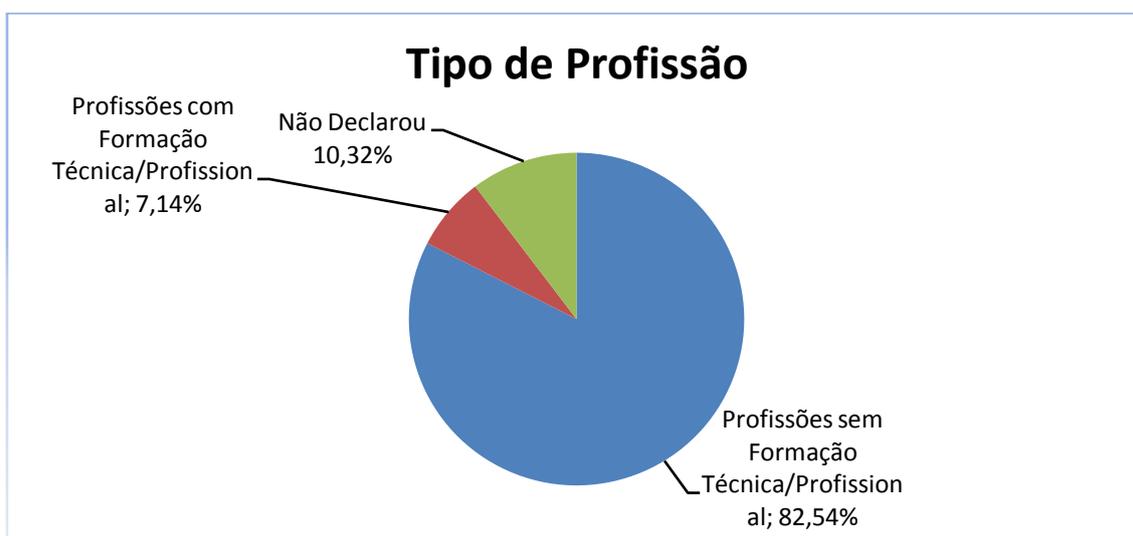
TABELA 10
Profissões que não demandam formação técnica ou superior.

Profissões		
Açougueiro	Comerciante	Pedrista
Agricultor	Confeiteiro	Pedreiro
Almoxarife	Conferente	Padeiro
Aplicador de Insulfilme	Corretor de Imóveis	Pintor
Assessor Parlamentar	Eletricista	Porteiro
Auxiliar Mecânico	Estampador	Promoter
Auxiliar Cozinha	Frentista	Promotor de Vendas
Auxiliar Parlamentar	Gari	Repositor
Auxiliar Público	Gesseiro	Sapateiro
Auxiliar Técnico	Guarda Municipal	Segurança
Auxiliar de Expedição	Lanterneiro	Serralheiro
Balconista	Lapidador	Servente
Bombeiro Hidráulico	Mecânico	Serviços Gerais
Cabeleireiro	Mestre de Obras	Soldador
Caminhoneiro	Montador	Vaqueiro
Carpinteiro	Motoboy	Vendedor
Carroceiro	Motorista	Vigia
Colometrista	Operador de máquinas	Vigilante

Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC.

NA APAC pesquisada, 82,54% dos recuperandos exerciam, antes da prisão, profissões que não necessitam conhecimento técnico ou superior, 7,14% exerciam profissões que necessitam conhecimento técnico ou superior e 10,32% não declararam suas profissões. O GRAF. 11, a seguir, ilustra a situação profissional dos recuperandos pesquisados:

GRÁFICO 11 - Tipos de profissão de recuperandos da APAC.



Fonte: Arquivos do autor.

2.3.6 Indicador: Crime.

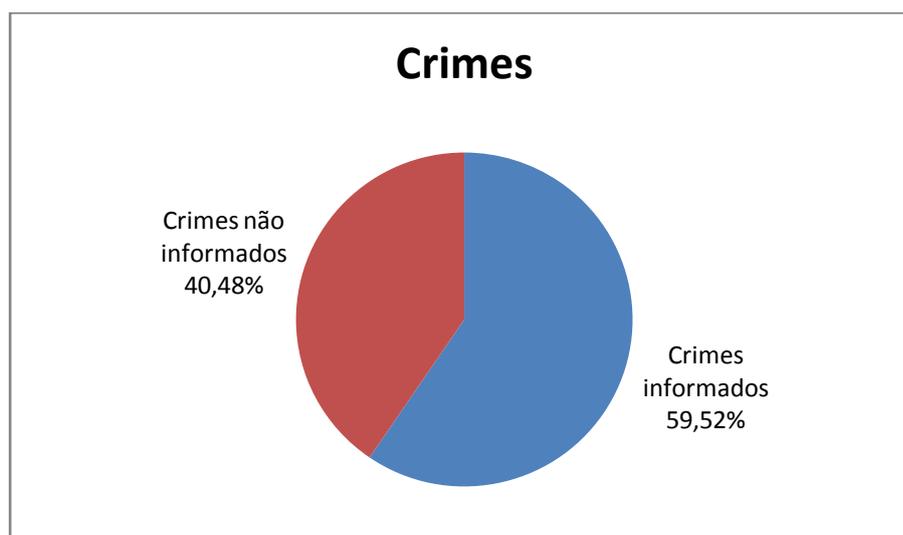
Para o delineamento das ações criminais executadas pelos presos da APAC, foi-me possível levantar dados de apenas 75 (setenta e cinco) do total 126 (cento e vinte e seis) presos, devido ao fato de a instituição não ter, na ocasião, essas informações dos demais condenados. Os dados que coletei quanto a esse indicador estão na TAB. 11, a seguir:

TABELA 11
Crimes Informados.

Número de recuperandos	Porcentagem (%) de recuperandos	Informação da APAC
75	59,52%	Crimes informados
51	40,48%	Crimes não informados
126	100,00%	Total

Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC PESQUISADA.

GRÁFICO 12 - Crimes cometidos por recuperandos da APAC.



Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC PESQUISADA.

Analisei 59,52% dos recuperandos. A TAB. 12, que disponibilizo a seguir, mostra os artigos infringidos e o número de crimes para cada artigo.

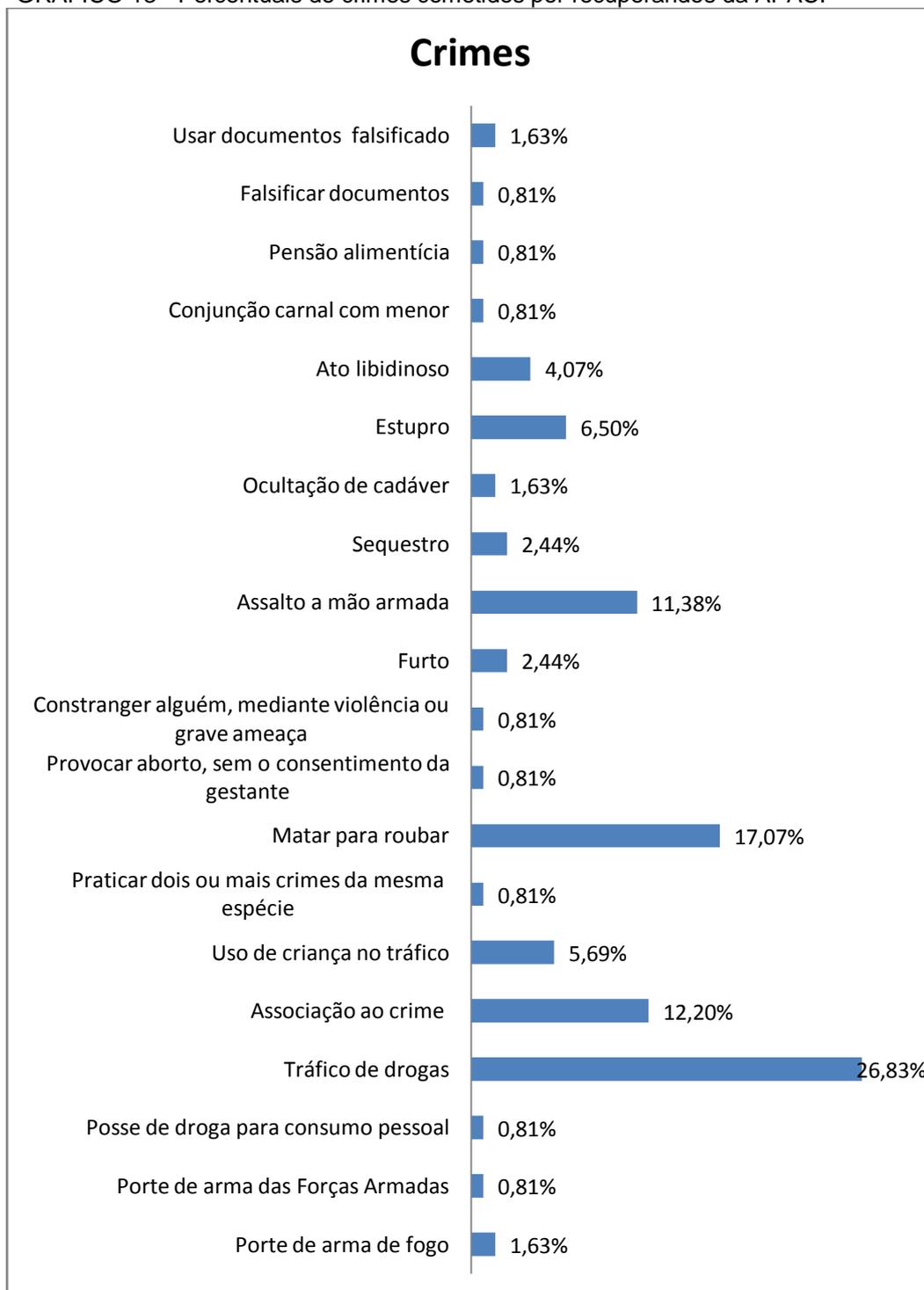
TABELA 12
Crimes e artigos infringidos.

Artigos Infringidos	Quantidade de crimes por artigo
14 Porte de arma de fogo	2
16 Porte de arma das Forças Armadas	1
28 Posse de <i>droga</i> para consumo pessoal	1
33 Tráfico de drogas	33
35 Associação ao crime	15
40 Uso de criança no tráfico	7
71 Prática de dois ou mais crimes da mesma espécie	1
121 Matar para roubar	21
125 Provocar aborto, sem o consentimento da gestante	1
146 Constrangimento a alguém, mediante violência ou grave ameaça	1
155 Furto	3
157 Assalto a mão armada	14
159 Sequestro	3
211 Ocultação de cadáver	2
213 Estupro	8
214 Ato libidinoso	5
217 Conjunção carnal com menor	1
244 Pensão alimentícia	1
297 Falsificação de documentos	1
394 Uso de documentos falsificados	2
Total	123

Fonte:ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC PESQUISADA.

Para os 75 (setenta e cinco) presos analisados, identifiquei 123 (cento e vinte e três) crimes, o que me permite concluir que um ou mais presos cometeu ou cometeram mais de um crime. Em termos de porcentagem (GRAF. 13):

GRÁFICO 13 - Percentuais de crimes cometidos por recuperandos da APAC.



Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC PESQUISADA.

A partir dos dados obtidos, percebe-se que 26,83% dos crimes foram por tráfico de drogas, refletindo a maior parte dos delitos. Matar para roubar, associação ao crime e assalto a mão armada ocupam outra grande parcela dos delitos cometidos pelos pesquisados, indicando 17,07%, 12,20% e 11,38%, respectivamente.

2.3.7 Indicador: Condenação.

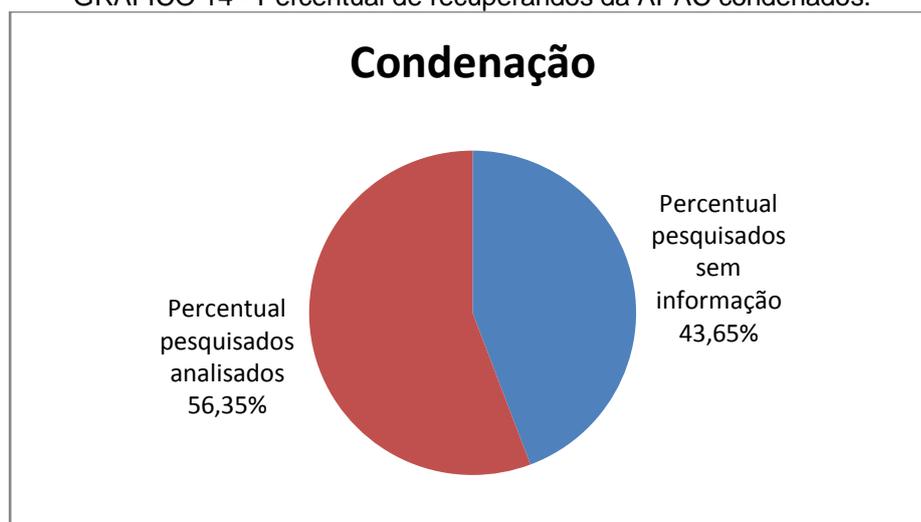
Para análise do tempo de condenação dos pesquisados, a APAC forneceu informações de apenas 71 (setenta e um) dos 126 (cento e vinte e seis) presos, com dados tabulados na TAB. 13, no GRAF. 14 e na TAB. 14, quais sejam:

TABELA 13
Condenação Informada.

Número de recuperandos	Porcentagem (%) de recuperandos	Informação da APAC
71	59,52%	Tempo de condenação informado
55	40,48%	Tempo de condenação não informado
126	100,00%	Total

Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC PESQUISADA.

GRÁFICO 14 - Percentual de recuperandos da APAC condenados.



Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC PESQUISADA.

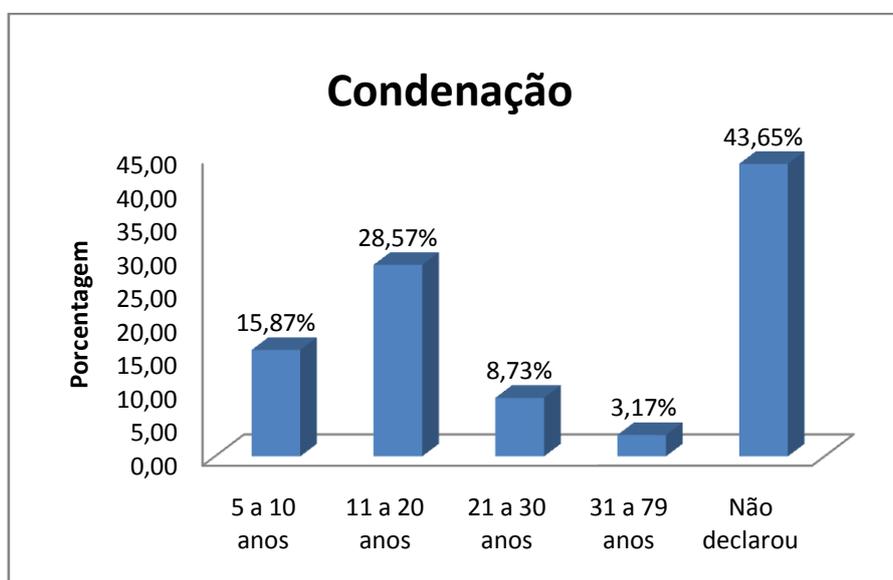
TABELA 14
Condenação de Recuperandos da APAC.

Tempo	Quantidade de recuperandos
5 a 10 anos	20
11 a 20 anos	36
21 a 30 anos	11
31 a 79 anos	4
Não declarou	55
Total	126

Fonte:ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC PESQUISADA.

Em termos percentuais, temos o que apresento neste GRAF. 15, a seguir:

GRÁFICO 15 - Percentuais de condenados por tempo de condenação.



Fonte: ASSESSORIA JURÍDICA DA APAC PESQUISADA.

Verifica-se, nesse GRAF. 15, que 28,57% dos pesquisados têm condenação estabelecida de 11 (onze) a 20 (vinte) anos.

Analisando-se os dados apresentados, acima fica evidente que esse público apresentava baixa escolaridade, sendo que uma parcela significativa se encontrava no Ensino Fundamental. Além disso, assinalou uma população relativamente jovem, que estava sentenciada por tráfico, homicídio, associação ao crime. No quesito cor, a maioria se identificou como parda seguida por negra. Os vínculos conjugais foram classificados, em sua maioria, como amasiados e casados. Esse indicador reforça a fala da socióloga Julita Lemgruber (2014), ex-diretora do sistema penitenciário do Rio de

Janeiro, segundo a qual quem ocupa vagas nos presídios brasileiros são, majoritariamente, pessoas pobres oriundas das periferias e favelas do País. Sendo assim, no item 2.2, a seguir, remeto a discussão ao quadro de funcionários.

2.4 Quanto ao quadro de funcionários e demais cooperadores

A APAC pesquisada era composta por 15 (quinze) funcionários e 2 (dois) estagiários, distribuídos da seguinte forma: 1 (um) gerente, 1 (uma) secretária, 4 (quatro) auxiliares administrativos e 9 (nove) inspetores de segurança que trabalhavam em escalas de 12 (doze) horas por 36 (trinta e seis) horas, em 2 (dois) turnos: diurno e noturno. Além desse grupo efetivo, a instituição conta com o suporte de voluntários, que constituem um dos principais pilares do método. Outro grupo que oferece atendimento relevante aos detentos é representado pelos estudantes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMinas – pessoas de distintos cursos acadêmicos, como Direito, Enfermagem e Psicologia. Paralelamente, estudantes do curso de Psicologia da UFMG ofereciam atendimentos individuais e em grupo aos aprisionados.

Outra figura que se tornou um grande voluntário e divulgador do método, era o Professor Flávio Tófani. Ele chegou à APAC graças a um convite feito, por mim ao SENAC Minas, quando eu ainda era analista de Educação do SESC, e desenvolvia alguns projetos nesse presídio.

É importante mencionar que todas as atividades desenvolvidas por voluntários eram chamadas de Valorização Humana. Essas atividades eram sempre muito comentadas pelos presos; era comum, inclusive, vê-los em reunião, após essas ações, para tirarem suas conclusões e avaliações. De todo modo, torna-se importante destacar que alguns voluntários desenvolviam relação de maior confiança e proximidade entre os internos.

2.5 Breve descrição do cotidiano da APAC pesquisada

Na APAC não basta mudar de comportamento, mas tem que mudar de mentalidade.

O homem só se torna irrecuperável quando é um cadáver (Mario Ottoboni).

As atividades começavam cedo. A partir das 6h, as celas eram abertas. Às 7h, acontecia um momento de oração, do qual todos eram obrigados a participar e, logo em seguida, era servido o café, que durava em torno de vinte minutos; só às 08h30min deveriam se dirigir aos afazeres do dia.

Nos intervalos das 6h às 7h e das 7h20min às 08h30min, a grande maioria se dividia em assistir a telejornais matinais e se exercitar na academia de musculação.

Das 08h3min às 12h, se dividem em atividades de oficina de solda, a qual gerava trabalho remunerado com uma pequena quantia em torno de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês. Além disso, trabalhavam na produção voltada para atividades artesanais, e trabalhos cotidianos que, geralmente, eram definidos por uma equipe predeterminada, que se dedicava à manutenção dos espaços com serviços de jardinagem, reparos hidráulicos, alvenaria, pintura e construção de novos espaços para abrigar oficinas. Nesse aspecto, cheguei a presenciar a construção de muro para separar os regimes semiaberto e aberto. Sendo assim, apresento, a seguir, fotos de algumas das oficinas desenvolvidas pelos apenados (FIG. 4, 5, 6, 7, 8 e 9).



FIGURA 4 - Cotidiano de trabalho: Recuperando em oficina remunerada de solda.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em março de 2014.



FIGURA 5 - Atividade cotidiana de laborterapia: Recuperando produzindo tela.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em março de 2014.

Entre esses trabalhos cotidianos, eram incluídas as faxinas em todos os prédios, do regime fechado ao aberto. Obviamente, a limpeza das celas era feita por seus respectivos ocupantes. Além disso, eram executados os serviços de atendimento na cantina, no sacolão, lavanderia, barbearia e farmácia.

O horário do almoço representava um momento para reflexões, que eram levantadas pelos coordenadores do CSS, quanto a disciplina, responsabilidade, posturas e demais compromissos com o sistema, como também eram informados sobre visitas, cronogramas e demais avisos. No entanto, a reflexão era precedida pela oração de um Pai-Nosso.

Vale lembrar que, o serviço de cozinha era executado pelos recuperandos do regime semiaberto para todos os regimes. Esses faziam o almoço, o jantar e preparavam o café da manhã e da tarde.

Entre 12h30min e 13h30min, havia uma pausa para o descanso e lazer, momento em que alguns iam para a sala de TV e, outros conversavam, por ali mesmo; os demais se deitavam na grama ou em suas celas.

Cabia aos presos do regime fechado se organizar para a distribuição dos alimentos em seu refeitório e a limpeza dos talheres usados pelos colegas.

No período da tarde, as atividades eram reiniciadas, conforme um cronograma preestabelecido, sendo que o café era servido por volta das 15h30min e, o jantar, às 17h.

Quanto ao horário noturno, tratado como horário de segurança, não foi possível acompanhar o seu expediente, devido ao regulamento da instituição.

2.6 Oficina de Solda

A oficina de solda (FIG. 6) foi implantada em meados de 2013, e, naquele momento, visava apenas oferecer formação. Diante ao aperfeiçoamento de alguns recuperandos, o engenheiro Fábio, idealizador dessa oficina, conseguiu vender alguns produtos a uma determinada empresa e, com isso, a atividade tornou-se remunerada, no início do mês de janeiro de 2014. No período desta pesquisa, a oficina contava com aproximadamente 10 (dez) recuperandos. Quanto à remuneração, a maioria a considerava baixa e, por isso, participantes dela preferiam investir sua produção na oficina de artesanato, chamada, por eles, de laborterapia.



FIGURA 6 - Cotidiano de trabalho: Recuperandos em oficina remunerada e solda.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em março de 2014.

2.7 Oficina de Artesanato

Essa oficina, a meu ver, era a mais motivadora para os presos, tanto que, por várias vezes, fui interpelado pelos participantes sobre a qualidade do trabalho que produziam, no sentido de avaliar se poderiam ser considerados artistas. Essa busca de identidade era notória, quando se observava a

satisfação daqueles homens ao verem suas obras concluídas e admiradas por outras pessoas.

Para a manutenção dessa oficina, a gerência da APAC comprava a matéria-prima, e após a venda dos seus produtos restituíam à APAC o gasto com aquisição do material. Dessa forma, podiam auferir algum lucro sobre o artesanato produzido. Talvez por isso, a grande maioria optava por essa oficina, porque, além do prazer de produzir obras de arte, auferiam lucro maior do que o pessoal que trabalhava na oficina de solda.

Na elaboração e confecção desse artesanato (FIG. 7 e 8), os recuperandos mostravam notória habilidade manual. Não eram apenas quadros previamente desenhados e copiados por meio de papel-carbono. Produziam, também, de forma livre, e expressavam, na pintura, conteúdos que talvez estivessem sentindo naquele momento. Além disso, produziam carrinhos maravilhosos, de madeira, que vinham acompanhados de potente som. Para isso, pediam à gerência que comprasse caixinhas de som em *shoppings* populares de Belo Horizonte - MG, que eram desmontadas e montadas nesses brinquedos, como se pode observar nas fotos abaixo.



FIGURA 7 - Veículo artesanal produzido na oficina de artesanato.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em março de 2014.



FIGURA 8 - Casas e cesto produzidos na oficina de artesanato.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em março de 2014.

Junto a essas atividades, confeccionavam cestos para roupas, usando palitos de picolé, assim como construía verdadeiras maquetes de casas e até de prédios, com esse mesmo material. Na construção dessas maquetes, alguns projetavam a moradia dos seus sonhos, para compartilhar com seus familiares, após a prisão. Eram ricas em detalhes. A criatividade apresentada nessas obras foi tão grande que me entusiasmei e propus à analista de cultura do SESC Desportivo a oferta de uma oficina de *graffiti* com os prisioneiros, realizada, posteriormente, como se vê na FIG. 9, abaixo.



FIGURA 9 - Oficina de *graffiti* - Recuperando produzindo tela para a exposição “Saudades”.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em janeiro de 2014.

A analista de cultura se surpreendeu com o grande número de inscritos no curso de *graffiti*; ao todo, 63 (sessenta e três). Assim, em um curso de 50 (cinquenta) horas, além de aprender técnicas de desenho, os presos tiveram a oportunidade de fazer suas primeiras obras de *graffiti* em telas que foram expostas para seus familiares em dias de visita e, posteriormente

ganharam visibilidade na Unidade SESC Desportivo e no *hall* principal de outra instituição parceira, o SENAC. As FIG. 10, 11 e 12, a seguir, são representativas desse curso e de seus resultados:

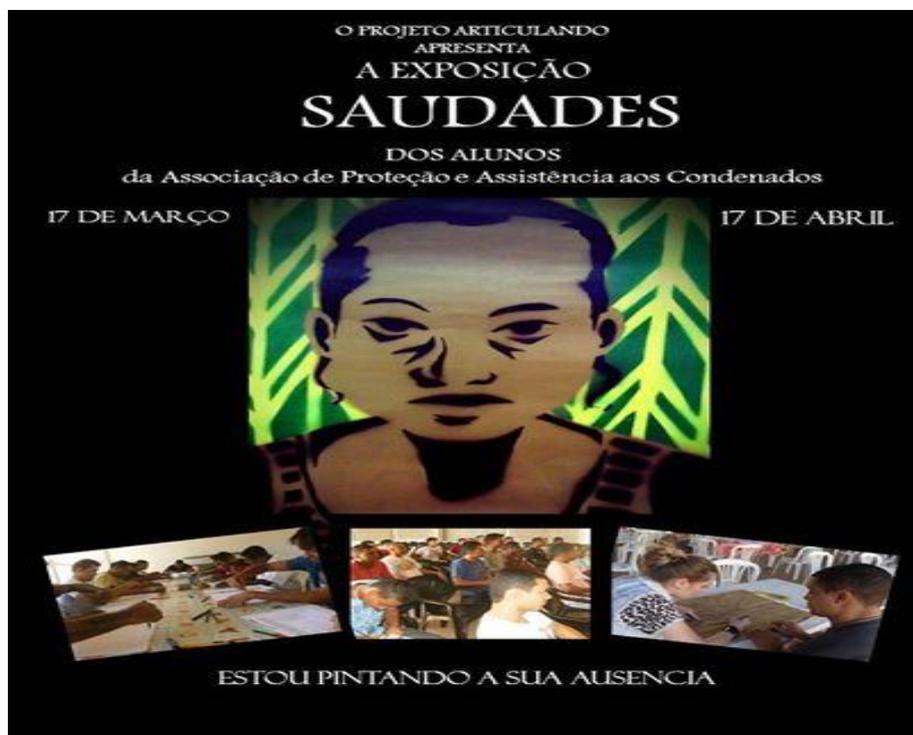


FIGURA 10 - Cartaz da Exposição "Saudades".
Fonte: Acervo deWalesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em março de 2014.



FIGURA 11 - SESC Desportivo: Exposição "Saudades".
Fonte: Acervo de Walesson Gomes da Silva[®]. Fotografia feita em março de 2014.



FIGURA 12 - SENAC - Exposição e venda de artesanatos.
 Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em março de 2014.



FIGURA 13 - SENAC - Exposição e venda de artesanatos.
 Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em março de 2014.

2.8 Quanto à Observação de Campo

A fim de compreender tanto as experiências dos jovens condenados quanto aos universos simbólicos que organizavam o trabalho da referida instituição, recorri à utilização da Observação Participante. Como salienta Willis (1992), essa técnica de pesquisa é sensível a significados e valores, assim como é capaz de representar e interpretar as articulações, práticas e formas simbólicas da produção cultural. Isso porque o pesquisador passa por um tempo considerável de convivência e compartilhamento de valores junto ao grupo pesquisado.

Como consequência, tornava-se possível, como destaca Geertz (1977), realizar, por meio de um trabalho etnográfico, uma descrição densa do contexto em que estava pesquisando. Esse tipo de técnica de construção de formação supõe uma disposição para problematizar as categorias utilizadas

não somente pelo grupo que está sendo investigado, mas, também, do próprio lugar social ocupado pelo pesquisador. O estranhamento permite que se desnaturalize o senso prático. Em vez de buscar a essência dos fenômenos, esse procedimento metodológico sugere que se busque sentido nas ações sociais aparentemente caóticas, o que implica pensar os indicadores de maneira relacional; isto é: situá-los uns em relação aos outros e ao contexto a qual pertencem. Dessa maneira, procurei acompanhar o grupo, em tempos distintos. O objetivo foi reunir, em um diário de campo, significativa gama de informações sobre os sujeitos e suas ações.

2.9 Quanto às Entrevistas

A entrevista semiestruturada foi usada como técnica construtivo-interpretativa, conforme recomenda Rey (2004), para tentar documentar o não-documentado, de uma maneira complementar a observação, conforme destaca Haguette (1987). Nas entrevistas (cujo roteiro está anexo: APÊNDICE A), procurei captar e analisar os significados, sentidos e os usos dos espaços de lazer para o jovem apenas dentro de uma APAC na Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG. A fim de que os interlocutores ficassem à vontade para responder às questões, as entrevistas foram realizadas em um local negociado com a instituição e os jovens. Para isso, utilizei um gravador que permitiu que a conversa transcorresse da forma menos artificial possível. Nesse sentido, acredito ser importante salientar que minha presença diária no presídio, por mais de 3 (três) meses, no horário das 8h às 17h, de segunda-feira a domingo, antes da realização das entrevistas, foi um facilitador desse processo. Desse modo, as entrevistas foram realizadas, no transcorrer da pesquisa, com 6 (seis) jovens.

Para chegar a esses 6 (seis) jovens, além da prévia observação, usei das informações obtidas em entrevista realizada com um sétimo interlocutor que, neste caso, nomeei como Sujeito-chave (MARQUES, 1993). Antes de convidar esses jovens, observei o tempo de permanência de cada um na APAC, bem como o tempo que ainda permaneceriam nela, para que não

fosse iniciado um trabalho de pesquisa com sujeitos que estivessem prestes a se desligar do sistema ou a serem transferidos do regime.

O que está em questão não é apenas o fato de não existir uma pesquisa totalmente neutra e objetiva, mas o caráter ético que envolve todo trabalho que visa elevar o nível de compreensão sobre práticas humanas. O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa, assim, todos os sujeitos envolvidos foram previamente esclarecidos sobre os objetivos e os procedimentos que foram utilizados na pesquisa antes da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE A). Ademais, obtive, junto ao Comitê de Ética em Pesquisa - COEP da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em 24 de outubro de 2013, Parecer consubstanciado em Decisão favorável a esta pesquisa, de nº 20432713.0.000.5149 (ANEXO A).

2.10 Quanto à Etnofotografia

Na imagem, o objeto entrega-se em bloco e o olhar está certo disso – ao contrário do texto ou de outras percepções que me apresentam o objeto de uma forma frouxa, discutível e assim me levam a desconfiar daquilo que julgo ver (Jean Paul Sartre).

Vale mencionar, aqui, a importância da fotografia como instrumento de pesquisa e importante material para análise. Essa 'grafia da luz' permite ao pesquisador, em momento oportuno, interpretar a cultura do outro por meio da noética, considerando, portanto, aspectos subjetivos do ser humano.

Em se tratando do campo de pesquisa situado num presídio, foi necessária uma negociação tanto com a gestão da instituição quanto com os próprios apenados. Em alguns casos, determinados presos questionavam muito sobre onde esse material seria exposto, porque, de imediato informavam ter “guerra na rua”. Dessa forma, era importante ter bastante cuidado com as imagens produzidas. No entanto, logo que tirava as fotos, mostrava-as, imediatamente, a eles, para que permitissem ou não sua publicação. Vale

ressaltar que o equipamento usado para fazer essas fotos foi um celular digital, que, sempre, antes de entrar no regime, tinha seu *chip* recolhido pelo próprio gestor da unidade prisional. Assim, ao tirar as fotos e mostrá-las aos recuperandos da APAC, para que escolhessem as fotografias que mais lhes agradavam, esses se assustavam com o aparelho celular e logo diziam: “professor não posso por a mão nesse celular, senão a direção vai achar que to quebrando a regra”. Então, sempre era necessário avisá-los que eu estava com um aparelho celular sem *chip* e autorizado pela gestão da casa; caso contrário, quando me viam com o aparelho na mão, afastavam-se de mim.

Passado esse estranhamento e estabelecida relação de confiança, os recuperandos da APAC passaram a apreciar as fotos e até a pedir cópias delas para darem a seus familiares, com o intuito de lhes apresentar seu cotidiano dentro do presídio. Em consonância com Eckert & Rocha (2004), busquei, com essa produção fotográfica e dentro de uma proposta do pensamento antropológico, reproduzir e disponibilizar, para o campo acadêmico, um material rico para análises.

Usando desse instrumento de pesquisa, a Etnofotografia, percebi comportamentos diferenciados para cada ambiente ou momento. Fotografá-los durante partida de futebol de campo era, para eles, um instante de muita alegria e descontração; faziam questão de fazer poses, sempre muito sorridentes.

2.11 Notas acerca da minha aprendizagem nesta experiência de pesquisa

Um dos problemas suscitados pela investigação qualitativa é o seu caráter reflexivo. A presença do pesquisador no campo interfere na prática dos sujeitos (REY, 2004). No entanto, minha longa permanência no ambiente pesquisado e a tranquilidade dos pesquisados em fazer certos comentários perto de mim, levaram-me a crer que minha presença, após determinado período, não mais comprometia o campo de forma a alterar as rotinas cotidianas de seus atores sociais. Outro ponto que não pode ser desprezado é a percepção de que os dados empíricos, levantados durante a pesquisa de

campo, não podem ser considerados apenas como reflexo da observação-sensorial, como se observa nas propostas de caráter positivista (REY, 2004). Eles são, sobretudo, resultado da implicação de certos conceitos e categorias acerca de determinado tema de pesquisa. Em outras palavras, como a observação-sensorial é permeada por categorias teóricas, as explicações acerca de um mesmo objeto podem ser múltiplas e, em alguns casos, até divergentes. Daí a necessidade de se explicitar conceitos e categorias de análises.

Sobre os jovens apenados ou como são tratados na APAC, recuperandos, posso salientar que se revelou como temática emergencial, cada vez mais exigente quanto ao cumprimento dos dispositivos legais. Assim, esta pesquisa buscou preencher uma lacuna no campo social, colocando em evidência os usos, os significados e sentidos que esses jovens recuperandos atribuem às suas experiências, em um presídio, no campo do lazer.

3 CONCEPÇÕES DE LAZER NO CONTEXTO PRISIONAL PESQUISADO: TENSÕES ENTRE O CONTROLE, O TRABALHO, O DESREGRAMENTO E O PECADO.

Neste capítulo, abordei a questão da visita íntima – que representou categoria mais recorrente nesta pesquisa – e as tensões provocadas por certo controle que marcavam o sistema da APAC, bem como valores religiosos envolvidos nessa prática. Os apenados, de certa forma, compreendiam as relações sexuais de um modo maniqueísta; como algo sagrado – quando praticado com suas parceiras habituais, com vínculo afetivo previamente estabelecido – ou como profano – quando praticado com outras pessoas. Por isso, divido este capítulo em 2 (dois) subtítulos: um aborda os sentidos e significados associados à glorificação da prática sexual vivenciada com suas esposas e companheiras; e, outro, o caráter profano da sexualidade vinculada ao lazer, concebida como algo que se afasta de preceitos religiosos e remete a uma vida pecaminosa e desregrada. Essas dimensões foram percebidas, de forma mais indireta, nas entrevistas e observações realizadas.

Desse modo, ficou evidente a importância do lazer no sistema prisional, cujos sentidos e significados merecem ser identificados, visando, mediante análise, compreender seu potencial para o desenvolvimento da sociabilidade e de processos educativos em distintas práticas culturais.

3.1 Visita íntima no presídio: entre o profano e o sagrado.

Um dos aspectos que, inicialmente, me chamou atenção foi certo caráter sagrado atribuído às visitas íntimas. Nenhum dos entrevistados concebia esses momentos como sendo de prática de lazer. Para eles, sexo, nessa acepção, somente poderia ser realizado com “garotas de programa”. Nesse sentido, o compromisso e o afeto que tinham por suas esposas afastavam das visitas íntimas a conotação de lazer. Cumpre ressaltar, nesse sentido, que a inter-relação entre lazer e sexualidade foi levantada, por Dumazedier (2003), como elemento importante de pesquisa para se tentar

compreender a complexidade dessa prática social, apesar da concepção funcionalista defendida por esse pesquisador francês. Na visão dos aprisionados, o lazer estava associado ao lúdico e, principalmente, aos momentos de fruição e de diminuição do estresse e da raiva. Quanto a essa questão, um dos recuperandos comentou o seguinte:

[a] íntima eu não posso falar pra você que é um momento de lazer que pra mim eu não vejo como um momento de lazer, não. Porque um momento de lazer é um momento que você está ali brincando, você está tirando a sua raiva de alguma coisa, sabe? E a íntima eu vejo como um encontro. Um encontro de uma pessoa que você gosta, sabe. Um encontro mais íntimo pra você poder... Muitos vê a íntima como... O cara vai pra íntima só pra transar, sabe, pra ter uma relação com a mulher, mas a APAC mesmo não vê dessa forma e eu também não vejo dessa forma. É logicamente que a gente vai também pra ter relação sexual com a esposa da gente, mas é um momento íntimo que a gente tem entre a gente que muitos que tem a visita aqui não tem a visita só de uma esposa. Tem a visita de outros familiar, não tem como você conversar outras coisas com a sua esposa que às vezes você precisa de conversar. Como que você vai até discutir sobre algum relacionamento da gente... como que a gente discute num lugar aberto, sabe? Com um tanto de gente passando, escutando. Então a íntima ali é vista como um ponto de encontro da gente, sabe. Onde que a gente pode conversar com a esposa da gente, sabe. Passar a noite com a esposa da gente é agradável, ajuda demais a gente, sabe. Antes, quando eu cheguei na APAC, que comecei ter minha íntima, eu achava o maior barato. Eu falava, “noh, que coisa bacana você poder dormir com sua esposa ali,” sabe? E, quando eu ia, eu só ficava pensando em sexo. Eu falava, “ó, vai chegar o dia da minha íntima, vai chegar o dia da minha íntima.” Hoje não, hoje já vejo mais como... já não tenho aquela ansiedade mais (Sujeito 3).

Está evidente, na fala desse apenado, que ele classifica as relações sexuais em 2 (duas) perspectivas, que oscilam entre o sagrado e o profano. Desse modo, enquanto, para ele, a prostituição está ligada ao profano, a visita íntima está ligada ao sagrado. Badinter (1985), no entanto, apontou para a importância dada à imagem feminina, no final do século XVIII, pelo Catolicismo e que ainda habita nosso imaginário judaico-cristão. Esse olhar produziu a ideia de uma mulher glorificada, em oposição a aquela criatura “original”, bíblica (Eva), fonte do pecado e da sedução. Nesse ponto, essa pesquisadora comenta o seguinte:

[a] mulher não é mais identificada à serpente do Gênesis, ou a uma criatura astuta e diabólica que é preciso por na linha. Ela se transforma numa pessoa doce e sensata, de quem se espera o comedimento e indulgência. Eva cede lugar, docemente, a Maria. A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar (BADINTER, 1985, p.175).

Diante do exposto, pode-se compreender a reação de muitos dos apenados entrevistados devido à forte influência da religião cristã, em todo o Ocidente, até nossos dias. Por ocasião da pesquisa, pude observar esse caráter religioso como uma dimensão marcante nas vidas dos condenados. Para muitos, a oportunidade de um novo recomeço passava por essa dimensão religiosa. Dessa maneira, a visita íntima, entendida como lazer, poderia representar um ato satânico que foge da ordem moral, em um contexto de quem sofre uma condenação. Dentro do imaginário moderno, o lazer foi compreendido como algo imoral, um momento de gozo, do prazer pelo prazer, que corrompe, que leva para o mal, em oposição ao valor moral atribuído ao trabalho – uma atividade que redime o sujeito dos seus pecados (SOUZA, 2000; WEBER, 2004). Dessa forma, naquele contexto, era inconcebível associar o lazer a um momento destinado a um encontro familiar, já que essa concepção também se opõe à metodologia apaqueana. Ao se deslocar a visita íntima para essa dimensão simbólica religiosa, realiza-se o método prescrito, uma vez que a visita íntima representa um dos 12 (doze) pilares de sustentação do método, por meio da valorização ato de união da família.

Não adoto, todavia, uma perspectiva essencialista do lazer, como se a visita íntima representasse algo exclusivamente associado a um tempo disponível para o prazer, o lúdico, o relaxamento e o entretenimento. Reconheço que outros significados e sentidos estavam articulados com essa prática social. Minha questão se refere à negação daquele momento quanto ao seu aspecto prazeroso da sexualidade humana, que abordarei no próximo tópico. Dessa maneira, destaco que, de acordo com Durkheim (1989), não existe nada que seja essencialmente sagrado ou profano; essas dimensões diferem-se conforme sua finalidade social. Destaca, ainda, que qualquer elemento – por exemplo, uma data, como o dia de *halloween*– é definido como sagrado ou profano devido ao sistema de classificação construído por um determinado grupo social. Outro exemplo pode ser dado pelos significados

atribuídos ao pão e ao vinho que, por meio de rituais religiosos, são transformados em objetos sagrados. A propósito disso, Woodward (2000) sublinha a relação entre sagrado e profano na constituição identitária dos sujeitos sociais:

O sagrado aquilo que é “colocado à parte” é definido e marcado como diferente em relação ao profano. Na verdade, o sagrado está em oposição ao profano, excluindo-o inteiramente. As formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades. A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições, separando o “nós” e “eles” (WOODWARD, 2000, p. 41).

A identidade, embora represente aquilo que o sujeito é, faz sentido somente quando posta em relação à alteridade; ou seja: a aquilo que o sujeito não é. Essas fronteiras, no entanto, são construídas dentro de marcos histórico-culturais (REY, 2004b). Do ponto de vista simbólico, um apenado da APAC que se dedicava à laborterapia por meio da pintura de quadros, do tricô e da produção de objetos de madeira, por exemplo, era visto como um sujeito em processo de ressocialização. No entanto, aquele condenado que desejasse usar seu tempo de laborterapia para compor uma música, tocar um instrumento musical ou praticar capoeira seria visto como alguém que cultiva o ócio, remetendo-o à representação de malandro e vagabundo. Esses elementos produzem processos de subjetivação nos apenados, tal como um dos condenados comenta, nestes termos: “[...] inclusive, são atividades professor, que nem remição dão, não posso perder tempo, entende?! (Sujeito1 - N.C.C., 08/01/14)”.

Diante ao exposto, acredito ser necessária uma compreensão mais ampliada da dimensão cultural do lazer que considere suas relações com o mundo do trabalho. Assim, apresento-o como mais uma possibilidade no que tange a uma transformação qualitativa da sociedade, partindo-se de uma perspectiva de inclusão sociocultural de um grupo marginalizado, como no caso observado na APAC. Para que se faça isso, Bramante (1992) alerta que o significado do lazer deve ser debatido tanto no âmbito acadêmico quanto no do senso comum, visando desconstruir visões dicotômicas que ocultam aspectos dialógicos entre o lazer e o trabalho, com suas contradições e

complementaridades. Dessa forma, todos poderiam compreender sua importância na vida coletiva e individual, rompendo com perspectivas maniqueístas.

O lazer, muitas vezes, torna-se muito mais uma aspiração do que uma realidade, para os desclassificados em uma sociedade marcada por desigualdade social (SOUZA, 2012). Talvez ele tenha se apresentado nas vidas desses sujeitos apenas como desejo, e não como realidade, o que me leva a crer que seja esse, também, mais um motivo de negação do prazer em um momento íntimo familiar, provavelmente por não se acreditar que a ele seja concedido esse direito. Percebi, no entanto, na fala abaixo, de um dos entrevistados, a dimensão cultural do lazer, porque o que expressou está carregado de aspectos de sociabilidade, de troca de informações, experiências e afetividade:

[é]! De estar. De poder desabafar, sabe. De poder escutar alguma coisa que ela está fazendo, que às vezes um momento que a gente tem na vida da gente é muito corrido. É de oito horas da manhã às cinco da tarde. Se você tem um filho acaba deixando sua esposa de lado (mencionando o dia de visita social). A minha mesmo reclama isso aí, quando meus meninos vêm. Que eu não vejo eles freqüente, eu vejo eles pouco, então quando eles vem eu dou mais atenção pra eles do que pra ela. Ela reclama disso daí, sabe. Então a íntima é tida como esse momento pra ser um momento da esposa da gente mesmo. E eu gosto de assistir uma televisão com ela, uns programa que a gente gostava de assistir junto na rua, sabe, e aqui nos domingo a gente assiste. Quando não é o dia da minha íntima que eu fico vendo um programa que a gente assistia, eu lembro dela, sabe. E gosto de escutar ela. O que ela fez no trabalho, como que foi a semana dela, entende? E ela me pergunta como que foi a minha. E também ela gosta de cuidar da minha vaidade na íntima também, sabe. Faz meu pezinho, pinta meu cabelo, sabe. Então ali eu vejo como um momento de encontro mesmo, eu não vejo como um lazer, não, como diversão não. Eu vejo como um encontro bacana mesmo de duas pessoas que gosta mesmo, sabe. E não posso dizer por todos né, Walesson, às vezes uns interpretam como um lazer, eu... (Sujeito 3).

De todo modo, como era esperado, essa perspectiva não se mostrou homogênea ou única entre os entrevistados; apenas um dos sujeitos mencionou a visita íntima como um momento de lazer e sua fala concebe essa prática social como ocasião de sociabilidade, tal como as dos demais participantes desta pesquisa:

[s]im, a proximidade numa relação é melhor, melhor, bem íntimo com certeza. Então eu acho melhor assim, em visita eu acho como um lazer, um lazer e, assim... também uma forma mais de você ser mais amigo, companheiro, um homem solidário com a sua esposa, com sua companheira e vice versa, no momento que você estiver nesse estado (Sujeito 2).

Outro entrevistado, ao relatar o sentido da visita íntima em seu percurso no sistema prisional, relatou, também, sua primeira saída condicional (saliento que a pesquisa foi realizada com detentos do sistema fechado). No decorrer da pesquisa, porém, esse apenas foi transferido para o regime semiaberto e, ao procurá-lo para aprofundar as informações fornecidas na primeira entrevista, mencionou essa experiência social “fora do cárcere”, tornando-se um momento complementar do estudo realizado, que apontou a riqueza da visita íntima familiar para os apenados. Ainda assim, ela era concebida de forma equivocada, preconceituosa e tratada de forma violenta na sociedade e no sistema comum, conforme se depreende desta transcrição de fala desse sujeito:

[n]a minha primeira saída temporária, minha carteira de motorista está apreendida por causa de infração de trânsito, aí eu estou fazendo reciclagem. Aí, na sala de aula lá, ninguém sabe que eu sou... ninguém..., assim..., essa professora que eu vou falar o que aconteceu, ela não sabe que eu sou... que eu estou cumprindo pena. Aí, ela falando sobre infrações e penalidades que são incumbidos em cima da pessoa que cometeu e tal, aí ela falando... aí ela entrou no assunto por um acaso, falando que preso não... ela tipo discriminou, né, preso tem visita de família, tem visita íntima... Então, deu pra ver que..., assim, nesse assunto, ela é leiga no que ela estava falando, porque ela não conhece. Pra sociedade, a pessoa que está cumprindo pena, ela tem que ser penada de todas as formas, não é só a privação de liberdade. Então, ela não sabe que ela está contribuindo, pensando assim, para um ciclo vicioso. Porque o cara lá no sistema comum, apanhando todo dia, não tem uma proximidade com a família, porque a família toma esculacho demais lá de agente. **A família é tratada como se fosse criminosa também e acaba que não consegue acompanhar, separa.** Tem certos presídios que não tem visita íntima. Aí, vai só afastando da família e o presidiário passando aquela atribulação de ter privação de liberdade, apanhando, sempre sendo tratado como animal, comendo lixo, não tem a esposa lá, arruma outro na rua, porque não tem aquela aproximação de um homem e uma mulher mesmo. E ela criticando isso, que em alguns presídios tem. **Então, eu fico pensando, é muito fácil a gente falar do que a gente não conhece, porque ela mesmo, ela não sabe, mas ela está contribuindo para um ciclo vicioso que um dia pode atingir ela**¹. Por causa disso que, uma pessoa sai revoltada e aí é o quê? É a reincidência. O cara volta a cometer crime. Um dia alguém da família dela pode ser penalizado

¹ Negrito - para destacar as falas dos sujeitos.

por isso. E achei que ela criticou muito porque nunca ocasionou, teve uma ocorrência de alguém da família, ou ela mesma. Porque no trânsito, simplesmente se ela dirigiu e atropelou uma pessoa, você pode vir a cumprir pena.

Não quer dizer que... tem muita gente ruim no sistema, eu não vou negar, mas tem pessoas lá que às vezes foram forjadas de crime, gente que cometeu pequeno crime que pode se ressocializar facilmente, gente que precisa de mais uma atenção para ressocializar. Aí se é uma pessoa que a gente gosta, da nossa família, do nosso meio, eu tenho certeza que não vai querer abandonar e vai passar por todos os sofrimentos e tribulações que a minha família mesmo está passando. A minha mãe..., a minha irmã é advogada, nunca cometeu crime, minha mãe sempre foi muito honesta e, no entanto, está aqui, como a gente fala na nossa gíria, marchando cadeia junto comigo, sofrendo comigo. Minha mulher mesmo, não aceita nada de errado, mas foi conhecendo aos poucos, está me acompanhando e está nessa luta comigo aí há dois anos já, está me acompanhando, vem comigo dormir na cadeia. É uma parte que contribui que eu penso, né. O ser humano é falho, né, mas eu não penso de forma nenhuma voltar a cometer crime, porque eu não quero esse mal, principalmente pra minha família. Eu estou pensando mais neles no que em mim.

Eu tentei assim levantar uma forma do pensamento geral da sociedade, porque eu também sou sociedade. Eu sou preso e sou sociedade, só que eu tenho um conhecimento desse lado de cá, eles não têm. Então, a gente critica porque a gente não conhece, sem saber que pode estar contribuindo pra "piora" de um meio comum. Porque eu um dia... eu estou voltando a conviver na sociedade, estou saindo de quarenta em quarenta e cinco dias, tem minha saída temporária. Imagina se eu estou lá... só alimentando ódio e lembrando das coisas ruins que aconteceu comigo no passado, querendo vingança sobre muita coisa, porque **a pessoa que chega a cair no sistema passou por muita coisa ruim antes. Eles não sabem o quê que criou aquele monstro, que todo mundo põe que o cara é um monstro por si só.** Tem gente ruim que começou por maldade, mas tem gente que foi criado num meio que a sociedade fez ela virar monstro. **Então, no final das contas é um ciclo vicioso que nós mesmos somos culpados da nossa própria criação** (sujeito 1).

Esse relato, cercado de emoção, desse entrevistado permite reflexão sobre vários aspectos do cotidiano de um condenado, oportunizando vislumbrar alguns aspectos da sua vida futura, como egresso do sistema prisional. Sua fala reafirma o pensamento de Goffman (1975), segundo o qual há uma mácula que torna o sujeito egresso de um sistema prisional fragilizado perante a sociedade, atuando como dificultador de sua efetiva reinserção social. Ainda de acordo com esse entrevistado, essas experiências podem acarretar um ciclo de segregação por toda sua vida.

De acordo com Bauman (2012), pode-se dizer que essas pessoas condenadas são indivíduos que não conseguiram ser inseridos no processo de

globalização do mundo atual e, por isso, transformaram-se em “refugos humanos²”. Como se trata de um processo excludente, a globalização da desigualdade social causa dor, eliminação e morte. Ao usar a expressão “refugos humanos”, Bauman (*op. cit.*) nomeia os indivíduos que não se adequaram ao “mundo líquido”; pessoas que, de alguma maneira, não estão ao abrigo das leis, que não os contempla(ra)m; que os governantes não ampararam; que, em algum momento histórico, ficaram não apenas às margens dos avanços tecnológicos, mas, também, de novas formas de inserção precária geradas pelo mundo globalizado, como ressalta esse pesquisador:

[a] “vida líquida e a “modernidade líquida” estão intimamente ligadas. A “vida líquida” é uma forma de vida que tende a ser levada à frente numa sociedade líquido-moderna. “Líquido-moderna” é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. A liquidez da vida e a da sociedade se alimentam e se revigoram mutuamente. A vida líquida, assim como a sociedade líquido-moderna, não pode manter a forma ou permanecer em seu curso por muito tempo (BAUMAN, 2007, p. 7).

Essa modernidade líquida, em razão das características descritas por Bauman (2012), é fortemente marcada pela exclusão. Como o conjunto da sociedade pode se ajustar a uma realidade que muda suas rotinas e hábitos em um período muito curto? Em um ambiente de fluidez, como se pode recorrer à experiência passada para se planejar um futuro? Bauman (*op. cit.*) destaca o caráter consumista dessa sociedade, em que as pessoas valem não pelo que são, mas pelo que têm: a posse de determinado objeto pode significar a inserção em determinado grupo social e efetivo pertencimento a ele. Como as formas de possuir não estão disponíveis para todos, seja pela questão da sustentabilidade ambiental, seja pela concentração de renda nas mãos de uma minoria privilegiada, a exclusão torna-se o produto mais veemente de uma sociedade desigual. Dentro de uma lógica meritocrática, a aqueles que procuraram um caminho “alternativo” para obter sucesso que não seja pelo “trabalho digno” deve ser dado o castigo da prisão, do esquecimento no “exílio”. Essa individualização do fracasso social oculta uma trama de segregação

² Termo utilizado por Bauman em seu livro *Vidas Desperdiçadas*, de 2005.

voltada a um grande contingente de pessoas condicionadas a processos de subcidadania (SOUZA, 2012), porque, de acordo com Rocha e Torres (2011), a pequena burguesia só pode legitimar a obtenção de riqueza por intermédio da exaltação do próprio esforço:

[a] exaltação acrítica e aficionada da dedicação e esforço máximos ao trabalho, que é a principal marca do moralismo pequeno-burguês, é uma reação compensatória à carência que esses seres humanos possuem com relação a qualquer critério “espiritual que legitime sua condição no mundo (ROCHA;TORRES, 2011, p. 212 *apud*SOUZA, 2011, p. 81).

Retomando as condições nas quais as visitas íntimas eram organizadas por meio de regras, ficou evidente que tal procedimento obedecia adias e horários previamente estabelecidos (cada apenado tinha direito a uma noite, quinzenalmente; a instituição determinava que o encontro seria de 12h30min (doze horas e quinze minutos), que poderia acontecer entre as 19h e as 7h15min, de quarta-feira até aos domingos).

Relativamente a regras para visita íntima, Miotto (1984) afirma que as tensões existentes nos presídios são antigas, e que antes mesmo de se pensar sobre questões relativas aos Direitos Humanos, já havia preocupação com a questão sexual do preso. Segundo ela, as penitenciárias – principalmente as de população mais densa – viviam grandes problemas nesse âmbito, porque a homossexualidade e a exploração sexual causavam conflitos e mais tensão entre os apenados, como fontes de ciúmes e agressões graves. Dessa forma, alguns diretores de presídios se convenceram de que a melhor saída para essa crise seria possibilitar aos condenados visitas íntimas com mulheres. Em um primeiro momento, indagou-se sobre quais mulheres teriam acesso ao sistema prisional e logo uma liminar estabeleceu que somente mulheres casadas ou amasiadas que comprovassem relação estável com o condenado poderiam compartilhar essa experiência com seus companheiros. Nesse momento, foram estabelecidas as primeiras regras para regulamentação desses encontros íntimos e um dos principais requisitos foi demonstração de boa conduta por parte do preso.

Essa nova dinâmica no presídio gerou grande expectativa, no final da década de 1970; no entanto, naquela época, gerou muitos efeitos

contrários. De acordo com Ude (2007), a hostilidade em relação às mulheres dos presos em dias de visita íntima, por parte dos vizinhos das unidades prisionais, tornou-se comportamento que quebrava o código de honra do *ethos* guerreiro presente na cadeia (UDE, 2007a). Nesse ambiente, essas senhoras sofriam com insultos e comentários impregnados de malícias. Dentro do presídio, os locais designados para esses encontros eram nomeados como “galeria do amor”, “parlatório”, e também se usava a expressão “visita higiênica”, expressões significativas, demonstrando a finalidade atribuída a esses momentos, bem como o lugar de abjeção da mulher. Outro problema provocado foi a reivindicação de extensão do benefício de visita íntima aos presos que não tinham esposas. A propósito disso, Miotto (1984) aponta controvérsias:

[a] imprudência ou inadvertência de algum diretor, permitindo a extensão da “regalia” à amante, fez com que a seguir se generalizasse a pretensão dos presos quanto a receberem semelhante visita, para a qual seriam admitidas ou convocadas prostitutas. Agora, porém, já não se tratava, somente, de extensão demasiado ampla, mas envolvia também uma questão que poderia caber nas proibições do Código Penal, configurando um dos tipos de crime de lenocínio (este ou aquele, conforme os elementos constitutivos do fato concreto), cometido pelo Diretor do estabelecimento prisional, e co-autores (MIOTTO, 1984, p. 52).

Essa reivindicação não passou despercebida, tornando-se tema de pesquisa e debates, já que a sexualidade, entre outras dimensões, representa uma necessidade humana:

[u]ma vez que os casados e os que tem companheira podem, “têm o direito”, de receber a “visita íntima”, também os demais presos, todos indistintamente, hão de ter “esse direito”, pois que, para sentir exigências sexuais não é preciso ser casado ou ter companheira (MIOTTO, 1984, p. 52).

Ainda conforme Miotto (1984), esse interesse pelo problema nunca superou a questão. Segundo minha orientação teórico-metodológica, o mais importante seria compreender o significado e a relevância dessas visitas para a vida do apenado. Além de um direito, essas visitas se constituem como o primeiro elo entre o condenado e o mundo externo a prisão, e, conforme salienta Rey (2003), os impactos dessas experiências emocionais e simbólicas

na subjetividade dos sujeitos necessitam ser pesquisados, até porque a família representa importante pilar nesse processo de ressignificação da condição de “exílio”. Para corroborar com essa reflexão, apresento, a seguir, transcrições de falas de alguns dos entrevistados sobre visita íntima, família e sua importância:

[e]u acho que é isso, ela é essencial. Tanto pra quem está recolhido quanto pra quem... a pessoa que vem pra íntima dessa pessoa que está aqui dentro, a esposa da pessoa lá fora porque ela pode estar passando por N problemas. Aquele momento ali é o momento dela com ele. Momento dela mostrar que ela está sendo fiel, momento dela mostrar o amor dela por ele ou dele por ela. Acho que é um momento essencial. É, da intimidade dos dois, do entender o sentimento do outro, do si doar, de receber... (Sujeito5)

Igual... no sistema comum, eu já vi, eu já vi acontecendo, da pessoa... do preso não ter a sua visita íntima e a sua esposa, sua companheira, se afastar, não ir mais visitar, entendeu? A gente fala como abandonar a gente na prisão. Então, assim... a companheira não vai mais, deixa de lado... Acaba abandonando. Eu acho muito por causa disso. Porque, igual o sistema comum não proporciona você a ter uma relação com a sua esposa do jeito, da forma que você queria ter, entre aspas. A APAC já proporciona... Sim, a proximidade numa relação é melhor, melhor, bem íntimo com certeza. Então eu acho melhor assim, em vista eu acho como um lazer, um lazer e, assim... também uma forma mais de você ser mais amigo, companheiro, um homem solidário com a sua esposa, com sua companheira e vice versa, no momento que você estiver nesse estado... Eu, particularmente, no meu modo de vista, tem dias que você não acorda bom, que nem Deus agradou todo mundo, mas eu, no meu caso, no meu modo de vista, na semana que eu sei que eu vou ter minha visita íntima com a minha esposa, assim, já dá mais um alívio não só no coração, mas na mentalidade também. Porque já sei que eu vou assim... “pôxa, vi minha esposa domingo, só vou ver ela daqui quinze dias agora.” Então no caso assim, igual eu particularmente, eu veja a minha esposa domingo agora, igual essa semana, no domingo eu vejo a minha esposa e na sexta-feira eu ver ela de novo, por causa que, aí é a minha visita íntima (Sujeito2).

Então, é um horário que você tem de ficar você e sua esposa. Só os dois, sem ninguém, num quarto bem... aconchegante na verdade não é tão, não é igual casa, mas é bem aconchegante, bem limpo. A televisão que você vê também, o rádio, o ventilador, e tal, uma coisa boa. Uma coisa que a APAC prega que... é uma coisa que faz lembrar a sua própria casa, pra você não perder esse laço familiar com a sua esposa. Então, eu não acho, no meu modo de pensar, eu não acho uma visita íntima como um lazer. Eu não vejo isso como um lazer. Eu não vejo como lazer porque o momento conjugal, eu e minha esposa conjugal com minha esposa. Eu e minha esposa é meio... sei lá. Mas porque eu estou pensando como casamento, como uma coisa mais afetuosa e tal, mais amorosa. Aí pode ser que outras pessoas não pensem da mesma forma, né. Acho que como lazer, como prazer e tal, estão pensando mais pro outro lado... Muda. Porque na verdade, você está privado de sua liberdade, você não tem mais aquele... aquele laço com sua esposa. Você perde aquele convívio, você perde estar com ela 24 horas por dia e tal, auxiliando vinte e quatro horas por dia. Então, esse momento aqui faz você

relembrar, que não só relembrar, mas faz você viver, né, viver esse momento com sua esposa, conjugal com ela, momento que você pode dar carinho, pode conversar sem ninguém estar te ouvindo, você pode ter o ato sexual também. Você pode ter várias outras... entendeu? Naquele momento com ela, então, faz fortalecer o casal. Igual a APAC prega que a família bem estruturada é o suporte de tudo. Então, você ter uma família bem estruturada é o suporte de tudo. A pessoa se recupera, na verdade, mais por ela própria, pela família. Então, ela tem uma família bem estruturada, uma família ali bacana, faz ajudar na recuperação dele próprio. Está num lugar digno, num lugar onde ela pode ter a visita dele normal, um lugar bem asseado, limpo. Você próprio, é você mesmo que limpa, você mesmo que decora, você mesmo que arruma, então fica do seu gosto. Fica do gosto de cada pessoa, fica do seu gosto se você quiser pôr o que você quiser pôr ali, nada supérfluo, é lógico, né, mas quiser decorar ali, se quiser decorar você decora... É. Porque exemplo, você fica sabendo uma semana antes que você vai pra íntima uma semana depois. Então, uma semana de antecedência, você por um tapete, você pode por uma colcha lá, bonita; um travesseiro bacana; um quadro. Então, você pode decorar do jeito que você quiser. Você pode mudar a decoração pra não cair na rotina. Você pode fazer várias coisas. Coisas diferentes pra estar fortalecendo o casal também. Então, ela é muito importante, muito importante pra fortalecer a parte... (sujeito 6).

A configuração subjetiva desses momentos produzia sentidos singulares, quando se possibilitava ao sujeito ocasiões e condições para expressar sua subjetividade, como acontecia na APAC, tornando se uma experiência geradora de novos sentidos (REY, 2003; 2004a). Analisando-se os relatos dos pesquisados, percebe-se a dimensão simbólica que essa visita íntima ocupava no sentido de conservação dos laços familiares.

3.2 Lazer, disciplina e trabalho: uma discussão acerca das tensões enfrentadas pelos apenados.

A visita íntima, contudo, não era apenas um momento de lazer ou um momento sagrado e de estreitamento de laços familiares. Era, além disso, um momento de controle, de punição e de tentativa de domínio dos corpos. Esse aspecto é discutido por Foucault (1990), quando aborda o sistema prisional como um panóptico (arquitetura que permite a vigília constante dos corpos). Na APAC pesquisada, essa perspectiva era mais tênue; havia, porém, nesse espaço havia uma “tecnologia do eu” (FOUCAULT, *op. cit.*); ou seja:

formas de autocontrole que podiam ser percebidas, como se observa neste relato:

[a]h, professor, vai da disciplina, né, vai da disciplina da pessoa. Se você é um cara disciplinado você vai ter as suas regalias. A partir do momento que você quebrou sua disciplina, infelizmente eles cortam por que? Porque se deixasse, se continuasse a programação... o pessoal, até a gente acha: “não, está numa boa, está normal.” Então, quer dizer, vai espelhar para os outros errar. Ah, o cara errou ali não cortou nada, não cortou lazer, não cortou futebol, não cortou nada, então não está dando nada. Continua... Com certeza. Isso faz parte da disciplina, entendeu. Isso faz parte também da mudança de mentalidade da pessoa... Com certeza, com certeza. É igual um filho, você corta aquilo que ele mais gosta, até ele pensar que não pode. “pô, se eu continuar a fazer isso, vai acarretar o quê? Meu pai fez vai tirar aquilo que eu gosto, entendeu”? ... Não é um negócio de punição, um castigo. Isso não é um castigo. Infelizmente nós quebramos a disciplina, entendeu? O que mais gosta. (Sujeito 4).

Foucault é bem conhecido por suas obras que retratam os mecanismos de controle e tentativas de sujeição que negam a autonomia do indivíduo e apresentam, historicamente, a ascensão do Capitalismo e suas formas de exercer controle sobre os corpos, de modo a servirem às necessidades desse modelo econômico que constrange a subjetividade do sujeito, no intuito de produzir sua “docilização” e sua conformidade a partir de imposições. Em outro momento, esse estudioso debate e analisa as resistências dos indivíduos aos mecanismos de controle, ao retratar o que denomina “as tecnologias do eu”:

[t]écnicas que permiten a los individuos efectuar un cierto número de operaciones en sus propios cuerpos, en sus almas, en sus pensamientos, en sus conductas, y ello de un modo tal que los transforme a sí mismos, que los modifique, con el fin de alcanzar un cierto estado de perfección, o de felicidad, o de pureza, o de poder (FOUCAULT, 1990, p. 48).

A proposta de pesquisar as práticas individuais revela a atuação de um controle que fragmenta e reduz o sujeito por meio de uma trama social em que se busca a disciplinarização dos corpos. Essa sociedade que controla as pessoas apresenta “tentáculos” em distintas práticas sociais, como pude perceber, também, dentro do sistema prisional apaqueano. Este comentário de um dos entrevistados ilustra essa perspectiva:

[s]e você tira o lazer, cara, pô! É você privar o cara de uma... é uma falsa liberdade na verdade que o cara tem aqui, mas privar ele daquela liberdade que ele tem praticamente, porque o cara trabalha o dia inteiro. Os trabalhos aqui normalmente nenhum são remunerados, alguns são, mas são muito poucos, a remuneração é muito baixa. Então, no caso, as duas pessoas, nenhuma são remuneradas, eles faz com boa vontade, com gosto o trabalho pra ter no horário de lazer estar livre, aí no horário de lazer, pô, ele vai ficar preso no dormitório? Ficar fechado dentro do dormitório é ruim. É ruim. Eu já fiquei uns dias já, mas é ruim. Já fiquei uns dias lá que eu estava passando mal e tal. É ruim demais, mas eu já fico acostumado porque eu já não gosto muito de... agora eu mudei... jogava muito futebol, jogo ainda, sempre joguei e tal, mas agora estou buscando algo diferente pra minha vida. Eu estou lendo muito, lendo bastante. Então, o horário de lazer é o horário deitado ali na cama, lendo. Então, eu já li um livro em quase uma semana, eu leio. Então, estou acabando, peguei gosto.

Fico ali esperando aquele momento pra mim ler, um momento que eu estou sem fazer alguma coisa pra eu ir lá ler de novo. Então, se cortar esse momento aí, é a mesma coisa de tirar um doce de uma criança, é complicado... **É uma forma de punir e controlar, com certeza. Porque se você não faz uma coisa que pra eles não é certa, eles queimam seu lazer e você fica sem o lazer e fica sem uma coisa que você gosta. Então, pra você ter o lazer, você tem que estar fazendo a coisa que eles acham que é certa pra você ter lazer...**

Ah, eu acho errado porque não adianta só ser punitivo. Não adianta. Não vão recuperar ninguém, porque normalmente é para aquele preso privado da liberdade, privado de estar com sua família. Seu psicológico praticamente abalado, psicológico totalmente abalado, totalmente (Sujeito 6).

Para discorrer sobre esse tema, cumpre-me esclarecer o que representava, para Foucault (1990), a “tecnologia do eu” – tratava-se de um conjunto de atividades sobre si, destinadas a seu corpo e à sua alma, com o propósito de auferir para si uma transformação capaz de produzir certo grau de felicidade. Essa tecnologia dialoga com outra – a “tecnologia de poder” – que, por sua vez, objetiva determinar a conduta do sujeito, visando à sua dominação (FOUCAULT, 1990, p. 48). A impossibilidade de questionar esses mecanismos gera alienação entre os condenados submetidos ao sistema imposto. Essa relação entre ambas é assim apresentada por Foucault:

[a]s ‘artes da existência’ tiveram uma importância considerável em nossas sociedades. Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 1998, p. 15).

Cumpra, então, descrever o que representava, para Foucault (1998), o conceito de poder, cuja compreensão possibilita entender os mecanismos da “tecnologia do eu”:[o] poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1998, p. 89). Segundo ele, o poder está em toda parte, tornando-se quase onipresente, não porque abarca tudo, mas porque se produz e reproduz, a todo o momento, durante as relações cotidianas.

Dentro da APAC pesquisada, essa perspectiva não era tão diferente, já que observei relações de poder nela estabelecidas, em vários momentos. Nesse aspecto, as nuances de poder aconteciam em várias dimensões do sistema, tanto da gestão para com os condenados quanto para com os funcionários da instituição (vale destacar que alguns dos inspetores de segurança já passaram pelo sistema prisional, na condição de detentos), e desses inspetores para com os apenados. De certo modo, isso é tratado como algo “natural”. Um fato, porém, que me chamou a atenção foi o poder disciplinador exercido por condenados para com os próprios condenados. Nesse caso, foi mais notória essa ação de dominação por parte dos apenados que ocupavam cargos no Conselho de Sinceridade e Solidariedade - CSS³. De certo modo, pode-se dizer que se tratava de oprimidos que oprimem (FREIRE, 1968).

Esse poder era visível no sistema prisional pesquisado, mas seus efeitos eram invisíveis sobre os corpos aprisionados. Esses elementos só podem ser captados de forma indireta, como nos aponta Rey (1999), por meio de uma epistemologia qualitativa. Quanto a isso, um dos entrevistados destaca a importância da visita íntima no que diz respeito ao controle da violência. Ele mencionou um episódio, ocorrido em outro presídio, em que o detento atacou um companheiro de cela devido à falta de visita da esposa. De certa forma, esse controle das visitas íntimas no sistema APAC era realizado por um conselho disciplinar administrado por outros presos; logo, percebia-se que esse grupo detinha um nível de poder concreto sobre os demais. Por outro lado,

³ Esse conselho foi apresentado no Capítulo 2 desta dissertação.

essa equipe produzia certo controle das tensões que poderiam vir a gerar violência no presídio. A propósito disso, um entrevistado comentou o seguinte:

[e]u já vi muito acontecer por causa disso mesmo, igual eu falei, no caso do sistema comum. As companheiras, as esposas, abandonam muito e isso chega fato, igual eu já vi em 2007 no Ceresp Gameleira, por causa da companheira ter afastado do preso, por causa da visita íntima que não tinha lá. Esse preso meteu a faca na barriga do outro, matou o cara dentro da cela. Por causa dessa... acho que a falta de um relacionamento mais íntimo com a companheira. Então, assim... acho que veio a levar ele a fazer isso, a cometer isso porque a cabeça já estava cheia, a esposa já tinha um mês que não tava indo visitar, então... isso acho que gerou um ódio no coração, aí veio essa fatalidade. Então, assim... acho que é um alívio até pra nós mesmos, no dia a dia, pra estar conversando com um irmão que mora com você, com a direção, até com familiar que vem no final de semana, porque acontece muito. A pessoa marca uma visita para o sábado, ou pra sexta-feira, ou pra quinta-feira, que são os dias aqui. Aí a esposa não vem, então, chega no domingo, ele acha que a mãe ou o pai dele que vem visitar, ou um irmão, um sobrinho. Ele acha que foi eles que foram os culpados da esposa não pôde ter vindo na visita. Então, assim... muitos não entendem. Então, já partem pra agressividade com a família. Sendo que a família não tem nada a ver. Então, eu acho assim, um pouco é bom, mas se a pessoa não tiver, acho que prejudica também, entendeu? (Sujeito 2).

Cumprе mencionar, todavia, que, semestralmente, a diretoria do CSS era reeleita, sendo que, na metodologia da APAC, o poder deve ser compartilhado por todos; na prática, porém, percebi que não havia muitas lideranças, nessa instituição prisional, por parte dos apenados; talvez, devido a isso, esse controle sempre voltava às mãos de um mesmo recuperando⁴.

Além dos pontos levantados até aqui, referentes às tensões entre lazer, trabalho e sistema prisional, é imperativo ressaltar que a instituição pesquisada tinha como um de seus pilares, segundo o método apaqueano, a religião cristã. Sabe-se que a visão protestante induziu o sujeito a buscar a salvação pelo trabalho e a rejeitar o ócio, desde o século XVI (WEBER, 2004). Isso posto, uma das formas de punição era negar ao apenado que descumprisse alguma regra seu momento de lazer. Dessa forma, além de lhe tirar algo que lhe proporcionava prazer, buscava-se, com isso, o arrependimento desse sujeito, de maneira a levá-lo a se sentir desconfortável diante de Deus e dos demais condenados, porque ficar à toa não era algo percebido com bons olhos. Essa perspectiva reproduzia o ditado popular

⁴Recuperandos - termo utilizado pelo Sistema APAC para se referir ao público aprisionado.

“mente vazia, oficina do diabo”; a ociosidade, como mecanismo punitivo (PINTO, 2014), era instituída pelo trancamento na cela, para que o detento “refletisse” sobre alguma transgressão cometida. Conforme, porém, se verifica abaixo, o trabalho ou a laborterapia era mantido(a):

[e]u já acho uma coisa errada, porque assim, se cortar o lazer da pessoa, a pessoa trabalha o dia inteiro, ela viu que deu às cinco horas, ela quer ir ali... quer fazer uma academia ou quer jogar um futebol, ou quer assistir uma televisão. Então, no caso eu já acho que faz a pessoa ter um pensamento pra voltar mais pro mundo da criminalidade de novo... Você quer um lugar pra ressocializar... é maneira negativa pra estar voltando pra criminalidade em vez de ressocializar com a sociedade. Então eu já acho que é uma coisa errada de fazer. Acho que se fosse uma conversa, acho que seria mais prático (Sujeito 2).

A punição, contudo, não era percebida, homoganeamente, por todos, como algo negativo, representando um processo pedagógico necessário ao contexto. Minha inquietação, todavia, era não perceber o desenvolvimento de distintos momentos reflexivos para produzir novos sentidos entre os aprisionados:

[q]uando você foge das regras daqui, aí eles tiram alguma coisa que você... quando você não fica de castigo. Por exemplo: no nosso dormitório, ele corta o seu lazer, corta uma coisa que você mais gosta. Se você gosta de televisão, corta sua televisão, se você gosta de futebol, corta seu futebol. E é... eu acho que ficaria mais fácil, porque, quando... tem um pai... é mais fácil corrigir a criança assim: tirar aquilo que ela mais gosta. Igual ela gosta de ficar no computador, ela fez aquilo de errado, ele vai ver o irmão dele brincando no computador, mas ele não pode. Vai ver os colegas dele jogando futebol, mas não pode. Então, toda vez que ele for fazer aquilo de novo, “noh, como foi sofrido!” então, aqui é muito ruim você fazer alguma coisa e ser punido. Eu gosto de futebol, graças a Deus eu nunca fui punido por isso (Sujeito 5).

De acordo com Foucault (1998), o ato de disciplinar – por ele chamado de biopoder – é composto por 2 (dois) sentidos. Um deles tem caráter positivo, porque concede ao sujeito potencialidade que o transforma em indivíduo mais qualificado; entretanto, o segundo sentido é o que condiciona o indivíduo à docilidade, a ser o que não reclama e, sim, se submete a qualquer ordem, sem questioná-la. De todo modo, essa docilidade, no sistema prisional comum, é subvertida por atos de rebeldia e motins, em distintas situações:

[e]stebiopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1998, p. 132).

Observei, na maioria das entrevistas, que os entrevistados percebiam a existência de um controle, porque sabiam que, ao falharem em alguma atividade ou quanto à obediência a alguma norma, poderiam ser punidos. Isso já estava internalizado em sua subjetividade. Na teoria da “tecnologia do eu” (FOUCAULT, 1998), o panóptico deixa de ser um controle totalmente vigiado e passa a ser inserido o autocontrole. O indivíduo torna-se responsável por suas próprias ações, comprometido com sua própria mudança, de forma individualizada:

[...] o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e repartição diferencial do lucro, foram, em parte tornados possível pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento de afirmação do capitalismo (FOUCAULT, 1998, p. 133).

Partindo-se do ponto de vista de Michel Foucault, toda atividade humana deve ser concebida como atividade de poder, seja ela externa ao seu corpo, seja sobre o próprio corpo. Esse poder será modelado pela condição social de cada sujeito, por sua cultura, condição social, religião, etnia e capacidade de (se) sujeitar e/ou transgredir. Ainda segundo Foucault, no mundo contemporâneo, evitar o trabalho é inadmissível, porque essa escolha fere as condutas impostas pelo Capitalismo: “[...] em nossa sociedade em que o lazer é a regra, a ociosidade constitui uma espécie de desvio” (FOUCAULT, 2009, p. 416). O lazer, nessa perspectiva, é contemplado como um bem de consumo, tornando-se algo concebido como imoral.

Segundo os princípios que regem as normas de conduta propostas por esse sistema capitalista, toda atividade humana é valiosa quando gera produção e consumo de forma massificada; no entanto, a voracidade do Capitalismo percebeu a oportunidade de controlar, também, o tempo ocioso. Esse tempo aparentemente livre torna-se taxado como vadiagem e, com isso,

percebe-se a necessidade de se ajustar a prática do lazer a uma estrutura mercantilista. Para Costa (1983), o objetivo, nesse caso, é controlar o tempo, para higienizar o sujeito de oportunidades que lhe fossem prejudiciais à saúde ou à moral: “[...] a finalidade explícita deste controle do tempo era não deixar margem à ociosidade. O ócio induzia à vagabundagem, à capoeiragem e aos vícios prejudiciais ao desenvolvimento físico e moral” (COSTA, 1983, p. 183). Seguindo essa linha de raciocínio, o controle do tempo ocioso também se expressa dentro dos presídios, porque constitui um cenário que compõe um exercício de um biopoder institucionalizado.

No capítulo seguinte, apresento as demais práticas sociais de lazer pesquisadas no Sistema Prisional apaqueano, como a TV, o futebol, a academia de ginástica e a capoeira.

4 PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER, NO SISTEMA PRISIONAL PESQUISADO: QUANTO AOS SEUS SIGNIFICADOS E SENTIDOS.

Neste capítulo, apresento os significados e os sentidos produzidos pelos jovens detentos acerca de algumas atividades disponibilizadas, pelo presídio, como opções de lazer. Desse modo, a análise do campo pesquisado indicou que assistir a programas de televisão, jogar futebol, praticar atividades físicas em uma academia artesanal, bem como a prática da capoeira foram consideradas categorias relevantes para este estudo. Assim sendo, procurei compreender os significados das práticas de lazer instituídas pelo Sistema Prisional da APAC, as representações dos aprisionados quanto a elas e os distintos sentidos subjetivos gerados, nesse campo relacional, em atividades que não estão entre as que proporcionam remição de pena. Além do exposto, essas atividades ainda apresentavam grande dimensão educativa e seria relevante, em um sistema prisional, desenvolvê-las dentro de uma proposta político-pedagógica.

4.1 Quanto ao uso da televisão e suas ambiguidades: entre a alienação e a busca de sentidos em um mundo de reclusão.

A televisão é o lazer mais importante aqui dentro da APAC. Por meio dela, eu saio diariamente da cadeia: vou até a China e retorno a Belo Horizonte, sem sair do presídio (N.C.C., 10/01/2014).

Conforme atesta o trecho usado como epígrafe, acima, a pesquisa de campo me revelou que a televisão representava uma das principais fontes de lazer na APAC pesquisada. Diferentemente do futebol, que tem caráter seletivo e, de certa forma, excludente, como veremos na próxima seção, o acesso a ela é assegurado a todos, no sistema fechado. Em cada galeria⁵, havia um aparelho de TV que, nos horários prefixados pela diretoria, podia ser ligado (na parte da manhã, entre 06h e 08h30min; na parte da tarde, entre 12h

⁵ Galeria - nome atribuído, pelos aprisionados do sistema APAC estudado, aos blocos com dormitórios/celas.

e 13h30min, e, o noturno, entre 17h e 22 h). Ao se dirigir a ela, para assistir aos diferentes programas, cada detendo leva sua cadeira (FIG. 14, a seguir):



FIGURA 14 - Sala de TV do Bloco 1 - Cada detento leva sua cadeira para se sentar.
Fonte: Acervo de Walesson Gomes da Silva[®]. Fotografia feita em janeiro de 2014.

Nesse aspecto, a televisão representava um veículo de comunicação que poderiasse tornar sedutor; principalmente, para a condição do apenado, já que esse instrumento mobiliza os sentidos humanos, provocando, entre outros estímulos, sensações de prazer, alegria, tristeza, medo e curiosidade. Por outro lado, produz alienação, em uma sociedade consumista que induz à mercantilização das relações sociais.

Autores como Aranha (1986), Marcondes Filho (1988), Arbex (1996) e Bucci (2003) apresentam os programas televisivos (esportes, programas de auditório, novelas e noticiários) como instrumentos de lazer e de entretenimento eficazes, porque captam os anseios de seu público, inserido em uma sociedade marcada por assimetrias de classes, raça e gênero, provocando, nesses espectadores, a apreciação de imagens de locais que, provavelmente, nunca visitarão, envolvendo-os com imagens de esportes que dificilmente praticarão, proporcionando momentos de lazer e entretenimento para a maioria da população, independentemente da sua faixa etária.

De acordo com Aranha (1986), a TV se aproveita do caráter alienante do trabalho, da fadiga do dia a dia, da incerteza e da insegurança de nossa sociedade capitalista para nos oferecer um mundo fantasioso, recheado de imagens sedutoras. Assim, ela cria um mundo espetacular, que mobiliza

nossos sentidos, dando-nos a falsa impressão de que estamos agindo de forma ativa, algo situado na esfera do lazer e do entretenimento:

[e]m um mundo em que o trabalho e o consumo são alienados, é difícil evitar que o lazer também não o seja. A passividade e o embrutecimento naquelas atividades repercutem no tempo livre. Sabe-se que pessoas submetidas a um trabalho mecânico e repetitivo em uma linha de montagem têm o tempo livre ameaçado pela fadiga mais psíquica do que física, tornando-se incapazes de se divertir. Ou então, exatamente o contrário, procurando compensações violentas que as recuperem do amortecimento dos sentidos (ARANHA, 1986, p. 66).

Para essa autora, a televisão magnetiza os telespectadores, porque tem uma linguagem baseada no entretenimento, na sedução, algo que não se encontra com facilidade quando se atua em ofícios que exigem esforços repetitivos e mecânicos, em locais de trabalho que fomentam a competitividade, que geram fadiga mais psíquica do que física. Tais situações produzem o amortecimento dos sentidos fisiológicos, recuperados, não raro, por cenas e espetáculos televisivos violentos. Será que, em um sistema prisional como a APAC, a televisão se vale da reclusão para dar sentido à vida dos recuperandos⁶? De acordo com um dos sujeitos que entrevistei, a televisão constitui um campo marcado por ambiguidades que geram entretenimento e tensões, quando a violência se torna o grande espetáculo televisivo dos últimos tempos. A naturalização da violência foi apontada como uma das consequências graves desse cenário, conforme atesta, por exemplo, o excerto transcrito abaixo:

Ó, gosto muito, sou viciado em televisão. Gosto muito mesmo de assistir televisão. Não gosto de rádio. Gosto mais de assistir televisão. E jornalismo, eu não gosto de assistir jornalismo, que eu tenho a mania de falar, “carnicento,” que é aquele jornal que fica pegando qualquer matéria, mostra mãe chorando em cima do corpo, polícia entrando dentro da favela, eu não gosto de assistir mais esse jornalismo. Eu gosto de assistir aquele jornal rico em detalhe, que mostra umas matérias bacana, que nem eu gosto de assistir “Domingo Espetacular”, mas quando tem uma matéria bacana que vai me ajudar a somar em alguma coisa. Eu sou fã do “Pequenas Empresas e Grandes Negócios”, “Globo Rural” também eu gosto de assistir muito e “Jornal da Record” eu vejo muito é... mostrando muita coisa referente ao crime, sabe. E da Globo eu já não vejo mostrando muita coisa referente ao crime, sabe? E é engraçado que antes, eu mesmo particularmente, que vivi minha vida quase toda no crime,

⁶Recuperandos - termo utilizado, pelo Sistema APAC, para se referir ao público aprisionado.

nunca tive uma profissão na minha vida, **fui criado dentro do crime e vivi minha vida quase toda dentro do crime**. E antes quando eu via uma pessoa morta na rua, eu achava um barato. Pra mim aquilo ali era coisa normal, sabe. Ou até mesmo quando eu mesmo já fiz minhas loucuras na vida do crime, tirar a vida de alguma pessoa sabe, eu achava aquilo ali uma coisa natural e hoje mesmo eu consigo ver que o crime já não está morando mais dentro de mim, porque hoje eu assisto uma televisão. Quando eu vejo uma cena dessa, uma cena que eu achava natural, hoje eu falo, “pô, que cara doido, veio. Como é que um cara tá fazendo um trem desse aí, está estuprando uma mulher, matando uma criancinha,” sabe? Mais ou menos eu consigo ver umas coisas que quando eu tava na vida do crime eu tava doente. Através do jornalismo eu consigo tirar uma coisa boa. Eu fico vendo e fico pensando: “porra veio, eu fazia aquilo ali tudo.” Hoje eu vejo que agora eu estou fora do crime, eu tenho uma visão que eu estava doente quando eu tava na vida do crime, eu estava fazendo tudo aquilo que eu via no jornal. Foi ontem... eu estava assistindo o “Fantástico”, estava mostrando uma matéria, algumas pessoas sofrendo com câncer, aí os caras estavam assistindo e eu também, eu fui e tirei daquele canal e pus em outro canal porque eu não estava querendo ver aquela cena, sabe, de pessoas sofrendo. Que nem jornal também, que eu vejo uma matéria de mãe chorando em cima do corpo de uma pessoa lá fora, eu já não procuro ver isso daí mais. Eu acho até essa iniciativa da APAC de não deixar a gente assistir outros canais é até bacana. Eu não acho errado não, porque tem canal que mostra muita coisa que faz a gente lembrar da vida do crime, sabe Walesson. E a APAC procura afastar a gente totalmente do crime, sabe. Não procura ficar deixando a gente ter lembrança do crime e a televisão eu vejo dessa forma. A novela, eu gosto da novela, sabe, mas eu estou começando a tomar um pouco de raiva de novela que eu estou vendo muita cena ali que ensina muita coisa ruim pra pessoa, sabe? É isso daí mesmo. (Sujeito 3)

Nesse enredo, como a busca pela audiência apresenta elemento central do seu fazer, a televisão coloca a informação em segundo plano, até mesmo nos noticiários jornalísticos. Nesse universo tão limitado, mesmo uma reportagem de caráter informativo torna-se, geralmente, caracterizada como fonte de lazer e de entretenimento. Quanto a isso, Bucci (1996) denuncia a espetacularização do jornalismo, que repete a mesma cena centenas de vezes, banalizando seu conteúdo e produzindo amortecimento dos sentidos fisiológicos. Para ilustrar esse formato jornalístico, tomo como exemplo a queda do avião da companhia aérea brasileira TAM, ocorrido em São Paulo, na segunda metade da década de 1990: o jornalismo tornou o desastre um acontecimento secundário, exibido exageradamente pela televisão, já que o *show* produzido por uma imagem assustadora passou a ser o foco principal da sua notícia. A propósito disso, Bucci (1996, p. 43) apresenta este comentário:

[a] TV tem na informação jornalística um produto secundário. Seu negócio é o entretenimento. Daí a vocação para o espetáculo, o apelo à emoção. Mesmo os documentários não podem fugir à obrigação de emocionar. E o critério da emoção que faz com que imagens que já não informam nada de novo sejam repetidas sem parar. O gol de placa tem replays ao longo da semana. A trombada que matou Ayrton Senna também. O objetivo é fazer durar a emoção. Por isso, na televisão, as tragédias não acontecem simplesmente: elas ficam acontecendo, num gerúndio interminável que não é o tempo dos fatos, mas o tempo das sensações. Diante das chamas, dos corpos no chão, o telespectador se deixa aprisionar, ou melhor, se deixa entreter, atraído por aquilo tudo (BUCCI, 1996, p. 43).

Observa-se que o autor salienta que o “negócio” da televisão é o entretenimento, e não a informação, já que os interesses comerciais impõem a estruturação da programação televisiva. Desse modo, a TV necessita “prender” a atenção do telespectador o maior de tempo possível, e, por isso, sua disputa por audiência representa elemento que não pode ser desconsiderado quando se pretende conhecer os mecanismos do seu funcionamento. De toda maneira, cumpre destacar que se trata de um entretenimento alienante, que subtrai do telespectador sua capacidade de se posicionar criticamente diante de algo que o sucumbe. Nesse sentido, Marcondes Filho (1998, p. 54), ao diferenciar a TV do cinema, enfatiza, nestes termos, o peso comercial do tempo nas programações televisivas:

[a] televisão é então um meio de comunicação muito diferente do cinema, porque entre outras coisas vive da venda de cada minuto da programação, isto é, transforma em valor comercial seu tempo de emissão. Para cada minuto, existe um investimento, um preço, uma tabela e, sobretudo, um lucro. Já o cinema vende um produto inteiro – o filme – pelo qual o espectador paga adiantado na bilheteria, e uma vez no cinema assiste ao que vier. Na TV o telespectador pode a qualquer momento mudar de canal e a emissora sofrer perdas com isso. Este pequeno detalhe, que na verdade é o principal elemento na estrutura da televisão, explica porque a TV não pode gastar o tempo do receptor. Contrariamente, o cinema, que já tem o seu público assegurado pelo menos por uma hora e meia, tem possibilidade de jogar de diversas maneiras com esse tempo (MARCONDES FILHO, 1988, p. 9).

O entretenimento, o suspense e a dramatização são elementos constitutivos da linguagem da televisão, mesmo quando se exhibe uma reportagem. A espetaculização de tragédias naturaliza e banaliza a violência e o sofrimento de pessoas como se fossem imagens despersonalizadas. Eugênio Bucci (1996) sublinhou o fato de a televisão nos proteger dos sentimentos

dolorosos produzidos por uma catástrofe; em vez de nos aproximar dos fatos, a televisão nos provoca a estranha sensação de nos fazer sentir imunes, protegidos contra certas tragédias:

[e]ntrevistada num dos programas sobre o acidente, uma testemunha contou que estava no quarto quando vislumbrou as chamas pela janela. Mas logo em seguida, abriu novamente. Precisava confirmar o que tinha acabado de ver. Olhou e ficou horrorizada. Talvez o telespectador alegue algo parecido: não desprega o olho do vídeo porque precisa ver para crer. Mas a televisão, ao contrário das janelas de verdade, não o aproxima de nada – ela protege de tudo. Quem viu pessoalmente as cenas do desastre se feriu na alma. Muita gente não conseguiu dormir depois. Quem vê pela televisão as mesmas imagens se sente imune. Bebe um uísque, relaxa na poltrona. Sente um prazer estranho. Pede BIS e é atendido (BUCCI, 1996, p. 64).

A televisão e sua composição, estabelecida por imagens, voz e movimento, desobrigam as pessoas, dessa forma, não somente da tarefa de refletir e de concentrar, mas, também, de viver intensamente suas emoções. Como destaca Marcondes Filho (1998), em razão de sua organização estrutural por blocos de comerciais, a televisão aborta nossas emoções, impedindo que vivamos nossos sentimentos de forma intensa. Quanto a esse aspecto, esse pesquisador comenta o seguinte:

[a] televisão adiciona um elemento estranho, um fato anormal dentro da mensagem cinematográfica, que muda radicalmente seu sentido, isto é, toda energia e emoção que o espectador tirava do filme são liberadas na mensagem comercial, que funciona como um descanso (na verdade um desvio) da tensão anteriormente criada. Ora, a tensão do filme não é algo necessariamente ruim: é a mobilização de emoções e sentimentos que levam à pessoa a exercitar e refletir sobre suas próprias sensações físicas. O desenrolar da estória é um pouco de vivência na medida em que aciona os mesmos mecanismos psíquicos das emoções reais e vivê-las intensamente é praticar as emoções reativando-as. Assim, na televisão, os filmes continuamente interrompidos, provocam uma retração da emoção em cada parada, um alívio, através da mensagem publicitária. Isto pode ajudar a venda de mercadorias, mas vicia o espectador na prática de economizar emoções, de vivê-las muito rapidamente e logo a seguir suprimi-las (MARCONDES FILHO, 1988, p. 20).

No contexto da APAC, todavia, a televisão ganha novos significados. Como a instituição se encontra segregada da sociedade mais ampla, a televisão representa uma fonte limitada de contato com o mundo, um meio de se receber informações sobre a região da qual o apenado é proveniente. Além

disso, a televisão constitui, também, uma forma de ocupação do tempo, um meio de se distrair.

A direção da APAC, embora não censure qualquer emissora de televisão disponível na grande mídia, estimula os condenados a assistir ao jornalismo da Rede Globo, porque os programas jornalísticos de outras emissoras, por seu caráter sensacionalista, enfatizam, não raro, o caráter espetacular do “mundo do crime”, aspecto considerado pouco saudável em um processo de ressocialização, segundo a avaliação dos coordenadores. De todo modo, poderia representar um momento pedagógico a ser explorado pela instituição, ao articular lazer com processos educativos geradores de sociabilidade e inclusão social (BAUMAN,2003).

Conquanto as demais emissoras deixem sobressair o caráter sensacionalista de suas matérias jornalísticas, o noticiário da Rede Globo obviamente não é imparcial. Para Bourdieu (1998), o jornalista busca transformar o ordinário em extraordinário, o cotidiano em espetáculo. O *marketing* televisivo opera com palavras simples e trilhas sonoras, visando magnetizar o telespectador pelo programa prescrito. Nesse ponto, o autor comenta:

[o]s jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio da seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância e gravidade, e o caráter dramático, trágico. Com palavras comuns, não se faz cair o queixo do “povo” (BOURDIEU, 1998, p. 26).

Dessa forma, pode-se afirmar que as imagens e informações apresentadas nos noticiários não são imparciais, como esses veículos nos querem fazer crer. Na verdade, são resultados de escolhas políticas, econômicas e ideológicas operadas pelos responsáveis pela exibição da programação. A produção desse verdadeiro processo de alienação, no qual as pessoas se tornam estranhas a si mesmas, indica a necessidade de se constituir atividades educativas, no sistema prisional, capazes de ensejar reflexões críticas acerca desses mecanismos.

[a] tevê (...), apesar de nos trazer uma imagem concreta, não fornece uma reprodução fiel da realidade. Uma reportagem de tevê, com transmissão direta, é o resultado de vários pontos de vista: 1) do *realizador*, que controla e seleciona as imagens num monitor; 2) do *produtor*, que poderá efetuar cortes arbitrários; 3) do *cameraman*, que seleciona os ângulos de filmagem, finalmente de todos aqueles capazes de intervir no processo de transmissão. Por outro lado, alternando sempre os *closes* (apenas o rosto do personagem no vídeo, por exemplo) com cenas reduzidas (a vista geral de uma multidão), a televisão não dá ao espectador a liberdade de escolher o essencial ou acidental, ou seja, aquilo que ele deseja ver em grandes ou pequenos planos. Dessa forma, o veículo impõe ao receptor a sua maneira especialíssima de ver o real (SODRÉ, 1987, p. 61).

Durante entrevista um dos pesquisados mencionou a importância da televisão, naquele espaço prisional, como instrumento que lhe proporcionava liberdade; percebe-se, no entanto, em sua fala, o caráter alienante desse veículo de comunicação, conforme se lê abaixo:

[p]rofessor, a televisão em si, eu acho que eu, igual eu tinha falado, né, que é um meio que a gente vai até pra outro mundo. Porque assim, a televisão acho que distrai muito a cabeça, a mente da gente que está recluso da liberdade. Porque eu, quando eu era mais jovem, quando eu ficava em casa, eu tinha aquele tempo pra mim sentar pra assistir televisão com a minha família, com meu pai, com meus irmãos, a minha mãe. Pra assistir um jogo de futebol, um jornal, uma novela. Então assim, em si, pra mim agora que eu estou dentro da prisão, eu já acho que a gente vai... com a imaginação a gente vai aonde a gente quer através daquela imagem ou aquela cena que a gente está vendo na televisão. Então, pra mim, eu acho bacana e a televisão também ajuda a gente muito a ficar sabendo das coisas que está acontecendo no mundo hoje em dia lá fora. Que igual a pessoa que está reclusa muitos anos, eu, por exemplo, estou há quatro anos, então a gente não sabe o que que está acontecendo no dia a dia (Sujeito 2).

Diante dessas condições de reclusão, nota-se que esse entrevistado tenta fugir da sua alienação do mundo por meio de um instrumento artificial, mas esse acaba remetendo-o a um mundo reproduzido por imagens teleguiadas. Essa faceta, contudo, não é linear; em outra entrevista, com um jovem homossexual, esse vê a televisão como importante aliado na luta contra o preconceito, ao salientar que:

[t]em algumas coisas em novelas que é fútil, mas tem muita coisa que é legal. Porque hoje em dia aborda muito tema de preconceito, muito tema de droga, muito tema de questões de doença em que as pessoas... é normal. É normal. Porque uma vez eu tive uma discussão com uma pessoa do sistema comum, que ela falou que não existe uma pessoa do mesmo sexo fiel. Aí, eu fui e abordei pra ele e perguntei: existe mulher fiel? Existe. Então, o mesmo sentimento que existe mulher fiel, existe uma pessoa do mesmo sexo

fiel a outra. Existe mulher galinha? Existe homem galinha? Existe homossexual também galinha. Então, é a forma do momento em que a pessoa vive. E quebra muito preconceito na cabeça dos outros vendo aquilo na televisão (Sujeito 5).

Mais uma vez, fica evidente que a televisão, mesmo com suas limitações, representa uma experiência que pode provocar diálogo crítico entre os aprisionados. O desenvolvimento de uma Educação Social (OLIVEIRA, 2004) junto a essa população pode provocar ressignificação na concepção de suas relações e representações entre os sujeitos e suas redes de vínculos.

Para outro entrevistado, a televisão traz outros significados e sentidos, porque:

[L]eva você prá longe. Você chora, você ri, você se sente livre. Sente livre, livre, livre. (...). A televisão, o que me faz mais chorar é quando vejo programa de pessoas encontrando a família... [...] De superação. Eu gosto muito do programa da Xuxa que me leva eu na minha infância. Na minha infância, desde pequeno lembro que não tinha CD. Tinha fita e tinha LP. Minha avó me deu o LP dela, tenho muito LP dela. Quando ela fez 50 anos, aí eu fui ver o programa dela, foi difícil pra ver porque passou tudo... [...] Quando você vê aquela reportagem, fotos desse negócio que passa na televisão, aquela família unida almoçando... eu tenho saudade disso, da minha família. Todos unidos, todos. A gente ia pra casa da minha tia e lá..., eram os primos, os tios, tudo reunido. Em volta da televisão. A gente cresceu também vendo Raul Gil, vendo Raul Gil. Minha avó via, minha tia via, você ia na casa da minha tia, sempre estava vendo Raul Gil. [...] É, porque me leva eu pra perto dela, que não é parede, que age... alguma coisa que... Da minha raiz. (Sujeito 4)

Apesar de o significado instituído pelas emissoras de TV ser estabelecido como momentos homogêneos para distintas públicos/telespectadores-alvo, os sentidos que lhes são atribuídos são singulares, conforme a história pessoal e social de cada sujeito (REY, 2003). No caso do entrevistado acima, ele ressignificou a TV, referindo-se à televisão com um objeto mágico que podia levá-lo para além das paredes do presídio. A zona de sentido (REY, 2004a) produzida pelo programa de TV lhe possibilitava sentir sensações experimentadas, até então, somente no seio da sua família, carregadas de emoções e simbolismos articulados à sua dinâmica familiar e aos significados atribuídos pelo seu contexto histórico-cultural. Esses sentidos, todavia, não são muito explorados como conteúdos reflexivos nas atividades terapêuticas e/ou educativas do sistema prisional pesquisado.

De todo modo, assistir a programas de televisão se apresentava como momento marcado de ambiguidades que, conceitualmente, se

inserir em um âmbito cultural que pode se revestir tanto de um caráter alienante quanto transformador. De acordo com o *Dicionário Crítico de Lazer* (GOMES, 2004), a televisão é assim caracterizada:

[a] televisão é um fenômeno social e cultural mais impressionante da história da humanidade. É o maior instrumento de socialização que jamais existiu, pois nenhum outro meio de comunicação da história havia ocupado tantas horas da vida cotidiana dos cidadãos, fascinando-os e penetrando no seu imaginário social [...] A televisão consegue fazer uma síntese entre a magia da imagem, aquela advinda do cinema, e o imediatismo do rádio. Por isso, a existência de uma força simbólica ou, como dizia Bourdieu, de um poder simbólico. Thompson (1998) explica que uma das conquistas técnicas da televisão é sua capacidade de utilizar grande quantidade de “deixas simbólicas”, tanto do tipo auditivo quanto visual. Diferentemente do rádio ou jornal, que se restringem à fala ou a escrita (PIRES; RIBEIRO, 2004, p. 214).

Assim sendo, o estudo desenvolvido revelou que o uso da TV na APAC necessita ser repensado na perspectiva de oferecer momentos culturais mais relevantes e atividades reflexivas para o desenvolvimento crítico dos aprisionados. Dando sequência, no tópico seguinte tratarei de apresentar os usos, sentidos e significados do futebol dentro da instituição pesquisada.

4.2 Quanto ao futebol: uma atividade que oscilou entre o controle institucional e a produção de sociabilidade.

[...] é uma coisa que me completa [...] Me faz lembrar como era no tempo de criança. [...] (Sujeito 6).

O campo de estudos acerca do futebol ainda constitui um tema de estudo recente na área acadêmica, no âmbito das Ciências Sociais. Nesse aspecto, geralmente os trabalhos discutem aspectos técnicos e táticos dessa prática esportiva e cultural. Percebe-se, no entanto, movimentação dos estudiosos da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia Social nessa área de pesquisa. Relativamente a esse aspecto, Helal (1997) comenta o seguinte:

[o] futebol no Brasil pode ser visto como um poderoso instrumento de integração social. Através do futebol, a sociedade brasileira experimenta um sentido singular de totalidade e unidade, revestindo-se de uma universalidade capaz de mobilizar a gerar paixões em milhões de pessoas (HELAL, 1997, p. 25).

Nesse sentido, o futebol representou uma revelação que a pesquisa de campo me trouxe como fonte de lazer nesse presídio. Apesar de ter caráter seletivo e, de certa forma, excludente, esse esporte foi apresentado como a segunda atividade de lazer mais admirada e praticada, nessa instituição, pelos detentos, capaz de unir presos com condenações as mais diversas, algo incomum no sistema carcerário tradicional.

De acordo com os documentos investigados e diálogos estabelecidos com os diretores, inspetores e apenados, o futebol era uma atividade de lazer permitida em todos os sistemas da APAC. Somente no sistema fechado, no entanto, se verificava a presença da quadra cimentada e do campo gramado. Nos demais sistemas, eram oferecidos apenas a quadra de futebol *society*. De acordo com o estatuto geral, em todos os sistemas apaqueanos os horários de uso são pré-determinados pela diretoria. No regime fechado, contudo, no qual se concentrou esta pesquisa, funcionava de forma distinta. Nesse caso, para o campo gramado, o futebol era permitido nas terças e quintas-feiras, das 17h às 18h, e, aos sábados, das 8h às 11h. Aos domingos, o uso do campo não era permitido. Em contrapartida, na quadra o horário era mais flexível, porque esse esporte, ali, podia ser praticado de segunda a segunda-feira, acontecendo, de segunda a sexta-feira, das 17h às 21h. No sábado, era possível usufruir desse espaço durante todo o dia, das 8h às 21h, e aos domingos, apenas pela manhã. Abaixo apresento a foto do campo gramado e da quadra de futebol:

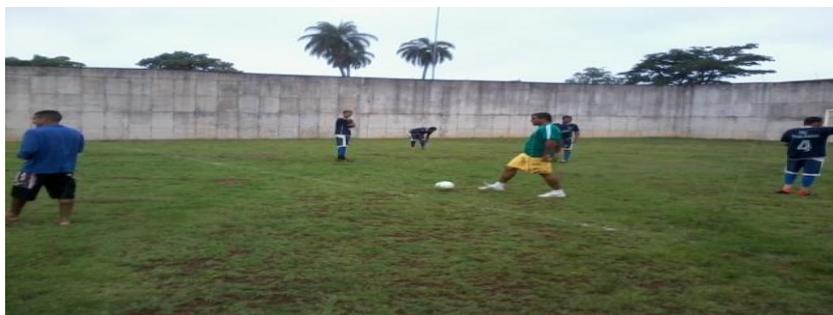


FIGURA 15 - Campo de futebol - Jogo entre recuperandos e jovens convidados do bairro Ribeiro de Abreu - Belo Horizonte - MG.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em dezembro de 2013.



FIGURA 16 - Quadra de futebol - Regime fechado.

Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em dezembro de 2013.

O futebol tem uma capacidade incrível de mobilizar populações, segundo Freire (2006), tornando-se um esporte organizado com regras simples; porém, capaz de moldar os valores culturais de uma nação. Entre os fatores que levam os detentos – predominantemente, os mais jovens – a buscar essa modalidade de esporte como prática de lazer estão, além da flexibilidade das regras (que podem ser readequadas de acordo com as necessidades do grupo), a principal motivação ancorada em seu caráter competitivo. O futebol, ali, é uma atividade que enseja competitividade, que proporciona aos competidores momentos de descontração. De acordo com Elias e Dunning (2003), o esporte competitivo apresenta essa dimensão de produzir distensão por meio de atividades que provocam tensão e excitação. A necessidade de vencer os adversários inspira competitividade, ao mesmo tempo em que permite maior interação entre os participantes. Sendo assim, a necessidade de competir representava uma reprodução da sociedade capitalista, estimulada por um *ethos* masculino constituído de guerreiros representantes do machismo ocidental (UDE, 2007b). Apesar das regras impostas pela APAC, o futebol, naquela instituição, era marcado por contatos físicos que provocavam lesões:

[a]qui o pessoal não brinca, o pessoal leva a sério mesmo. Então, esses contatos existem, alguns machucam. O “colega” está com o joelho machucado aí já tem um tempão, o joelho dele não recupera. [...] É punido se a pessoa entra com violência, se um recuperando entra com violência no outro, dá punição. Se palavrão, não pode. Não pode acontecer esse tipo de coisa aqui no futebol... Eu, por exemplo, eu gosto de futebol, aqui eu não jogo porque eu tenho medo de machucar e aqui não é igual na rua. Na rua você vai num médico, você procura um posto médico, você procura até uma farmácia, mas assim..., aqui não tem essa condição [...] (Sujeito 7).

De acordo com Ribeiro (2004), Elias e Dunning (2003), ao tratarem o esporte como fonte de compreensão do processo social, rompem com uma tradição prescrita que o apresentava como campo “marginalizado” pelo meio científico, considerando que “o desporto pode ser utilizado como uma espécie de ‘laboratório natural’ para a exploração de propriedades das relações sociais” (ELIAS, 1997, p. 18). Diante disso, a capacidade de produzir sociabilidade por meio do futebol não pode ser reduzida a mero momento de ocupação do tempo para o exercício do controle institucional.

Segundo Vaz (2002, p. 154), Norbert Elias apresentou o esporte como parte importante do processo civilizador, por amainar emoções e internalizar marcas disciplinares. Nessa perspectiva, apresento a percepção de um dos sujeitos da pesquisa sobre o futebol no presídio:

[a]qui eles dão a gente a bola. Acho que é muito uma forma da pessoa expressar, dela jogar um pouco..., por exemplo, no futebol você fica irritado, porque o seu time perde, mas você fica feliz porque seu time ganha, ou aquela coisa de... um gol, jamais eu vou saber fazer um gol assim, pessoas que nunca gostou de futebol, jogando com a gente. É uma coisa de interagir, tipo... conhecer mais, porque todo lugar é assim, tem gente que não se dá com a outra. Só que no futebol aqui, a gente quebra essa barreira, se for prá colocar no meu time, eu coloco você, mesmo se eu não for com a sua cara (Sujeito 5).

Para outro pesquisado, a prática desse esporte, no sistema prisional, apresentava o seguinte significado:

[o]lha, o futebol aqui dentro, pra mim, é o lazer preferido, que eu mais gosto de fazer é o futebol. Aqui o lazer acontece após a hora de trabalho, que é as cinco horas, né, e é jogada ou na quadra de *futsal* ou no campo *society*. Às vezes tem os dias certos, mas na quadra são todos os dias após as cinco horas, de cinco até as sete horas. Aí é mais como se fala?! Uma peladinha, né. Mais uma brincadeira mesmo, entre nós mesmos, separa os times e faz aquela brincadeira (Sujeito 6).

Esse mesmo sujeito, porém, revelou um sentido distinto do futebol em sua vida ali, dentro do presídio. Durante a entrevista, informou que ele o remetia à sua infância, quando ia à penitenciária para visitar seu pai, já que essa atividade era a preferida pelo seu genitor, porque sempre brincava com ele, em dias de visita. Essa experiência marcada por emoção e aspectos

simbólicos também era a atividade lúdica que ele desenvolvia com seu filho durante as visitas dos familiares na APAC, tornando-se elemento transgeracional da sua trajetória familiar:

[e]le (o futebol) faz me lembrar da minha infância, o tempo que eu tive que eu passei com meu pai, o que ele me apoiava fazer era isso. Os momentos que eu tinha, quando eu falei, a primeira vez que eu visitava ele. O único lazer que eu tinha com ele era o futebol... Lá dentro do presídio. Era o futebol... futebol. Então o futebol era o momento que eu tinha com ele. Então, o meu laço de pai e filho com ele era muito grande, mesmo pela distancia era muito grande. Então, esse futebol nós dois foi... Mexe comigo. Toda vez que eu jogo futebol, que eu lembro dele. Foi a primeira pessoa que me incentivou, que ele também adorava futebol. Então, desde pequeno ele me incentivava, dava chute, cabecear, a fazer aquelas... fundamento do futebol mesmo. Então eu me lembro quando eu era pequeno, eu ficava jogando futebol, eu e ele só. Não tinha mais gente pra jogar, não tinha muito espaço. Era só nós dois lá jogando futebol, meu irmão não gostava, só eu que gostava... Dentro do presídio. Meu irmão não gostava e ficava pra lá com minha mãe e eu e ele era só futebol, o dia inteiro. Às vezes ele cansava, não queria nem brincar mais e eu insistia com ele pra brincar: “vamos brincar e tal.” Então eu acho interessante, futebol pra mim é tudo e eu ensinei para o meu filho agora, meu filho também é doido com futebol. Meu filho não gosta de carrinho, não gosta de nada, só bola. Ele só gosta de futebol, desde pequeno. [...] Eu tinha um laço muito forte com o meu pai, meu pai era meu tudo, mesmo do lado errado, foi o melhor pai do mundo. O melhor pai do mundo. Nunca fez nada de errado pra nós, sempre lutou pra que eu estudasse, sempre brigava pra gente estudar, pra gente ter uma vida diferente, dava vários conselhos mesmo vivendo numa vida errada. Então, sempre me ajudou, sempre me apoiou, me apoiava no futebol também e me ajudava. Então, às vezes que eu estou com meu filho aqui no sistema prisional, brincando com ele de futebol também é a hora que eu lembro dele. É a hora que eu esqueço de tudo, é a hora que eu lembro do que eu vivi, é a hora que o coração bate mais forte e eu vejo que eu tenho que fazer diferença também pra não continuar esse ciclo vicioso com minha família, com meu filho, com o filho do meu filho. Eu tenho que fazer um trabalho diferente pra não acontecer o que aconteceu com o meu pai também. Não chegar eu falecer também e não cuidar do meu filho. Então tem que lutar pra isso tudo acontecer. Então, é luta após luta, dia após dia para as coisas mudar, pra fazer as coisas melhor pra ele. Pra ele ter a oportunidade de... pode ser profissional, jogar futebol profissionalmente, eu não sei, né. Deus abençoar, quem sabe, né. Então eu ajudo ele. Então, pode ser que o apoio que eu não tive..., não falo... não teve alguém próximo, mas por não ter jeito mesmo, não ter solução porque a vida era muito difícil, eu quero dar um apoio pra ele pra isso, pra ele estar escolhendo uma vida melhor, pra ele estar em caminhos melhores. O futebol é o auge disso tudo, faz parte disso tudo (Sujeito 6).

Como se observa, o futebol era uma atividade carregada de sentido para esse sujeito, em uma tentativa de resgatar a relação paterna e reconstruir sua trajetória de vida. Esses aspectos, todavia, ficavam invisíveis para a

instituição, já que sua preocupação com o controle da disciplina tornava-se o principal foco a ser explorado nessa prática esportiva. Percebi, por meio de observação e das entrevistas, que o futebol era um instrumento importante, para a direção da instituição, como instrumento auxiliar de controle da tensão dentro presídio. Contrapondo a isso, observei que o sentido atribuído a esse esporte pela metade dos entrevistados era distinto dos propósitos institucionais, porque as práticas dessa atividade os remetem a momentos felizes junto aos seus familiares, amigos e demais redes de sociabilidade. Nesse aspecto, 3 (três) dos entrevistados mencionaram a infância e a brincadeira de bola junto com seus pais como momentos emotivos e simbólicos, com grande potencial para se trabalhar a sociabilidade dos sujeitos.

Vale ressaltar que o lazer representa atividade complexa, porque leva o sujeito a produzir sentidos distintos em ações em momento de descontração. Ao contrário, porém, do modelo clássico, que apresenta o lazer como momento para recompor energias e, posteriormente, gastá-las no trabalho, o presídio contrapunha-se a isso, porque usava os momentos de lazer para esgotar as energias dos apenados. Isso ocorria porque se acreditava que seu acúmulo poderia gerar mais violência entre os apenados. Mais uma vez, evidenciou-se a necessidade de se refletir, com os sujeitos apenados, sobre as tensões, os sentidos e os significados presentes nessa prática social (REY, 2003).

Observei, ainda, que a instituição pesquisada, apesar de adotar um modelo de trabalho –o método APAC –, não apresentava um norte muito delimitado para suas atividades. Não tinha uma proposta de ação concreta de cunho político-pedagógico que organizasse os processos educativos necessários ao fomento de conteúdos de ensino-aprendizagem. Usufruía, porém, de um espaço com grande potencial para implementação de atividades de formação cidadã. Nessa mesma perspectiva, porém focada no campo do trabalho, a pesquisadora Vanessa Barros (2008)⁷ menciona que o sistema prisional brasileiro não qualifica os detentos para o trabalho, apenas lhes

⁷ Vanessa Barros é professora da FAFICH/UFMG e coordena um grupo de estudos e pesquisa sobre o sistema prisional. Sua entrevista encontra-se disponível no site <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/11/14/ult5772u1517.jhtm> (BARROS, 2008).

oferece atividades repetitivas e sem propósito de profissionalização. Barros (2008) menciona o seguinte:

é mais uma metodologia de adaptação do que de fato uma preparação do preso para a vida fora da cadeia. O trabalho que é oferecido não agrega valor e não é um trabalho de formação profissional. É uma coisa que o preso faz para passar o tempo (BARROS, 2008).

Esse apontamento reforça a necessidade de se repensar um planejamento estratégico para o sistema carcerário brasileiro.

No tópico seguinte, tratarei da academia de exercícios físicos, já que esses constituíam outra atividade significativa na APAC pesquisada.

4.3 Academia de ginástica: lugar de exercício físico e de sociabilidade.

A academia é diferente do futebol, que um incentiva o outro, né: “vão só, você dá conta de levantar esse peso.” Então, um incentiva, um ajuda o outro. Eu vejo a academia como uma coisa mais solidária do que o futebol, que não existe clima de competição (Sujeito 7).

De acordo com estudos de Cunha (1999), apontados por Marcellino (2003), além das atividades físico-esportivas, as academias tornaram-se espaços de convivência e vivência de relações sociais. Esses autores destacam que a finalidade das pessoas, ao buscar as academias, são bem diversificadas e ultrapassam a busca de condicionamento físico. Ademais, exercícios físicos, para muitas pessoas, nesse espaço, constituem experiência que implica descarga de energia e estresse, além de ser um lugar para se relaxar. Nesse aspecto, Marcellino (2003) apresenta outro autor (DEVIDE, 2000), que apresenta as práticas das academias com função de lazer. Diante disso, discuto, em seguida, como é organizada e concebida a academia dentro do presídio pesquisado.

A academia, na APAC investigada, funcionava de segunda a sexta-feira em 2 (dois) horários: pela manhã, estava disponível das 7h30h às 8h15min. Para esse funcionamento, eram designados 2 (dois) apenas responsáveis pelo espaço, para “administrar” aquele lugar de encontro e atividades físicas. No período vespertino, funcionava das 17h às 18h50min. Nesse turno, ao se encerrarem as atividades, era obrigatório que a academia

ficasse arrumada para o dia seguinte. Os responsáveis tinham 10min (dez minutos) para essa organização, porque, às 19h, todos deveriam se recolher às suas galerias e dormitórios, podendo, assim, apenas assistir televisão após as 19h.

Quanto à percepção dos sujeitos entrevistados com relação à academia, vale ressaltar este depoimento de um dos entrevistados:

[e]u pratiquei, agora eu estou mais afastado. Gostava da academia porque a APAC é um regime diferenciado, mas não deixa de ser um presídio, sabe. Às vezes a gente passa raiva aqui dentro, passa raiva, então pra gente não desconta a raiva num recuperando ou até num funcionário da casa, eu procurava aquilo ali como válvula de escape pra mim, sabe. Quando eu tava meio chateado com alguma coisa, ia pra academia e descontava nos pesos, sabe? tirava minha raiva ali, deixava minha raiva ali, na hora que eu saía, já saía bem, sabe. E fora a autoestima da gente, né, você ver seu corpo mudando de estilo, sabe. É muito bacana a academia e, como se diz, a academia nossa aqui sempre foi improvisada. Agora que nós ta conseguindo juntar um dinheirinho prá poder comprar os equipamentos. Já chegou um gladiador já, sabe. Tem uma bicicleta ergométrica também (Sujeito 3).

Mais uma vez, o sentido atribuído à prática do lazer foi apresentado como algo distinto, produzido pela configuração subjetiva do sujeito (REY, 2003), que articula o significado de um modo singular, diferenciado do prescrito pela instituição. Essas nuances, no entanto, não são captadas de forma direta, porque são expressas por meio da emoção simbolizada nas práticas sociais que necessitam ser verbalizadas para a produção de novos sentidos no campo relacional do sujeito.

Nessa mesma fala transcrita acima, nota-se a importância dos exercícios físicos para o equilíbrio físico e emocional do apenado. Não se deve creditar, entretanto, a esse “instrumento” todos os benefícios para a qualidade de vida dos condenados. Durante a observação participante, percebi que grande número de detentos buscava essa atividade, sendo que, em alguns momentos, era necessário organizar uma lista de espera. Outro detalhe importante observado foi que esse espaço era buscado tanto por jovens quanto por adultos, e todos se ajudavam durante a bateria de exercícios. Por outro lado, um dos apenados alegava que a academia estava deixando de ser um espaço democrático, porque se instituíra, a partir daquele mês, uma taxa de R\$ 5,00 (cinco reais) para comprar alguns equipamentos novos em substituição

aos artesanais (FIG. 17 e 18, a seguir). Minha indagação,naquele momento,foi com relação à situação do preso pobre, sobre como seria a sua participação naquele espaço. Não obtive resposta.Nesse ponto, o pesquisado comentou apenas o seguinte:

[...] a gente tamo caçando uma forma, tipo, uma inscrição, aí a inscrição você ajuda com cinco reais pra dar manutenção nos materiais e até mesmo pra tentar comprar material. [...] Como a bicicleta que a gente conseguiu, outros materiais mais adequados.



FIGURA 17 - Academia - Equipamento artesanal construído pelos detentos.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em dezembro de 2013.



FIGURA 18 - Academia - Equipamento artesanal construído pelos detentos.
Fonte: Acervo de Walesson G. da Silva[®]. Fotografia feita em dezembro de 2013.

Percebi, contudo, que os apenados reproduziam os apelos midiáticos e sociais que pregam a cultura do corpo perfeito e sua simbolização como objeto de desejo sexual. O que vale mencionar, aqui, no entanto, é que a

academia representava, para eles, espaço de sociabilidade e lazer. Quanto a essa atividade para a instituição, percebi que sua equipe gestora a visualizava como uma espécie de barganha, de troca por bom comportamento. Parece-me, todavia, que o potencial dessa atividade poderia ser mais explorado no seu aspecto educativo. Recorrentemente, evidenciou-se a necessidade de implantação de uma Pedagogia Social (SILVA, 2009) voltada para o desenvolvimento da sociabilidade dos sujeitos, por meio de atividades reflexivas com populações em situações de vulnerabilidade social.

Dando sequência à categorização das atividades de lazer pesquisadas na APAC, apresentarei, no próximo tópico, a prática da capoeira como mais uma das atividades elencadas pelos apenados como momentos de lazer.

4.4 Capoeira no presídio: momento de cultura, religião e lazer.

Capoeira angola só pode ser ensinada sem forçar a naturalidade da pessoa, o negócio é aproveitar os gestos livres e próprios de cada qual. Ninguém luta do meu jeito, mas no deles há toda a sabedoria que aprendi. Cada um é cada um (MESTRE PASTINHA *apud* LUCE, 2010, p. 41).

De acordo com Luce (2010), a capoeira, assim como as demais atividades de lazer, constitui prática cultural que se sobrepõe aos gestos motores. Para essa autora, além dos seus aspectos lúdicos, ela é repleta de significados; e acrescento que as demais atividades de lazer também estão repletas de sentidos, porque são desenvolvidas por seres humanos que produzem formas singulares, em momentos distintos, articuladas com a subjetividade social e pessoal de sujeitos histórico-culturais (REY, 2003; MOLON, 2010).

A capoeira constitui atividade complexa, e a ela caberia um capítulo inteiro de discussão; contudo, aqui me limitarei a apresentar as percepções dos detentos da instituição pesquisada quanto à sua prática em suas dependências. Para isso, vale mencionar que a capoeira acontecia nas tardes de quinta-feira, no horário das 16h às 17h. A esse propósito, perguntei a um dos entrevistados o que ela representava para ele, e a resposta foi esta:

[é] uma coisa que identifiquei comigo, a capoeira identifiquei comigo. Eu gosto da capoeira, tanto também por causa das histórias também, né, dos negros o que aconteceu, como foi. Antigamente, os negros pra fazer uma capoeira tinha que ser escondido e tal, entendeu. Então isso aí eu venho estudando por causa de quê? Pra fazer um sentido na vida da gente, a gente tem que procurar saber entender as coisas ué, tem que ter um sentido. O sentido é mais por causa da origem negra, né, professor. Foi por causa dos escravos, entendeu. É a origem que mais mesmo me chama a atenção. É isso, é a cultura negra. É a cultura negra que envolve também a cultura brasileira. Então, pra mim, isso aí prá mim... a capoeira pra mim hoje significa isso. É a minha raça, entendeu? (Sujeito 4).

Esse apenas, em outro trecho da entrevista, mencionou a capoeira como uma possibilidade de ressignificar sua vida futura, na condição de egresso do sistema prisional. Nessa parte da entrevista, diz de seu desejo de se tornar professor de capoeira e ministrar aulas para crianças e adolescentes carentes da periferia:

[a]h, professor é uma coisa assim que é inexplicável. Uma coisa que já vem de pequeno e eu gosto, entendeu. O meu plano mesmo é ser um professor de capoeira, treinar os meninos. Igual eu estou falando com você, com esse projeto mesmo de capoeira, eu quero mais frequentar a favela, pegar esses meninos que está nas ruas, esses meninos que está nas drogas, entendeu, e dar um testemunho de vida mesmo o que eu passei dentro de cadeia e **mostrar pra eles que a vida tem recuperação, tem sentido através de um esporte, entendeu?** Porque a droga não é um esporte, porque muitas coisas que passa na televisão também são coisas boas, mas também são coisas ruins que até mesmo incentivam essas pessoas a caçar as coisas ruins, entendeu? Então o meu projeto nesse negócio de capoeira, no meu esporte, o que eu quero é a capoeira (Sujeito 4).

Nesse sentido, Kanitz (2011) ressalta a dimensão educativa da capoeira, invisível, porém, para a maioria dos educadores, devido à opressão sofrida pelos afrodescendentes, uma pedagogia africana oculta nas práticas culturais da capoeiragem, a qual Sodré (2002) nomeia de “pedagogia do segredo”.

De acordo com Vygotsky, “[t]oda expressão tem uma segunda intenção. Todo discurso é uma alegoria” (VYGOTSKY, 1996, p. 32). Analisando essa fala, pode-se imaginar que seu projeto representava, na verdade, algo que gostaria que acontecesse na sua infância, porque, talvez, sua história teria sido construída de outra maneira.

Outro entrevistado relatava a chegada da capoeira ao presídio pesquisado. Mencionou que essa atividade começou, na APAC, com a chegada do Mestre Barriga (um condenado) e, posteriormente, com do Professor Walter Ude, da UFMG, que segundo o detento, além de lhes ensinara lutar capoeira, ensinava-lhes a origem dessa manifestação cultural (ressalto, a propósito, que o professor Walter esteve, durante um ano, realizando pesquisa de pós-doutorado nessa instituição e, durante esse período, por ser Mestre de capoeira (Mestre Boca), ministrou aulas para os apenados). Nesse ponto, o entrevistado disse:

[...] na verdade a capoeira, pra mim, é uma parte da cultura, né. Cultura de onde eu vim, da minha origem e tal. Não é só uma dança, não é só uma luta. É uma parte cultural pra mim. É a parte cultural da capoeira. E eu vi isso a partir de agora, que não conseguia conhecer isso. Pra mim era uma dança misturada com luta, um tipo de arte lá, uma luta e era só isso. Mas depois aqui, vendo filmagens, vendo filmes, documentários eu vi que não é só isso. Pô, é um pedaço de mim a capoeira. É, começou a mudar porque ele, o Professor Walter veio mostrar pra gente que não é só isso a capoeira. A capoeira é uma parte cultural, que vem dos negros antigos e tal. Então, é uma parte... como que se fala? É uma... uma cultura nossa mesmo. De nossos ancestrais, uma história nossa mesmo (Sujeito 6).

Quando indagado se a capoeira seria uma manifestação religiosa, condena, de imediato, essa pergunta e afirma que religião e capoeira têm propostas completamente distintas. Fato foi que, durante a observação, percebi grande número de evangélicos entre eles e, diante disso, alguns preferiam negar as suas raízes a “misturá-las” com manifestações culturais e/ou religiosas afrodescendentes. Nesse ponto, o pesquisado se justificou deste modo:

[a] questão religiosa... eu não vejo nem tanto por questão religiosa, porque se for religiosa, pô, então é muito complicado porque a capoeira prega uma coisa, a religião prega outra, então eu não vejo como meio religioso assim não. Tem bem separação do lado religioso, não tem muito religião. Eu vejo mais por um lado cultural, mais pelo lado cultural mesmo (Sujeito 6).

Para o sujeito-chave, a capoeira, dentro do presídio, era uma atividade democrática, tendo em vista que, em seu primeiro momento, conseguiu reunir aproximadamente 30 (trinta) condenados de idades variadas. Além disso, todos os envolvidos na atividade se ajudavam. Como, porém,

atividades culturais no sistema prisional não implicavam remição de pena, houve esvaziamento do grupo diante das ofertas de atividades que implicavam esse tão desejado benefício de antecipação da liberdade do recuperando.

Assim, cumpre destacar o art. 3º da Lei de Execuções Penais - LEP – Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (BRASIL, 1984) –, que situa o preso como sujeito de direitos, como se lê: “[a]o condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”. Nesse sentido, é relevante a reflexão sobre todas as atividades desenvolvidas por detentos nesse presídio, porque, se forem analisadas, perceber-se-á o caráter produtivo implícito em cada uma delas. A capoeira, por exemplo, para muitas pessoas, é fonte de renda e sustento familiar; no entanto, para se chegar a essa produtividade laboral e cultural, são necessários muitos anos de dedicação a essa prática social e política. Para se tornar músico, compositor, artista cênico ou plástico, também é preciso ter a mesma dedicação e o mesmo empenho. Essas atividades, porém, não são consideradas produtivas dentro do sistema prisional. Por isso, busco, aqui, chamar a atenção dos operadores do Direito para esse fato, deixando claro, porém, que não sou contra o trabalho; no entanto, busco dar visibilidade às atividades de lazer que têm dimensões educativa e produtiva, mas, apesar disso não geram remição no regime prisional atualmente em vigor no Brasil.

Segundo Melo (2003), para se pensar uma proposta de lazer para presídios, é fundamental levar-se em conta 2 (duas) dimensões: 1) vínculo com manifestações culturais, com o propósito posterior de trabalhar outros conteúdos; e 2) atividades de lazer concebidas como “válvulas de escape”. Dessa maneira, Melo (2003) salienta que atividades de lazer são culturais e, por isso, constituem elementos potenciais que levam em consideração a dimensão educativa do lazer. Sendo assim, o estudo realizado revelou que atividades culturais seriam de muito êxito em prol do alcance de melhor qualidade de vida para o condenado. Diante disso, apresento minhas considerações finais acerca das discussões desenvolvidas sobre lazer e sistema prisional, tomado como espaço rico em informações e com grandes possibilidades de aprendizado para quem chega de coração aberto e disposto a enfrentar seus preconceitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] nada se conhece dos presos comuns. A versão é sempre dada pelo sistema. [...] Terá que ser reformulado totalmente para que seja possível reeducar aqueles milhares de jovens. É preciso montar, lá dentro (presídio), centros de reeducação, estudo e trabalho. Tudo dentro de ambiente de amor e aceitação (TORRES, 1979, p. 6).

Existem milhares de garotos andando pelas ruas sem orientação e, de repente, matam alguém ou fazem explodir uma bomba. Depois as pessoas se perguntam: “Por que isso? Devem ser punidos esses terroristas!” Só não perguntam se já fizeram algo por esses jovens. Também não entendem que, se alguém se rebelar, é porque alguma coisa está errada (TORRES, 1979, p. 7).⁸

A pesquisa ora apresentada teve por objetivo compreender, por meio de estudo etnográfico, os usos, os significados e sentidos que jovens condenados atribuíam aos espaços de lazer de um presídio. Diante, porém, da complexidade do campo que me propus investigar, não trago, aqui, conclusões; retomo algumas perguntas iniciais que foram fundamentais para o estabelecimento dos objetivos da pesquisa.

O desígnio deste trabalho de pesquisa foi contribuir para a identificação e a compreensão de tensões existentes entre o pretense processo de ressocialização de detentos e as práticas de lazer em um estabelecimento prisional, visando dar visibilidade à temática do lazer nesse espaço de convivência, ressaltando seus aspectos educativos e de produção de sociabilidade.

Meu percurso pelo mestrado e pelo campo de pesquisa me proporcionou aproximação fantástica com a UFMG e com a APAC, por mais contraditório que possa parecer para alguns, afirmo que tanto a universidade quanto o presídio são espaços muito ricos em cultura, e a (con)vivência neles trouxe-me ensinamentos e experiências dignificantes.

Por um longo período, tive acesso a uma instituição desprezada pela sociedade, e que, quando aparece na mídia é sempre apresentada de maneira depreciativa. No entanto, nesse período em que realizei observação participante, tive contato próximo e significativo com aqueles indivíduos oriundos de diversos cantos do Estado de Minas Gerais e, por que não do

⁸ Torres, André. *Exílio na Ilha Grande*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

País, impregnados de culturas muito próprias. Foram esses sujeitos sócio-histórico-culturais que me oportunizaram, por meio da convivência e do diálogo, compreender e aprender sobre as tensões, no campo estudado, no que diz respeito a práticas de lazer. Por isso, os aportes teóricos da complexidade e da teoria histórico-cultural (LEONTIEV, 1978; LURIA, 1986; e SMOLKA, 2004) foram fundamentais nessa trajetória. Na busca por compreender o lazer, foi fundamental compreender os conceitos de subjetividade, sentidos e significados propostos por Vygotsky (2000, 2003 e 2005) e Fernando Rey (1995, 2003, 2004, 2005, 2007 e 2011).

Para desenvolver esta dissertação, além de realizar revisão bibliográfica em 3 (três) áreas distintas – (1) o campo do lazer; (2) políticas públicas sobre o sistema prisional com foco em jovens apenados; e (3) as formas pelas quais esses jovens se apropriavam do lazer, acessei (e me servi de) produções acadêmicas que tratassem, especificamente, das temáticas relacionadas ao problema investigado, porque, conforme destaca Alves-Mazzotti:

[a] produção do conhecimento não é um empreendimento isolado. É uma construção coletiva da comunidade científica, um processo continuado de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema. A formulação de um problema de pesquisa relevante exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo (ALVES-MAZZOTTI, 1998, p. 180).

A fim de compreender tanto as experiências dos jovens prisioneiros quanto os universos simbólicos que estruturavam o trabalho da referida instituição, a utilização de recursos etnográficos foi fundamental.

Conforme salientei anteriormente, a utilização da observação participante foi uma das técnicas de coleta de dados que adotei. Esse instrumento de pesquisa me possibilitou problematizar, de maneira ampla, as categorias utilizadas, e esse procedimento metodológico me permitiu atribuir sentidos às ações aparentemente caóticas, permitindo-me correlacionar e articular os dados coletados com a realidade observada e com o suporte teórico adotado e situar uns em relação aos outros e ao sistema do qual emergiam. Para isso, acompanhei distintas atividades realizadas pelos grupos, em tempos diferenciados. A entrevista semiestruturada foi outra técnica de

coleta de dados que permitiu, de certa forma, documentar o não-documentado e, assim, complementou minha observação.

A partir desses instrumentos metodológicos, muitas categorias de análise foram construídas. No entanto, por se tratar de uma pesquisa de mestrado, de tempo relativamente curto, não ousei ultrapassar 6 (seis) categorias; as demais categorias levantadas ficarão para pesquisas futuras, em possível programa de doutorado, porque acredito que demandarão maior tempo de estudo e aprofundamento, devido à sua complexidade.

Nos 2 (dois) capítulos de análise, apresentei atividades que mobilizavam os sentidos dos apenados, que lhes permitiam ressignificar suas ações e que poderiam contribuir para a sua emancipação; no entanto, essas atividades eram utilizadas, predominantemente, para ocupar o tempo, para exercer controle disciplinar sobre os condenados.

O estudo revelou que a instituição pesquisada não tinha uma proposta político-pedagógica concreta que organizasse os processos educativos necessários ao fomento de conteúdos de ensino/aprendizagem, porque a TV, nesse presídio, carecia ser repensada na perspectiva de proporcionar entretenimento mais relevante e atividades culturais reflexivas que permitissem desenvolvimento crítico dos detentos. Por sua vez, a academia de ginástica e o futebol representavam, para os aprisionados, espaços e momentos de sociabilidade e lazer. No entanto, essas atividades, para os gestores da instituição, eram utilizadas simplesmente como uma espécie de permuta, de troca por bom comportamento. Parece-me, todavia, que o potencial dessas atividades poder ser mais explorado no seu aspecto educativo. Nesse aspecto, arraigar uma Pedagogia Social (SILVA, 2009) empenhada em potencializar a sociabilidade dos sujeitos, por meio de atividades reflexivas, seria o caminho mais apropriado.

Outro ponto que merece destaque refere-se às atividades de capoeira, de composição de músicas e grupos musicais, além dos artistas cênicos ou plásticos. Todas elas, se devidamente desenvolvidas, poderiam vir a ser produtivas; portanto, precisariam ser ressignificadas pelos gestores e operadores do Poder Judiciário. Todas tinham (e têm) potencial produtivo capaz de gerar sustento profissional para os seus praticantes.

Vale ressaltar que o lazer representa atividade complexa, suscetível a levar o sujeito a produzir sentidos distintos em ações desempenhadas durante o momento de descontração; no entanto, a política pública prisional não se vale do seu caráter educativo. Destarte, contrapõe a isso, usufruindo do lazer apenas de maneira utilitarista, visando esgotar as energias dos detentos, acreditando que, dessa maneira, estaria prevenindo a violência entre os apenados. Mais uma vez, ficou evidente a necessidade de se refletir, com os sujeitos apenados, as tensões, sentidos e significados presentes nessa prática social (REY, 2003).

Por fim, termino este estudo com a impressão de que ele careceu de aprofundamento maior, em todos os aspectos da análise. Acredito, todavia, que esta possa ser uma boa contribuição para incentivar outros pesquisadores a se enveredar pelos temas e a analisaras categorias aqui apresentados(as).

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ALMEIDA, G. R. *O Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro: Ontem e Hoje*. Rio de Janeiro: Publit/FAPERJ, 2009.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNADJER, Fernando. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARANHA, M. L. A. *Filosofando: introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986.

ARBEX JR., José. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

_____. *O Poder da TV*. São Paulo: Scipione, 1998.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

ASSIS, Rafael Damaceno de. *A realidade atual do sistema penitenciário Brasileiro*. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos908/a-realidade-atual/a-realidade-atual.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

_____. *A evolução histórica dos regimes prisionais e do sistema penitenciário*. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/24894>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROS, Vanessa. Prisões oferecem "passa-tempo" para preso, e não trabalho profissional, diz pesquisadora. Entrevista concedida a BragonRayder. *UOL Notícias*, 14 nov. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/11/14/ult5772u1517.jhtm>>. Acesso em 05 jan. 2012.

BAUMAN, Zygmund. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Zygmund. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. *Vidas Desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *Vida Líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. *Danos Colaterais*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOGDAN, Bogdan; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Tradução de Maria Alvarez, Sara do Santos e Telmo Baptista. Porto: Editora do Porto, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Tradução de Maria A. Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRAMANTE, A. C. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. In: MOREIRA, W.W. *Educação Física & Esporte: perspectivas para o século XXI*. Campinas, SP: Papirus, 1992.p.161-179.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Poder Executivo, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 dez. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Poder Executivo, 05 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 19 dez. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 19 dez. 2013.

BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo, 1996.

_____. *A TV 50 anos- criticando a TV brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

CALLEGARI, André. *Prisão deve ser vista como exceção, e não como regra*. Entrevista disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1617>. Acesso em: 26 dez. 2013.

CARRANO, P.C.R. *Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens tra(n)çados da cidade*. Orientador: Osmar Fávero. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação Física e Desportos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999. 450p.

CARRANO, P. C. R. Juventude: as identidades são múltiplas. *Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, n. 1, p. 11-27, mai. 2000.

CARRANO, P. C. R. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

COHEN, S. The critical discourse on "social control": notes on the concept as a hammer. *International Journal of the Sociology of Law*, v.17, n.3, p. 347-357, ago. 1989.

COHEN, S.; SCULL, A. Introduction: Social Control in History and Sociology. In: _____. *Social Control and the State: historical and comparative essays*. Oxford: BasilBlackwell, 1985. p.1-14.

COSTA, J. F. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1983 apud KOVALESKI, D. F.; OLIVEIRA, W. F. "Tecnologias do eu" e cuidado de si: embates e perspectivas no conteúdo do capital global. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 171-191, 2011.

COUTO, Ana Cláudia Porfírio; COUTO, Maurício de Azevedo. A gestão de projetos sociais e o lazer. In: ISAYAMA Helder Ferreira; SILVA, Sílvio Ricardo (Org.). *Estudos do lazer: um panorama*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.p.81-95.

DAYRELL, Juarez. A Escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares na educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 136-161.

DAYRELL, Juarez. Grupos musicais e socialização na juventude contemporânea. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DA FEUSP, 4. São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEUSP, 1998. p. 554-567 (Série Estudos e Documentos, v. 40).

DAYRELL, Juarez. O projeto político-pedagógico da escola e a educação da juventude. In: CONGRESSO NACIONAL DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR, 2. Blumenau, SC. *Anais...* Blumenau, SP: Ed. da FURB, 2000. p. 46-50. v. 1.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena. O rap e funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DEVIDE, P. O discurso de proprietárias de academias sobre a prática de natação como atividade de lazer: inclusão ou elitização social. *Movimento*, v. 6, n. 2, p. 26-36, 2000/1.

DUNNIG, E. *El Fenómeno Deportivo: estudios sociológicos al deporte, laviolencia y lacivilización*. Tradução de Pedro González Del Campo Roman. Barcelona: Paidotribo, 2003.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. Tradução de Maria de Lourdes S. Machado. São Paulo: Perspectiva, 1993 *apud* GOMES, ChristianneLuce (Org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia Empírica do Lazer*. Tradução de Silvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1979.

_____. *Lazer e Cultura Popular*. Tradução de Maria de Lourdes S. Machado. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. As Drogas e a Revolução Social do Lazer. *Licere*, Belo Horizonte, v. 6, n.2, p. 11-16, 2003.

DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. Tradução de Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulinas, 1989.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luíza Carvalho da. Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (Org.). *Imagem e Memória- ensaios em Antropologia Visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.p.18-40.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Tradução de Maria Manuela Almeida e Silva. Rio de Janeiro: Difel, 1997.

ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Tradução de Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Portugal: Edições 70, 1980.

_____. *O processo civilizador- uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

_____. *O processo civilizador- formação do Estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

_____. *Introdução à Sociologia*. Tradução de Maria Luiza Ribeiro Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

FEFFERMANN, M. *Vidas Arriscadas- o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Estabelecimento Prisional Provisório*. Disponível em: <<http://www.jefersonbotelho.com.br/2007/03/27/estabelecimento-prisionalprovisorio>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FOUCAULT, MICHEL. *Tecnologias delyoyotros textos afines*. Tradução de Mercedes Allendesalazar. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990. 150p. (Coleção PensamientoContemporáneo, v. 7).

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 233p.

FREIRE, J. B. *Pedagogia do Futebol*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação da cultura*. Tradução de Fanny Wrob. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira. Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOMES, ChristianneLuce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, ChristianneLuce; LACERDA, Leonardo; PINHEIRO, Marcos Pinheiro. *Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Claudia Leão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HELAL, R. *Passes e Impasses: futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

JUNIOR, A. D. *Consciência e linguagem em Vygotsky: aproximações ao debate sobre a subjetividade*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

KANITZ, R.C.M. *Capoeira Angola na Favela: Juventudes, Sentidos e Redes Sociais*. 2011. Dissertação (Mestrado em Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Horizonte, 2011.

LEAL, C.E.G. *O sentido da inclusão para o sujeito com Síndrome de Asperger*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

LEMGRUBER, Julita. Entrevista concedida a Eleonora Lucena. In: LUCENA, Eleonora. Situação nos presídios expõe guerra contra pobreza, diz socióloga. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1396192-situacao-nos-presidios-expoe-guerra-contra-pobreza-diz-sociologa.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

LEONTIEV, Alexis. *O desenvolvimento do psiquismo*. Tradução de Manuel D. Duarte. Lisboa: Horizonte, 1978.

LUCE, P.C. *Eu sou angoleiro: A aprendizagem da/na capoeira angola e suas relações com lazer*. Dissertação (Mestrado em Lazer)-Escola de Educação Física, Fisiologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

LUCENA, Eleonora. Situação nos presídios expõe guerra contra pobreza, diz socióloga. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1396192-situacao-nos-presidios-expoe-guerra-contra-pobreza-diz-sociologa.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

LURIA, A. R. O problema da linguagem e a consciência. In: LURIA, A. R. *Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria*. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein e Mario Corso. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

MAGNABOSCO, Danielle. Sistema penitenciário brasileiro: aspectos sociológicos. *Jus Navigandi*, Teresina, 1998. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1010>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

MAGUALHÃES, C.; MATTOS, V.; MAGALHÃES, J.L.Q. (Org.). *Desconstruindo práticas punitivas*. Belo Horizonte: CRESS - 6ª Região, 2012.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

_____. *Lazer e humanização*. Campinas, SP: Papyrus, 1983.

_____. *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. São Paulo: Alínea, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Televisão - a vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna, 1988.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. *Pedagogia Social: uma disciplina emergente. Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v.10, n. 59, p. 19-27, set. 2004.

_____. *Produção Social de Criança e do Adolescente Marginalizado*. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

MARTINS, J.S. *A Nova Desigualdade Social*. São Paulo: Paulus, 1997.

MASSOLA, Gustavo Martineli. *A subcultura prisional e os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas: um estudo na cadeia pública de Bragança Paulista*. Orientadora: Eda Terezinha de Oliveira Tassara. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MATTOS, V. *A visibilidade do invisível*. Belo Horizonte: Fundação Movimento Direito e Cidadania, 2008.

MELO, V. A. Lazer, esporte e presidiários: algumas reflexões. *Revista Digital - Efdeports.com*, Buenos Aires, ano 1, n. 106, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd106/lazer-esporte-e-presidiarios-algumas-reflexoes.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

MINAS GERAIS, TJMG. *Cartilha Projetos Novos Rumos*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG, 2009.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Resolução n. 433, de 28 de abril de 2004. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 01 mai. 2004. Disponível em: <<http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re04332004.PDF>>. Acesso em 10 jan. 2014.

MINAS GERAIS. APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Belo Horizonte: Diretoria de Políticas de APAC e Co-Gestão. Belo Horizonte: Portal Minas on-line, 2014. Disponível em: <http://www.dac.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=55>. Acesso em 10 jan. 2014.

MINAYO, M.C.S. *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Dados prisionais - Infopen*, Minas Gerais 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

MIOTTO, Arminda Bergamini. Sexo e família dos presos. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, [s.l.], v. 8, n. 1-2, p. 47/82, jan./dez. 1984. Disponível em: <<http://h200137217135.ufg.br/index.php/revfd/article/view/11523/7564>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

MOLON, Susana Inês. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORIN, Edgar. Articular os saberes. In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (Org.). *O Sentido da Escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.p.65-80.

_____. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 3. ed.Porto Alegre:Sulina, 2007.

_____. *Os sete saberes necessários a educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Ciência com consciência*. 6. ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Diálogos sobre o conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed.Porto Alegre:Sulina, 2007.

MURRAY, C. *Losing ground: American social policy, 1950-1980*. New York: Basic Books, 1984 *apud* WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 22.

NASCIMENTO, I. A. *Função retributiva e educativa da pena*. 2003. 70f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Presidente Prudente, 2003.

NORONHA, Vânia. *Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Walter F. de. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n.1,p.135-158,jan.-mar2007.Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n1/07.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

OTTOBONI, Mario. *Meu Cristo, estou de volta*. São Paulo: Paulinas, 1978.

OTTOBONI, Mário. *A Comunidade e a Execução da Pena*. São Paulo: Santuário Aparecida, SP, 1984.

_____. *Ninguém é Irrecuperável: APAC, a revolução do sistema penitenciário*. São Paulo: Cidade Nova, 1997 *apud* MASSOLA, Gustavo Martineli. *A subcultura prisional e os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas: um estudo na cadeia pública de Bragança Paulista*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *Parceiros da Ressurreição*. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. *Vamos matar o Criminoso? Método APAC*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

PINTO, L.M.S.M. Lazer. In: SOUZA, J.V.A.; GUERRA, R. (Org.). *Dicionário Crítico da Educação*. Belo Horizonte: Presença Pedagógica, 2014.p.44.

PIRES, Giovani De Lorenzi; RIBEIRO, Sérgio Dorenski Dantas. *Televisão*, 2004. In: GOMES, ChristianeLuce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.p. 213-217.

RAMOS DE OLIVEIRA, Micheline. *No limiar da memória: estudo antropológico sobre mulheres e violências na metrópole contemporânea*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

REY, F.L. G. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação*, São Paulo, EDUC, n. 1, 1995.

REY, F. L. G. *Epistemología cualitativa y subjetividad*. La Habana: Pueblo e Educación, 1997.

_____. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. Tradução de Raquel Souza Lobo Guzzo. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

_____. O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In: MITJÁNS-MARTÍNEZ, A.; SIMÃO, L. M. (Org.). *O outro no desenvolvimento humano: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004a.p. 1-27.

_____. *O Sujeito na Psicologia e a Psicologia Social- a emergência do sujeito*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004b.

REY, F. L. G. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005 *apud* LEAL, C. E. G. *O sentido da inclusão para o sujeito com Síndrome de Asperger*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

_____. *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. Tradução de Guillermo Mathias Gamucio. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

_____. *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. Tradução de Marcel A. F. Silva. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

REY, F. L. G. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação*, São Paulo, EDUCA, 1995/1999.

RIBEIRO, L.C. O Futebol no Campo Afetivo da História. In: *Movimento*, Revista de Educação Física da Universidade Federal do Rio do Grande do Sul, v. 10, n. 3, p. 99-111, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115317777007>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

ROCHA, Emerson; TORRES, Roberto. *O crente e o delinquente*. In: *A ralé brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 205-240 *apud* SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 81.

SARTRE, J. P. *O imaginário*. Tradução de Duda Machado. São Paulo: Ática, 1979.

SCOLESE, Eduardo. Presos filmam decapitados em penitenciária no Maranhão; veja vídeo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1394160-presos-filmam-decapitados-em-penitenciaria-no-maranhao-veja-video.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

SEIXAS, Raul (Interp.); COELHO, Paulo. *Moleque Maravilhoso*, Álbum Gita. São Paulo: Philips, 1974. 1 disco de vinil, 33 rpm, estéreo.

SILVA, David Medina. *Grupo estudará implantação do método APAC no sistema prisional gaúcho*. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/dirhum/dirhum/noticias/id30215.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

SILVA, L.T. *As crianças e o brincar em suas práticas sociais: o aglomerado da Serra/BH como contexto de aprendizagem*. 2011. (Mestrado em Lazer) -Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, R. (Org.). *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

SILVA, T. T. *Identidade e diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 8-72.

SILVEIRA, A.C.C. *Um olhar sobre a política urbana de Belo Horizonte: há espaço para o lazer dentro do planejamento urbano?* Orientadora: Ana Luíza Carvalho da Rocha. 2010. Dissertação (Mestrado em Lazer)-Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SIMMEL, G. *Sociologia*. Organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983 *apud* DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena. O rap e funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 184.

SILVA, T. T. *Identidade e diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SMOLKA, A. L. B. Práticas sociais: processos de significação e educação prospectiva. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO, 10. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Edson Maltez, 2004.

SODRÉ, Muniz. *Mestre Bimba - Corpo de Mandinga*. Rio de Janeiro: Mamati, 2002.

SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Ed. UnB, 2000.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periféricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SPÓSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, nov. 1994. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/A%20sociabilidade%20juvenil%20e%20a%20rua.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SPÓSITO, M. P. *Juventude: crise, identidade e escola*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996a.

SPÓSITO, M. P. A produção política da sociedade. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre: o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996b. p. 39-50.

_____. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade... *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, v. 5, n. 1-2, 1993, editada em 1996.

SPÓSITO, M. P. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ed. Ação Educativa, 2003.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.). *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2010.

THOMPSON, Augusto. *A Questão penitenciária: de acordo com a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

TORRES, André. *Exílio na Ilha Grande*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

UDE, W. et al..Complexidade, Educação Social e Saúde: diálogos teórico-metodológicos para a construção de uma prática profissional mais integradora.In: XAVIER, C. C.; JESUS, R. M. (Org.).*Educação, Cultura e Complexidade: diálogosBrasil - Cuba*, Belo Horizonte: Argumentum, 2010.p.83-89.

UDE, W.E. Juventude, violência e masculinidade. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 13, n.75,p. 15-20, mai.-jun.2007a.

UDE, W.E. Amitié bandite: jeunesse, violenceetmasculinité. *Adolescence*, v. 25, n. 3, p. 671-676, 2007b.

VAZ, A.L. DaMatta. O Futebol como drama e mitologia. In: PRONI, M.; LUCENA, R. *Esporte. História e sociedade*. Campinas, SP:Autores Associados, 2002.p.239-174.

VYGOTSKY, Lev S. *Formação Social da Mente*. Tradução de José Cipolla Neto. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e palavra. In: _____. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p.395-489apud LEAL, C. E. G. *O sentido da inclusão para o sujeito com Síndrome de Asperger*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

_____. *Psicologia pedagógica*. Tradução de Paulo Bezerra. Porto Alegre: Artmed, 2003 apudLEAL, C. E. G. *O sentido da inclusão para o sujeito com Síndrome de Asperger*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

_____. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LEONTIEV, A. et al..*Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005.p.103-119apudLEAL, C. E. G. *O sentido da inclusão para o sujeito com Síndrome de Asperger*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

_____. O problema da consciência. In: VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Teoria e método em Psicologia*. Tradução deClaudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1996.p.171-189.

WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*.Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador*. Tradução de Tomaz T. da Silva e Daise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org. e Trad.). *Identidade e diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 8-72.

ANEXO A - Parecer - Decisão do Conselho de Ética em Pesquisa - COEP da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

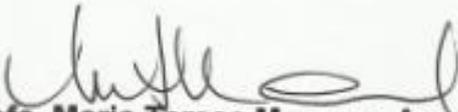
Projeto: CAAE – 20432713.0.0000.5149

Interessado(a): Prof. Walter Ernesto Ude Marques
Departamento de Ciências Aplicadas à Educação
Faculdade de Educação - UFMG

DECISÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 24 de outubro de 2013, o projeto de pesquisa intitulado "**Lazer, sistema socioeducativo e juventude: uma proposta de estudo acerca dos significados atribuídos às experiências de jovens acautelados em Justinópolis - MG**" bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto.


Prof. Maria Teresa Marques Amaral
Coordenadora do COEP-UFMG

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a),

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**LAZER, SISTEMA PRISIONAL E JUVENTUDE: UMA PROPOSTA DE ESTUDO ACERCA DOS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS ÀS EXPERIÊNCIAS DE JOVENS NA APAC DE SANTA LUZIA – MG**”. Você foi escolhido porque nossa pesquisa pretende entrevistar 10% dos jovens que cumprem pena hoje, no Regime Fechado da APAC Santa Luzia com idade entre 18 e 29 anos, além de observarmos o tempo ainda a cumprir na pena. Pois, para nós é de grande importância entrevistar jovens que permanecerão na instituição durante o tempo que durar a pesquisa, que tem previsão de término em 06 de agosto de 2014. O objetivo deste estudo é compreender e analisar os significados, sentidos e os usos dos espaços de lazer para o jovem acautelado na APAC, diante ao processo desenvolvido. Também verificar se a prática de lazer contribui para a ressocialização e a sociabilidade dos jovens.

Então, estamos convidando você a dar uma entrevista ao pesquisador Walesson Gomes da Silva sobre sua trajetória de vida e experiência de lazer na instituição supracitada.

A sua participação é muito importante e só acontecerá se você concordar. Esperamos contar com sua colaboração. Mas, poderá se recusar a participar ou responder algumas perguntas a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo a você, caso seja esta a decisão.

É importante ressaltar que as informações obtidas com a entrevista são confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a identidade e participação do entrevistado neste estudo. Se você concordar, a entrevista será gravada pelo pesquisador. Como já informado, o seu nome não aparecerá em nenhum momento. E você receberá a transcrição da entrevista que for feita.

Você receberá uma cópia deste texto com o telefone do pesquisador e endereço, podendo tirar suas dúvidas a qualquer momento que desejar.

Caso haja concordância de sua LIVRE E ESPONTÂNEA vontade em participar, assine a autorização que se encontra ao final deste termo. A participação na pesquisa é de livre e espontânea vontade. Haverá garantia do sigilo e a privacidade dos participantes será preservada. Você tem total liberdade para recusar a participação na pesquisa a qualquer momento.

Caso surja quaisquer dúvidas, além de contatar o pesquisador Walesson Gomes da Silva (31-8899 3295) e o pesquisador responsável Professor Dr. Walter Ernesto Ude Marques (31 3409 2335), a unidade poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética – COEP da UFMG. Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II – 2º andar, sala 2005 – CEP: 31.270-901 – Belo Horizonte, telefax: 31 3409 4592, e-mail: coep@prpq.ufmg.br

Autorização dos pais ou responsável legal

Eu, _____, residente e domiciliado na _____, portador da Cédula de identidade, RG _____, e inscrito no CPF _____ nascido (a) em ____ / ____ / _____, concordo de livre e espontânea vontade participar como voluntário (a) na pesquisa denominada: **“LAZER, SISTEMA PRISIONAL E JUVENTUDE: UMA PROPOSTA DE ESTUDO ACERCA DOS SIGNIFICADOS ATRIBUIDOS ÀS EXPERIÊNCIAS DE JOVENS NA APAC DE SANTA LUZIA – MG”**

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Desta forma afirmo aqui, minha participação na referida pesquisa acima citada.

- () Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.
 () Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Assinatura do entrevistado:

Testemunha 1 : _____
 Nome / RG / Telefone

Testemunha 2 : _____
 Nome / RG / Telefone

Responsável pelo Projeto: __Walesson Gomes da Silva_____

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____

Contato do Pesquisador: (31) _8899-3295_____

Local, _____ de _____ de _____.

APENDICE B - Roteiro da Entrevista Semiestruturada

1. Qual o seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Até que série você estudou?
4. Descreva a composição de seu grupo familiar (pai, mãe, irmãos, etc.)?
5. Há quanto tempo você está nessa instituição?
6. Descreva sua rotina nessa instituição.
7. Que atividades você realiza aqui?
8. Em que momento lhe são oferecidas essas atividades?
9. Que atividade você mais gosta de realizar aqui?
10. O que ela significa para você?